

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



O sistema verbal dos crioulos indo-portugueses do Malabar

Ana Krajinović

Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa para
obtenção do grau de Mestre orientada pelo Prof. Doutor Hugo Cardoso

MESTRADO EM LINGUÍSTICA

2015

Para o Xavier,

Que me apoia intelectualmente e emocionalmente,

Partilha a minha paixão pela ciência e vida,

E cresce comigo todos os dias.

Agradecimentos

Agradeço às pessoas que me levaram indiretamente a escrever esta tese, essas cujo ensino me levou a escolher a linguística como ciência de eleição; os meus professores de todas as línguas que estudei no meu percurso educacional, os meus professores da Licenciatura e Mestrado em Linguística e a minha mãe, cuja intuição linguística foi a primeira coisa que me fez ver o maravilhoso mundo das línguas.

Agradeço ao meu orientador Hugo Cardoso, que me fez interessar-me pelo contacto linguístico e a Ásia, pelo seu empenho e a ajuda em integrar-me no mundo académico e por me orientar no desafio de escrever uma dissertação, mas antes de tudo agradeço-lhe por me ter dado a oportunidade de conhecer os maravilhosos crioulos do Malabar e o seu precioso tesouro linguístico.

Agradeço a todos que participaram em discussões sobre o meu trabalho e me providenciaram com bibliografia útil, enriquecendo assim a minha análise. Agradeço em especial ao Giorgio Francesco Arcodia (馬振國) por todo o apoio que me deu e a motivação que despertou em mim para os últimos acabamentos criativos da tese.

Agradeço à minha família e aos meus amigos que me apoiaram sempre e conseguiram dar-me os pequenos momentos de descanso e relaxamento.

Por fim, agradeço ao meu marido Xavier, que mais me ajudou no meu percurso académico e na minha aprendizagem do português, estando sempre disposto a discutir todos os pormenores das premissas e argumentos da minha tese, incluindo os problemas da ciência no geral. Agradeço-lhe também por ter lido todos os capítulos várias vezes em estádios diferentes e me ter sabido dizer quando a minha busca por respostas tinha de terminar (para já).

Resumo

Os crioulos indo-portugueses do Malabar, formados a partir do contacto linguístico entre os colonizadores portugueses e a população nativa da costa do Malabar no séc. XVI, limitam-se hoje em dia a um reduzido número de últimos falantes em Cananor. A presente dissertação visa contribuir para a sua descrição linguística, que até agora conta com a contribuição de Schuchardt (1882, 1883, 1889a, 1889b) e com as análises mais recentes provenientes do trabalho de campo feito por Hugo Cardoso a partir de 2006. Usando como base de dados o corpus oral proveniente do mesmo trabalho de campo e guardado no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, o objetivo deste estudo é descrever o sistema verbal dos crioulos do Malabar (CM), caracterizando a sua morfologia verbal e a sintaxe do predicado. Como veremos, a morfossintaxe verbal é quase exclusivamente analítica, ou seja, a marcação pré-verbal ou pós-verbal leva os valores de tempo, modo e aspeto associados ao verbo. Além da descrição sincrónica, e adotando uma perspetiva comparativa, as estruturas gramaticais serão analisadas em comparação com o malaiala como língua de substrato/adstrato e com a sua etimologia portuguesa, com o objetivo de identificar a origem das formas e estruturas verbais. Será demonstrado que os CM convergiram em grande escala com o malaiala no que diz respeito a muitas funções gramaticais e à sua estrutura sintática (e.g. a ordem SOV).

Palavras-Chave: crioulos do Malabar, crioulos indo-portugueses, sistema verbal, convergência linguística, malaiala

Abstract

The Indo-Portuguese creoles of the Malabar were formed in a situation of language contact between the Portuguese colonisers and the native community of the Malabar Coast in the 16th century; nowadays, they are limited to a few last speakers in Cannanore. This dissertation aims to contribute to their linguistic description, which until now has benefited from Schuchardt's work (1882, 1883, 1889a, 1889b) and from recent fieldwork-based descriptions by Hugo Cardoso (since 2006). In this study, we will use the linguistic data from the oral corpus available from the latter fieldwork and kept at the *Centro de Linguística da Universidade de Lisboa*. Our goal is the description of the verbal system of the creoles of the Malabar (CM), which will amount to the characterisation of its verbal morphology and syntax of the predicate. As we shall see, the verbal morphosyntax is almost exclusively analytic, i.e., preverbal and postverbal markers carry temporal, modal and aspectual values associated with the verb. Besides the synchronic description, by adopting a comparative perspective, grammatical structures will be analysed in comparison with the Malayalam substrate/adstrate as well as with their Portuguese etymology, in order to understand the origin(s) of verbal forms and structures. It will be demonstrated that when it comes to grammatical functions and syntactic structure, the CM have converged with Malayalam on a large scale (e.g. in the SOV order).

Keywords: Malabar creoles, Indo-Portuguese creoles, verbal system, linguistic convergence, Malayalam

Índice

Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Índice.....	viii
Lista de abreviaturas.....	x
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. A costa do Malabar.....	3
1.2. Linhas gerais sobre a colonização portuguesa na Ásia.....	5
1.2.1. A língua portuguesa e contacto linguístico.....	6
1.3. Breve caracterização do contexto histórico e sociolinguístico no Malabar.....	8
1.3.1. O Malabar antes dos portugueses.....	8
1.3.2. Colonização portuguesa do Malabar.....	9
1.3.3. Estrutura social do <i>Estado da Índia</i>	10
1.3.4. Os Crioulos do Malabar.....	11
1.3.5. O Malabar depois dos portugueses.....	13
1.3.6. A vitalidade dos CM.....	14
1.4. Introdução aos CM no contexto asiático.....	16
1.5. Metodologia do trabalho.....	19
2. ANÁLISE DO SISTEMA VERBAL.....	21
2.1. Comentários sobre a ortografia.....	23
2.2. Introdução ao sistema verbal.....	28
2.2.1. Etimologia dos verbos nos CM.....	28
2.2.2. Marcação TMA.....	29
2.3. Frases copulativas, existenciais e possessivas.....	33
2.3.1. Cópula/existencial/possessivo <i>tæ</i>	33
2.3.2. Forma idiossincrática <i>tinhara</i>	36
2.3.3. Verbo <i>santa</i>	37
2.4. Aspeto imperfetivo e perfetivo.....	38
2.5. Irrealis.....	43
2.5.1. Valores de irrealis.....	43
2.5.2. Imperfetivo <i>tæ</i> vs. irrealis <i>lɔ</i>	46
2.6. Verbos modais e imperativo.....	48

2.6.1.	Verbo <i>kæræ</i>	48
2.6.2.	Verbo <i>pədi</i> e <i>nacha</i> (<i>na chega</i>).....	49
2.6.3.	Imperativo.....	51
2.7.	Polaridade.....	52
2.7.1.	Negação <i>nu/no</i>	52
2.7.2.	Marcadores de negação com valores TMA	53
2.7.3.	Contrações com verbos modais	54
2.8.	Marcação de infinitivo.....	55
2.9.	Verbos vetoriais.....	58
2.9.1.	Verbos <i>da</i> , <i>garda</i> e (<i>ja</i>) <i>foy</i>	59
2.9.2.	Verbo <i>kava</i>	61
2.10.	Perfeito.....	63
2.11.	Subordinação	66
2.11.1.	Orações completivas e relativas.....	66
2.11.2.	Discurso direto/indireto.....	68
2.11.3.	Orações adverbiais temporais	69
2.11.4.	Orações adverbiais condicionais.....	73
3.	ESTUDO COMPARATIVO DE ALGUNS ASPETOS DA INFLUÊNCIA DA LÍNGUA MALAIALA ...	77
3.1.	Língua malaiala	79
3.2.	Construções copulativas e predicação não verbal	80
3.2.1.	Verbo <i>tæ</i>	81
3.2.2.	Verbo <i>santa</i>	88
3.3.	Irrealis.....	89
3.4.	Verbos modais.....	93
3.4.1.	Verbo <i>kæræ</i>	93
3.4.2.	Verbo negativo <i>nacha</i> (<i>na chega</i>).....	95
3.5.	Subordinação	96
3.5.1.	Discurso (in)direto	97
3.5.2.	Orações relativas.....	98
3.5.3.	Orações adverbiais temporais	99
3.6.	Verbos vetoriais.....	101
4.	CONCLUSÃO.....	105
4.1.	Sincronia e diacronia dos CM numa perspetiva tipológica.....	107
4.2.	Perspetivas para a investigação futura.....	108
	Bibliografia.....	109
	Apêndice.....	119

Lista de abreviaturas

1 – 1ª pessoa

2 – 2ª pessoa

3 – 3ª pessoa

ACC – acusativo

ANT – ação antecipada

ART – artigo

AUX – auxiliar

BEN – alter-benefativo/benefativo

COM – comitativo

COMP – completivo

COND – subordinador da oração condicional

COORD – marcador de coordenação

COP – cópula

DAT – dativo

EMP - enfático

EXS – existencial

F – feminino

GEN – genitivo

IMP – imperativo

IN – partícula interrogativa

INF – infinitivo

INS – instrumental

INT – intensificador

IPFV – imperfetivo

IRR – irrealis

LOC – locativo

M – masculino

MOD – modal (atitude de lamentação)

N – neutro

NEG – negação

NOM – nominativo

PFV – perfetivo

PL – plural

POSS – possessivo

PP – particípio passado (adverbial)

PQ – partícula quotativa

PR – particípio relativo (adjetival)

PRET – pretérito

PRF – perfeito

PROG – progressivo

PRS – presente

PST – passado

PTCP – particípio

SG – singular

SOC – sociativo

TEMP – subordinador da oração temporal

TEMP_{PFV} – subordinador perfeito da oração temporal

1. INTRODUÇÃO

*isti tæra intæra “Portuguese”,
“Anglo-Indians” intæra “Portuguese” namaz lo kɔmbarsa.*

1.1. A costa do Malabar

A costa ocidental da Índia, conhecida desde cedo como Malabar (Correia 1997:18)¹, hoje em dia ocupa o espaço do estado de Kerala, uma das regiões mais ao sul da Índia.

Historicamente, houve várias interpretações da delimitação do espaço do Malabar, porém com o limite sul sempre consensual — o Cabo de Camorim. Fernão Lopes de Castanheda, por exemplo, considerava que o Malabar compreende a superfície entre o Cabo de Camorim e o Monte Deli, baseando a sua delimitação na opinião dos povos locais (Correia 1997), enquanto Georges Braun, em *Civitates Orbis Terrarum*, determina o limite norte ao lado do rio Cangerecora (a norte do Monte Deli, cf. fig. 1) (Correia 1997). Em várias fontes, o rio Cangerecora menciona-se também como a fronteira que separa Cananor de Canará², a região a norte do Malabar e a sul de Goa, que hoje em dia pertence ao estado de Karnataka. Apesar de o termo Malabar também poder ser entendido como o distrito do Malabar da coroa inglesa, referindo-se exclusivamente aos distritos setentrionais do estado de Kerala, neste estudo usaremos o nome para toda a costa sudoeste da Índia, como é entendido na literatura portuguesa – ou seja, do Cabo de Camorim até ao limite geográfico entre Cananor e Canará (algures entre o rio Cangerecora e o Monte Deli).

A linha costeira de 600 km banhada pelo Mar Arábico e a fertilidade da terra ao abrigo dos Gates Ocidentais fizeram do Malabar um cruzamento de rotas comerciais e também um espaço abundante em especiarias e outros bens. Vários portos surgiram na costa do Malabar (Calecute, Cananor, Cochim, Coullão, etc.), que rapidamente se tornaram importantes para a exportação de bens para a Europa e Ásia, experienciando um crescimento económico na época da colonização portuguesa, a partir do final do séc. XV.

Hoje em dia o estado de Kerala tem, segundo o censo de 2011³, uma população de 33 406 061 habitantes e conta com uma taxa de alfabetização de 94%, a maior da Índia, o que faz desse estado um dos mais desenvolvidos do país. Kerala é também um dos estados com maior percentagem de

¹ Nos finais do séc. X ou princípios do séc. XI a palavra *Malibar*, usada geralmente pelos muçulmanos, aparece pela primeira vez em Albiruni (Correia 1997), provavelmente uma variação do nome mais antigo *Malande*, que significa “País de Montanhas” (Correia 1997, Sadasivan 2000).

² *A Compendious Geographical Dictionary* (1795) e *Encyclopedia Britannica*, vol. XII (1797).

³ <http://censusindia.gov.in/2011census/censusinfodashboard/index.html>

cristãos (18,38%), incluindo os antigos cristãos de São Tomé⁴ e os católicos romanos, constituídos na época da evangelização e da presença dos primeiros missionários portugueses no séc. XVI.



Figura 1 - Mapa da região sul da Índia, com a localização dos limites geográficos entre o Malabar e Canará e de algumas cidades importantes no início do séc. XVI.

⁴ Acredita-se que foram constituídos com a chegada do apóstolo S. Tomé à Índia (cf. secção 1.3.1). Hoje em dia, encontram-se entre as igrejas dos ritos católico romano, ortodoxo, sírio ocidental e oriental.

1.2. Linhas gerais sobre a colonização portuguesa na Ásia

No início do séc. XV, os portugueses começaram a explorar o mar, procurando novas rotas marítimas e terras até então completamente desconhecidas. Com a visão do Infante D. Henrique, até à segunda metade do séc. XV já tinham descoberto o arquipélago da Madeira, os Açores e grande parte da costa do continente africano. Com o intuito de contornar a presença muçulmana no continente, era necessário descobrir uma via marítima até a Índia, o que foi possível depois de Bartolomeu Dias ter ultrapassado o Cabo da Boa Esperança, entrando no Oceano Índico. Em 1498, Vasco da Gama e as suas embarcações chegaram a Calecute, na costa do Malabar, marcando assim o início da presença portuguesa na Ásia.

Rapidamente os portugueses estabeleceram as suas feitorias (postos de comércio) e fortalezas e conseguiram instalar-se em vários sítios ao longo da costa asiática: na costa do Malabar (em Cochim, Cananor, Couião, Chalé e Cranganor), no Ceilão, Goa, Malaca e mais tarde em Damão, Diu e Macau.

Com a tomada de pontos estratégicos, como o entreposto de Malaca, os portugueses conseguiram criar uma rede de comércio na Ásia e controlar assim o mercado de especiarias e outros bens, também exportados para a Europa. Baxter (1996) realça que era exatamente esse o objetivo da coroa portuguesa, em oposição, por exemplo, à coroa espanhola, interessada principalmente no domínio político. O poder português limitava-se à economia e ao controlo da circulação e troca de bens, o que era assegurado pela cobrança de taxas portuárias e cartazes⁵. A presença portuguesa sentia-se, assim, desde o Médio Oriente até ao Japão, marcada pelos comerciantes portugueses nos portos de toda a costa asiática.

No entanto, o vasto espaço ocupado pelos portugueses viria a diminuir até à segunda metade do séc. XVII. O declínio da economia e poder portugueses começou a sentir-se logo no início do séc. XVII, quando os conflitos tanto com os reinos locais como com as potências europeias resultaram em desesperadas tentativas de recuperar a antiga estabilidade do *Estado da Índia* (Disney 2010). Por fim, até 1663 os sítios de maior importância económica para a exportação portuguesa ficaram nas mãos dos holandeses (Disney 2010).

⁵ Títulos jurídicos concedidos pelos portugueses, que permitiam a livre passagem nos portos com a presença oficial portuguesa (Correia 1997).

1.2.1. A língua portuguesa e contacto linguístico

Com a expansão dos portugueses pela costa asiática no séc. XVI, a língua portuguesa espalhou-se rapidamente através do domínio político, comércio e atividades missionárias (Thomaz 1990), que a levaram a tornar-se em muitos casos uma língua franca (Lopes 1936), cuja necessidade surgiu da circulação de pessoas de diversas origens⁶ e de diversas línguas maternas, nos portos asiáticos. Muitas vezes recorria-se ao uso da língua portuguesa, que, em contacto com várias línguas locais, conseguiu exercer uma influência no léxico dessas línguas até ao ponto da existência de empréstimos portugueses ainda visíveis hoje em dia nas línguas asiáticas modernas (Dalgado 1913, Baxter 1996). No entanto, o contacto do português com línguas nativas teve um impacto ainda maior: provavelmente no início do séc. XVI criaram-se muitas línguas de contacto por toda a linha costeira da Ásia, das quais algumas sobreviveram até à data presente.

Os crioulos de base lexical portuguesa na Ásia foram atestados na vasta área que inclui os territórios da China, sudeste asiático (e.g. atual Birmânia, Tailândia, Malásia, Indonésia, Timor Leste), subcontinente indiano (i.e., Índia, Sri Lanka, golfo de Bengala) e o Médio Oriente⁷. Além dos crioulos indo-portugueses falados na Índia e Ceilão, os crioulos de base portuguesa ainda são falados em Malaca (Papia Kristang⁸) e Macau⁹.

A partir do séc. XVI, muitas variedades de línguas de contacto de base portuguesa foram atestadas ao longo da costa da Índia e no Ceilão. Smith (1995) enumera as áreas em que existiram, ou existem ainda, crioulos indo-portugueses, agrupando-os relativamente à geografia e ao seu adstrato linguístico: a zona da língua guzerate na costa noroeste (Diu, Cambaia, Surate, Damão), marata na costa ocidental central (Bombaim, Baçaim, Chaul/Korlai, Taná, Dabul), concani na costa ocidental (Rajapur, Malvan, Goa¹⁰, Mangalor), canará também na costa ocidental (Onor, Batecala), malaiala

⁶ Além da presença dos povos locais, a falta de homens portugueses na Ásia resultou na presença de outros povos asiáticos, africanos e europeus (Boxer 1973).

⁷ Para a lista exaustiva de localidades em que se falavam crioulos portugueses na Ásia, veja-se Smith (1995).

⁸ Em vias de extinção, com cerca de 800 falantes (Baxter 2013). Devido a migrações nos séc. XIX e XX, as variantes do crioulo sobrevivem ainda nas comunidades portuguesas euro-asiáticas em Kuala Lumpur, Singapura e Penang (Baxter 1996).

⁹ Ainda falado por um número pequeno de macaenses e, devido a migrações, também em Hong Kong e Xangai (Baxter 1996).

¹⁰ A existência de um crioulo de base portuguesa em Goa é questionável, para mais veja-se Cardoso (2009:6).

na costa sudoeste (Cananor, Tellicherry¹¹, Wayanad, Mahé, Calecute, Cranganor, Vaipim, Cochim, Allepey, Kayamkulam, Coullão, Anjengo (Schuchardt 1889a, Cardoso, no prelo (a))), tâmil na costa sudeste¹² (Tuticorim, Kilakkarai, Negapatão, Pondicherry, Madras etc.), tâmil de Ceilão (Jaffna, Trincomalee, Batticaloa etc.), telugu na costa oriental (Masulipatão, Visagapatão etc.), oriá no golfo de Bengala (Pipli, Balashwar) e bengali também no golfo de Bengala (Calcutá, Dacca, Chitagongue).

Os crioulos indo-portugueses partilham muitas características linguísticas mas, dependendo das propriedades provenientes da sua ecologia (substrato e adstrato¹³), podem ser identificadas entre eles diferenças significativas que os delimitam como línguas distintas. Uma divisão dos crioulos indo-portugueses com base na tipologia das línguas de substrato foi proposta por Schuchardt (1889a), que os dividiu em dois grupos: gauro-português para o substrato indo-iraniano (e.g. guzerate e marata) e drávido-português para o substrato dravídico (e.g. malaiala e tâmil). Dalgado (1906) também distinguiu o grupo dos crioulos norteiros falados no espaço entre Diu e Korlai, os crioulos do Malabar, do Coromandel e do Ceilão.

Hoje em dia, os crioulos indo-portugueses são falados com alguma vitalidade em Diu¹⁴, Damão¹⁵, Korlai¹⁶ e no Sri Lanka¹⁷ em Trincomalee e Batticaloa. No Malabar, em Cananor o indo-português é falado por quatro pessoas e em Cochim foi extinto em 2010 com o falecimento do último falante (Cardoso em Pradeep 2010¹⁸).

¹¹ Para as cidades que não possuem um nome português, manteve-se o seu nome em inglês.

¹² Conhecida como a Costa de Coromandel.

¹³ A problemática de determinar quando se trata de línguas de substrato, adstrato ou dos dois casos nos crioulos portugueses da Ásia já foi reconhecida na literatura (Cardoso, Baxter & Pinharanda Nunes 2012). Neste trabalho, o termo substrato/adstrato será usado para designar a relação das línguas locais com os crioulos portugueses da Ásia.

¹⁴ Cerca de 180 falantes, incluindo crianças (Cardoso 2013).

¹⁵ Cerca de 4000 falantes, incluindo crianças (Clements 2014).

¹⁶ Cerca de 800 falantes, incluindo crianças (Clements 2013).

¹⁷ Menos de 4000 falantes, incluindo crianças (Nordhoff 2013).

¹⁸ Entrevista publicada no *The Hindu*, Kochi.

1.3. Breve caracterização do contexto histórico e sociolinguístico no Malabar

1.3.1. O Malabar antes dos portugueses

A posição litoral do Malabar ajudou à importância deste espaço desde muito cedo. Há indicações de comércio com o Egito e a Mesopotâmia ainda em meados do quinto milénio a.C. (Stein 2010). Pelo menos desde os primeiros séculos do primeiro milénio a.C., os portos do Malabar foram frequentados por navios comerciais do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico à procura de especiarias e outros bens acessíveis no Malabar (Panikkar 1960). No entanto, as primeiras referências a reinos no Malabar, ou melhor, em Kerala¹⁹, surgem no séc. III a.C., nas inscrições do imperador Asoka, que mencionam *Keralaputra* como um dos reis do sul com que o império fazia fronteira (Panikkar 1960).

O Malabar já tinha relações de comércio com o Império Romano²⁰ no séc. I d.C. e a sua exportação consistia maioritariamente de pérolas, pimenta e pedras preciosas (Panikkar 1960).

A partir do séc. I d.C., Kerala foi unido sob a dinastia de Cheras, que continuou no poder até ao séc. XII, quando vários pequenos governadores repartiram o seu espaço. O porto de Kozhikode (Calecute), governado pelo poderoso Samorim, tornou-se o sítio mais importante da costa ocidental para o comércio de especiarias, frequentado por comerciantes de todo o mundo.

No Malabar houve desde muito cedo a presença de várias religiões. O cristianismo iniciou-se, segundo uma tradição popular, quando o apóstolo S. Tomé chegou à costa do Malabar em 49 d.C. e converteu uma parte da população local (Panikkar 1960). A igreja local seguia a doutrina nestoriana, que depois foi substituída pela autoridade do patriarca Jacobita de Antioquia. O islão surgiu na região por volta do séc. II, o budismo e jainismo no séc. VI e o hinduísmo apareceu apenas no séc. VIII, implementando o sistema das castas.

¹⁹ Não existe um consenso sobre a etimologia do nome “Kerala”, mas Sadasivan (2000) defende que a fonte etimológica mais plausível é *Karezha*. A ilha budista de Ceilão era chamada *Elam* (a pronúncia tâmil para *Ezham*) e a terra costeira em que prevalecia o budismo chamava-se então *Kara-Ezham* ou *Karela*, que depois foi adotado no sânscrito como *Kerala* (Sadasivan 2000).

²⁰ A descoberta, atribuída ao marinheiro grego Hippalos, da sazonalidade das monções permitiu a navegação no Mar Árabe (Panikkar 1960, Neill 1984).

Quanto à língua, por volta do séc. IX a língua malaiala separou-se do tâmil, ambas pertencentes ao ramo das línguas dravídicas do sul. O malaiala tem uma longa história literária, com a primeira obra escrita (*Rāmacaritam*) datando do séc. XII (Krishnamurti 2003).

1.3.2. Colonização portuguesa do Malabar

Com a chegada de Vasco da Gama a Calecute em 1498, o Malabar tornou-se um espaço de comércio e convivência entre os colonizadores portugueses e os povos locais.

Depois de tentativas infrutíferas de Vasco de Gama e Pedro Álvares Cabral de estabelecer uma feitoria em Calecute, os portugueses conseguiram instalar-se na cidade de Cochim, mais recetiva. Em 1503 construiu-se a primeira fortaleza em Cochim e dois anos depois constituiu-se o *Estado da Índia*, que passaria a abranger todos os territórios portugueses no Oceano Índico (Correia 1997). Os portugueses começaram a construir as primeiras fortalezas e feitorias (postos de comércio) ao longo da costa do Malabar e, apesar de intermitentes conflitos com rajás e reis locais, no início do séc. XVI já tinham fortalezas em Cochim, Cananor, Coulão, Calecute, Chalé e Cranganor (Correia 1997). Os portugueses criaram assim um corpo administrativo cujo objetivo era controlar o comércio de especiarias, sedado inicialmente em Cochim, mas que em 1530 seria transferido para Goa, que se tornou então uma nova capital administrativa, devido à sua posição geográfica e facilidade de defesa (Correia 1997). A coroa portuguesa conseguiu tornar-se uma potência marítima e passou a dominar o comércio, baseado sobretudo na exportação da pimenta cultivada no interior do Malabar. Os comerciantes muçulmanos e árabes viam, entretanto, o seu papel no comércio do Malabar cada vez mais diminuto (Correia 1997).

Sob o Padroado português, a coroa portuguesa encarregou-se de espalhar a fé cristã no Oriente, trazendo padres católicos de Portugal logo nas primeiras expedições (Neill 1984). As primeiras igrejas foram erguidas em Cochim, Cananor, Cranganor e Coulão. Com Francisco Xavier e a implantação da Companhia de Jesus no Malabar, começa a edificação de seminários e colégios em Goa, Cochim, Coulão e Cranganor, sendo este último especialmente dedicado à formação dos filhos dos cristãos de S. Tomé para o sacerdócio no modelo da liturgia romana (Correia 1997).

1.3.3. Estrutura social do *Estado da Índia*

No início do séc. XVI, criou-se a política de “casamentos mistos”, promovida por Afonso de Albuquerque com o objetivo de assegurar que houvesse portugueses a instalar-se permanentemente na Índia (Neill 1984, Dias 2013). Assim, davam-se regalias àqueles soldados ou portugueses no geral que quisessem casar-se com uma mulher local (Correia 1997, Cardoso 2009)²¹. Os portugueses nascidos na Europa chamavam-se *reinóis*; aqueles que se casavam com mulheres locais receberam o nome de *casados*, e os seus descendentes começaram a chamar-se *mestiços* (Baxter 1996). Os casamentos mistos também tinham o intuito de conseguir mais conversões para o catolicismo, mas a evangelização da população local deu-se também por outros meios. O missionário jesuíta Nicolao Lancilotto, em Couvão em 1550 (Cardoso 2009:57), escreve que as razões para a conversão eram muitas vezes o medo, a opressão do senhorio, a fome e as ofertas dadas aos convertidos.

Segundo o contemporâneo Lazarus Nurenburger, em Cochim havia cerca de 300 casas portuguesas em 1517 e, segundo o relato do padre Sebastião Pires, havia entre 10 000 e 15 000 cristãos em 1518 (Dias 2013:103). Apesar de não sabermos ao certo a fidedignidade destes números, é esperado que o número de residentes portugueses, *casados* e não *casados*, tenha aumentado ao longo do séc. XVI. Muitos *casados* tornaram-se comerciantes que participavam no comércio de bens entre grandes portos portugueses da Ásia (e.g. portos de Bengala, Malaca, Macau) e obtiveram, assim, um papel importante na economia e política do *Estado da Índia* (Baxter 1996, Dias 2013).

²¹ As mulheres europeias não viajavam para a Índia, exceto provavelmente um número muito pequeno e portanto insignificante. Para mais, veja-se Cardoso (2009).

1.3.4. Os Crioulos do Malabar

Como referido na última secção, a presença da língua portuguesa na Ásia criou muitas novas línguas de contacto e, nesse aspeto, o estudo do Malabar é de extrema importância, por tratar-se do primeiro local de chegada dos portugueses à Ásia, onde se deu o primeiro contacto entre o português e as línguas locais. Este facto motiva a hipótese de o Malabar ter sido o sítio onde se terá criado um *pidgin* geral português (Clements 2000), que se terá espalhado pela costa sul, sudeste e este da Ásia, dando origem às línguas crioulas. A razão que se impõe para considerar esta hipótese é a existência de muitas semelhanças de carácter linguístico entre os crioulos a que temos acesso no presente (Ferraz 1987, Baxter 1996). Clements (2009) postula que uma língua de contacto de base lexical portuguesa terá sido formada em Cochim no início do séc. XVI e que se terá difundido pelo norte da Índia, e depois pelo Leste. Como argumentos para tal análise oferece, entre outros, a palavra *apa* (“pão de farinha de arroz”), de origem dravídica, que se encontra também nos crioulos norteiros, e o pronome interrogativo “como”, derivado do português *qui laia* (“que maneira”), que se encontra nos crioulos norteiros, do Sri Lanka, Papia Kristang e no crioulo filipino espanhol (Clements 2009:60). Clements (2009:55–67) mostra assim a presença de alguns itens lexicais de origem dravídica nos crioulos portugueses, e até algumas características estruturais que se podem atribuir ao malaiala, o que corrobora a hipótese de a primeira língua de contacto de base lexical portuguesa na Ásia ter substrato dravídico.

O estudo do contexto histórico e social em que é inserida a comunidade em que se formou o crioulo é essencial para uma melhor compreensão e identificação dos processos que podem ter levado à sua formação. Considera-se que os crioulos surgem tipicamente quando há uma necessidade urgente de encontrar estratégias de comunicação em comunidades heterogéneas, com uma hierarquia social que separa os mais privilegiados, com mais poder, dos menos privilegiados. A língua do estrato mais privilegiado, que vai de certa maneira impor o seu uso, é normalmente designada como superstrato, e a língua menos privilegiada, como substrato (Winford 2003). A língua de substrato, supõe-se, vai deixar de ser utilizada nas instâncias em que o superstrato exerce maior poder e existe necessidade ou forte pressão de aprendizagem da língua de superstrato. Quando acontece que os falantes do substrato, por várias razões possíveis²², não aprendem a língua de superstrato na sua

²² Na literatura normalmente referem-se: acesso parcial à língua por causa da segregação social, influência de variedades regionais ou L2 do superstrato, *foreigner/baby talk*, criação intencional da identidade crioula, etc. Para mais sobre a génese e evolução das línguas crioulas, veja-se Mufwene (2001) .

totalidade e transferem algumas estruturas ou algum léxico da(s) sua(s) língua(s) materna(s), pode criar-se uma língua de contacto que, quando se tornar uma língua nativa dessa comunidade, pode ser designada como um crioulo. Partindo desta imagem idealizada, é preciso perceber que condições necessárias para a formação de um crioulo estavam presentes no Malabar no início do séc. XVI.

Nessa altura, o Malabar era já um espaço multiétnico, sendo a língua dominante da região o malaiala. Com as armadas portuguesas chegaram também outros povos (e outras línguas) provenientes da Europa, África e Ásia, o que se verifica em fontes do séc. XVI (Cardoso 2009); a religião, que era um meio importante de disseminação da língua e cultura portuguesas, era pregada muitas vezes por padres europeus não portugueses; a presença de escravos de África também pode ter tido um papel na formação dos crioulos da Ásia (Cardoso 2010). Dada a multietnicidade da região, Baxter (1996) salienta que o português que entrou na formação das línguas de contacto pode ter incluído um leque de variantes de L2 e não só as variantes nativas (L1).

Cardoso (no prelo (a)) coloca a questão sobre que grupo se terá tornado o primeiro a nativizar o crioulo no Malabar. A resposta parece problemática, uma vez que as possibilidades consideradas para a criação de um crioulo são o acesso limitado de um grupo social à língua de superestrato e a perda de funcionalidade da(s) língua(s) materna(s) de um grupo heterogéneo (em que nenhuma língua materna sobressai como meio de comunicação e, portanto, exige-se o uso de uma língua franca, neste caso um *pidgin*) (Cardoso, no prelo (a)). No caso do Malabar, a diversidade linguística pode ter exigido o uso de um *pidgin*, mas o malaiala continuava como língua dominante da região (Cardoso, no prelo (a)). Isso evidencia que algumas circunstâncias sociais específicas levaram um dos grupos sociais mencionados (*casados*, *mestiços*, convertidos e escravos africanos) ao abandono do português e/ou malaiala e, assim, à constituição da primeira comunidade do crioulo como L1.

1.3.5. O Malabar depois dos portugueses

Enquanto o séc. XVI foi uma época de sucesso para a colonização portuguesa na Ásia, o mesmo não se pode dizer do século seguinte. Já no fim do séc. XVI e nas primeiras décadas do séc. XVII, os portugueses entraram em dificuldades económicas e políticas²³, provocadas, entre outras razões, por conflitos com a dinastia local Ikkeri, em expansão, e com as armadas holandesa e inglesa (Disney 2010). Por causa da derrota pelos Ikkeri, foram obrigados a aceitar condições desfavoráveis de paz, que impunham a compra de pimenta de Canará por preços mais altos do que no Malabar. Como consequência disso, o porto de Cochim perde a sua importância e até 1611 já não serve de porto de exportação para Lisboa (Disney 2010). O domínio do comércio da pimenta do Malabar escapou assim da mão dos portugueses, que começaram a enfrentar uma falta crónica de meios económicos para a subsistência do *Estado da Índia*. Por outro lado, os conflitos marítimos resultaram numa sucessão de perdas para os portugueses: expulsão de Ternate pelos muçulmanos em 1570, expulsão de Amboina pelos holandeses em 1605, bloqueio holandês do trânsito marítimo de Malaca a partir de 1601, perda de Ormuz para os ingleses e persas em 1622 e paragem completa da única rota comercial lucrativa (Goa-Macau-Nagasaki) em 1638. Apesar de tentativas de paz com holandeses e ingleses, a crise portuguesa na Ásia acabou por entregar definitivamente aos holandeses os locais de importância para a exportação: Malaca em 1641, Sri Lanka em 1658, Coullão em 1661, Cranganor em 1662 e Cochim em 1663 (Disney 2010). O Malabar ficou assim sob o poder holandês durante um século, durante o qual o seu comércio foi novamente reforçado e vários novos portos se tornaram importantes. No entanto, a posição holandesa começou a ser enfraquecida pelas ameaças dos reinos de Mysore e Travancore, o que, depois de algumas décadas de conflitos, levou inevitavelmente à queda do poder holandês no Malabar em 1753 e, até ao final do século, ao desaparecimento total dos holandeses na região, provocado também por uma nova potência europeia – a Inglaterra (Panikkar 1960). Durante a segunda metade do séc. XVIII, as guerras entre os ingleses e os reinos locais resultaram no domínio inglês sobre o norte do Malabar, o chamado distrito do Malabar (Cananor, Tellicherry, Calecute, Ponani), e sobre o sul de Canará. Os reinos de Cochim e Travancor tornaram-se principados da Índia britânica em 1791 e 1795, respetivamente (Ramusack 2004, Stein 2010).

²³ Não só em solo asiático: em 1580 a crise de sucessão levou à união ibérica sob a dinastia filipina.

Além da presença dos holandeses e ingleses no Malabar, os franceses instalaram-se em Mahé na primeira metade do séc. XVIII e, apesar de conflitos com os ingleses, que punham Mahé ora sob o domínio inglês ora sob o domínio francês, estes últimos ficaram a governar a cidade até pouco depois da independência da Índia britânica.

Com a independência da Índia britânica em 1947, os reinos de Cochim e Travancore juntaram-se à União Indiana em 1949, sendo em 1950 reconhecidos como o estado de Travancore-Cochim e, seis anos mais tarde, unidos com o distrito do Malabar e o distrito de Sul de Canará para formar o estado de Kerala (Stein 2010).

1.3.6. A vitalidade dos CM

A conquista holandesa causou algumas migrações das comunidades indo-portuguesas (descendentes dos *casados* e *mestiços*), que em muitos casos fugiram para Goa ou para o interior, enquanto outros ficaram, por exemplo, como tradutores ao serviço holandês (Dias 2013). Nesta altura, já se reconhecia a existência de um grupo de ascendência mista de religião católica e herança cultural e linguística portuguesa, chamado de *topazes* (Dalgado 1917, Dias 2013). Apesar da existência de dados divergentes sobre o seu tratamento durante o período de domínio holandês, este período não deverá ter sido prejudicial para os crioulos falados por esta comunidade (Cardoso, no prelo (a)). Pelo contrário, as redes comerciais holandesas terão ajudado a dispersão das comunidades indo-portuguesas e dos crioulos que falavam (Cardoso, no prelo (a)). Várias fontes registam a existência dos crioulos no fim do séc. XIX. Schuchardt (1882, 1889a, 1889b) oferece dados linguísticos sobre os crioulos de Cochim, Cananor e Mahé, analisando-os e comparando-os com os crioulos indo-portugueses no geral. Tendo isto em conta, Cardoso (no prelo (a)) conclui que, até ao desaparecimento do poder político português no Malabar, os crioulos tinham que ser suficientemente estáveis para resistirem à competição de outras línguas e espalharem-se noutros territórios.

As mesmas fontes do séc. XIX (Schuchardt 1882, 1889a, 1889b) já atestam a obsolescência dos crioulos, que parece ter começado com o domínio inglês no final do séc. XVIII (Cardoso, no prelo (a)). Os casamentos entre os indo-portugueses e ingleses ou outros povos europeus resultaram no grupo hoje em dia conhecido sob o nome de *Anglo-Indians*, ou euro-asiáticos²⁴, deixando a sua

²⁴ Às vezes também chamados *feringi* (Dias 2013).

identidade original portuguesa para trás (Dalgado 1917). Essa deve ter sido uma das razões que os levou ao lento abandono dos crioulos em favor do inglês e do malaiala, sendo possível que o desprestígio do uso dos crioulos tenha sido também um fator relevante (Dalgado 1917). No fim do séc. XIX, a igreja católica, que depois do domínio português ainda usava e ensinava a língua portuguesa, já tinha mudado para o uso exclusivo do inglês ou malaiala. O mesmo destino parece ter seguido a maioria dos crioulos portugueses na Ásia. Baseando-se nas últimas pesquisas e trabalho de campo, Cardoso (no prelo (a)) considera que os crioulos foram transmitidos para as novas gerações pelo menos até aos anos 50 do século passado em Cananor, anos 30 em Wayanad e Vaipim (Cochim), anos 20 em Tangasseri (Coulão) e Kayamkulam e até ao início do séc. XX em Allepey e Calecute.

Hoje em dia, no estado de Kerala, os *Anglo-Indians* vivem em Cananor, Calecute, Wayanad, Trichur, Ernakulam, Allepey, Coulão e nos distritos de Trivandrum (Dias 2013). Muitos deles podem ser identificados pelos seus últimos nomes portugueses, e constituem um grupo reconhecido na Constituição da Índia, que pode ter um representante na assembleia legislativa dos estados com uma concentração da comunidade anglo-indiana (Dias 2013).

1.4. Introdução aos CM no contexto asiático

Os crioulos de base lexical portuguesa da Ásia exibem muitas semelhanças ao nível lexical e estrutural. Além da já referida teoria da existência de um *pidgin* geral asiático (Clements 2000), que resultaria numa continuidade genética dos crioulos portugueses da Ásia, devem ter-se em conta outras circunstâncias que podem ter levado à sua proximidade linguística. Ansaldo & Cardoso (2009) introduzem os termos “contágio” e “contiguidade”. O primeiro refere-se à suposição de que vários crioulos podem ter-se influenciado mutuamente, o que pode ser corroborado pelo facto de haver muitas migrações nas rotas comerciais entre os portos asiáticos com presença portuguesa. Esta perspetiva já foi abordada por Dalgado (1917) como a de “recíproca transfusão parcial”, designando a influência linguística mútua entre as variedades faladas em diferentes locais. O termo “contiguidade” assume que as ecologias linguísticas dos crioulos asiáticos, sendo muitas delas tipologicamente próximas, podem ter levado a resultados parecidos, ou seja, as línguas de substrato e adstrato próximas na geografia e tipologia podem ter criado semelhanças visíveis entre determinados sub-grupos dos crioulos.

Ferraz (1987) foi um dos primeiros linguistas a enumerar as características típicas dos crioulos da Ásia. A tabela 1 apresenta algumas estruturas tipicamente atribuídas aos crioulos portugueses da Ásia (Ferraz 1987, Baxter 1996) e que os distinguem dos crioulos atlânticos, acompanhadas de exemplos dos CM.

Estrutura	Exemplos	Fonte (Cardoso: corpus de elicitação e fala espontânea)
Construção possessiva do tipo Possessor + <i>su/sə</i> + Possessão	<i>Olivia sə filha</i> (“filha da Olivia”)	Cananor (2006)
Caso dativo/acusativo expresso pela adposição derivada do pt. “para”, “por” ou “com”	<i>ælfɔnti pə ja fazæ tirə</i> (“disparámos contra elefantes”)	Cochim (2007)
Reduplicação nominal	<i>kranš~kranšə</i> (“crianças”)	Cochim (2010), Cananor (2006)

Estrutura	Exemplos	Fonte (Cardoso: corpus de elicitación e fala espontânea)
Marcadores pré-verbais TMA derivados do pt. “já” (pretérito) e “logo” (irrealis)	<i>grandi filha ja kaza</i> (“a filha mais velha casou-se”) <i>yo bōsa pærtə lə manda</i> (“vou mandar-to”)	Cochim (2010) Cananor (2006)
Marcadores de negação derivados do pt. “não há de” e “nunca”	<i>yo Tellicherry dæntərə muytə tæmpə nad fika</i> (“não vou ficar em Tellicherry muito tempo”) <i>ninga nuka mora</i> (“ninguém morreu”)	Cananor (2006) Cochim (2010)
O verbo copulativo/existencial/ possessivo derivado do pt. “ter”	<i>hotel sə pærtə ungə igreji tæ</i> (“Há uma igreja perto do hotel.”)	Cananor (2006)
Palavras derivadas do pt. arcaico <i>laia</i> (“maneira”)	<i>kilay</i> (“como”)	Cochim (2007), Cananor (2006)

Tabela 1 – Algumas estruturas gramaticais nos CM tipicamente atribuídas aos crioulos portugueses da Ásia

Como se vê a partir dos exemplos representativos dos CM, as estruturas gramaticais dos CM podem ser caracterizadas como típicas dos crioulos luso-asiáticos. No entanto, o contacto prolongado com a língua malaiala, dravídica, levou a um certo grau de convergência que os consegue distinguir dos outros crioulos indo-portugueses, de substrato/adstrato indo-iraniano, por exemplo. A língua malaiala, sendo a língua local do Malabar, deve ter participado na formação do crioulo como língua de substrato, mas como depois da sua criação coexistiu com ele, é provável que a sua contribuição seja também a de uma língua de adstrato²⁵. O fenómeno linguístico de *metatipia*, ou seja, um tipo de convergência que resulta em semelhanças significativas nas estruturas básicas entre duas línguas

²⁵ Além do adstrato malaiala, o inglês, como língua das comunidades anglo-indianas, também deve ser considerado como língua de adstrato dos CM. A sua influência verifica-se sobretudo ao nível do léxico, enquanto uma possível influência das estruturas gramaticais ainda não foi aferida.

devido a um contacto intenso, foi associado frequentemente aos crioulos portugueses de substrato dravídico, como é o caso do crioulo do Sri Lanka (Smith 1979).

A característica dravídica mais saliente dos CM é a ordem sintática SOV, que os distingue imediatamente do superstrato português e de muitos outros crioulos indo-portugueses com a ordem SVO. Veja-se o exemplo (1) com o verbo *da* (“dar”) na posição final da frase.

- (1) *æla* *isti* “book” *paymi* *ja* ***da***. (Cochim 2010:elicitação)
3FSG.NOM este livro 1SG.DAT PRET dar
“Ela deu-me este livro.”

Como é típico das línguas SOV, os CM também têm um carácter posposicional. Os marcadores nominais são sempre pospostos ao elemento nominal, como se pode ver no caso do genitivo *sə*²⁶ e dativo/acusativo *pə* constantes da tabela 1. As posições têm tipicamente etimologia portuguesa, mas as suas funções gramaticais podem normalmente ser relacionadas com os marcadores correspondentes no malaiala. Por outro lado, relativamente ao sistema verbal, os marcadores TMA são prepostos ao verbo (cf. tabela 1 e exemplo (1)), não seguindo a esse respeito o que seria esperado de uma língua SOV, o que oferece uma evidência da existência de um sistema inicial preposicional, que se pode relacionar com o superstrato português.

²⁶ Baxter & Bastos (2012) mostram que é plausível que o genitivo tenha surgido nos crioulos luso-asiáticos como reanálise do pronome possessivo português “seu/sua”, baseando-se possivelmente na construção pós-nominal do caso genitivo no malaiala.

1.5. Metodologia do trabalho

Nesta tese, os CM vão ser estudados com base num corpus que consiste em entrevistas a cinco falantes de Cananor e um falante de Cochim (num total de 14 horas e 35 minutos), gravadas a partir de 2006 por Hugo Cardoso e guardadas no Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Os CM falados em Cochim e em Cananor não apresentam diferenças linguísticas suficientes para os distinguir como línguas ou variantes diferentes (Cardoso 2014a), o que também provém do facto de o espaço do Malabar ser desde sempre ligado por migrações da população, resultando na maior proximidade linguística dos CM. Além disso, como o corpus apresenta dados linguísticos provindos dos cinco últimos falantes, dos quais só um é de Cochim, seria impossível caracterizar pequenas divergências como pertencentes ao crioulo de Cochim e não à linguagem idiossincrática desse único falante. De facto, podem ser identificadas algumas características idiossincráticas na fala de cada um dos falantes e, por isso, mencioná-las-emos neste trabalho quando for necessário; ao mesmo tempo, tentou-se desvalorizar a sua contribuição para a presente descrição, que visa oferecer uma análise geral da língua. Apesar disso, a análise das estruturas gramaticais depende das limitações do corpus referidas acima, o que significa que: a) certas estruturas possivelmente idiossincráticas podem acabar eventualmente por ter sido analisadas como uma característica geral da língua; b) há divergências entre os falantes que noutras circunstâncias não seriam desprezadas pelo linguista, mas antes usadas para delimitar variantes diferentes da língua (e.g. o uso ocasional de preposições em vez de posposições por um dado falante); c) não há evidência negativa, ou seja, não é possível dizer que certa estrutura não existe na língua²⁷.

²⁷ Exceto casos raros da eliciação de gramaticalidade.

2. ANÁLISE DO SISTEMA

VERBAL

nɔsa lingwaji, nɔs kə tə gɔsta lingwaji.

2.1. Comentários sobre a ortografia

O sistema fonológico dos CM ainda está em processo de definição; no entanto, para o efeito dos objetivos deste trabalho, estabeleceu-se um sistema de ortografia. Este sistema corresponde a uma uniformização das realizações fonéticas segundo alguns critérios fonológicos, estando, porém, longe de uma descrição fonológica completa, no sentido, por exemplo, em que não se identificaram exaustivamente todos os pares mínimos existentes. Assim, o seu caráter não pode ser considerado como estritamente fonético nem fonológico. O sistema consonântico aqui representado baseia-se principalmente na simplicidade da ortografia e, conseqüentemente, na simplicidade da sua leitura. Por outro lado, para as necessidades deste trabalho, estabeleceu-se um sistema vocálico fonológico (provisório) dos CM, baseado em oposições fonológicas identificadas no corpus. A importância de determinar o sistema vocálico com maior precisão do que o consonântico deve-se à necessidade de diferenciar palavras e separar morfemas que podem ter um caráter morfossintático diferente e que são distinguidas apenas ao nível das vogais. Como os morfemas gramaticais normalmente são palavras curtas, muitas vezes monossilábicas, é esperado que o pequeno leque das vogais exiba mais pares mínimos nestes casos do que nas palavras polissilábicas. Para além disso, sendo que as consoantes existem em maior número, não seria possível encontrar pares mínimos no corpus para todos os “fonemas”. As oposições com que se identificaram elementos consonânticos e vocálicos diferentes, i.e., grafemas neste trabalho, seguem a proposta do inventário fonológico em Clements (2012).

Abaixo encontra-se a lista da ortografia das consoantes dos CM, com a indicação da realização fonética representada pela respetiva letra. Algumas letras podem representar mais do que uma realização fonética, nos casos em que não se encontraram indicações para uma possível diferenciação fonológica entre elas. Nesses casos, a realização fonética apresentada em segundo lugar é menos frequente do que a primeira.

Grafemas consonânticos:

<p> [p]

 [b]

<t> [t] [t̥]

<d> [d] [d̥]

<k> [k]
<g> [g]
<f> [f]
<s> [s] [ts]
<sh> [ʃ] [ʂ]
<z> [z] [dz]
<ch> [tʃ]
<j> [dʒ]
<l> [l]
<lh> [ʎ]
<m> [m]
<n> [n] [ɲ]
<ng> [ŋ]
<nh> [ɲ]
<r> [r] [r̄]
<v> [v]
<w> [w]
<y> [j]²⁸

De seguida, enumeram-se os pares mínimos e descrevem-se os oito fonemas vocálicos²⁹.

²⁸ As semivogais <w> e <y> poderão ser alofones de /u/ e /i/ mas, por causa da simplicidade da leitura e para evitar algumas decisões como, por exemplo, a escolha entre <v> e <u>, optou-se por manter a grafia mais fonética.

²⁹ Clements (2012) distingue nove vogais orais e duas nasais nos CM e sugere que [æ] e [ɛ] podem ser alofones de /æ/ ou /ɛ/. Neste trabalho, [æ] e [ɛ] serão de facto analisados como alofones do fonema /æ/ e as vogais nasais não serão consideradas fonologicamente distintas das orais.

Pares mínimos vocálicos:

/a/ vs. /æ/

/maz/ (“mais”) vs. /mæz/ (“mês”)

/a/ vs. /e/

/traz/ (“atrás”) vs. /trez/ (“três”)

/a/ vs. /ə/

/paysa/ (“dinheiro”) vs. /pay sə/³⁰ (“pay” GEN)

/ə/ vs. /ɔ/

/pə/ (DAT/ACC, INF) vs. /pɔ/ (“poder”)

/ə/ vs. /a/

/limpə/ (“limpo”/“limpeza”) vs. /limpa/ (“limpar”)³¹

/ɔ/ vs. /a/

/gɔsta/ (“gostar”) vs. /gasta/ (“gastar”)

/ɔ/ vs. /o/

/ɔr/³² (“hora”) vs. /or/ (“ouro”)

/o/ vs. /a/

/mor/ (“muçulmano”) vs. /mar/ (“mar”)

/i/ vs. /u/

/ki/ (“o quê”) vs. /ku/ (COORD)

³⁰ Normalmente pronunciado sem pausa. Sobre a questão da classificação dos morfemas gramaticais nos CM veja-se a secção 2.2.2.

³¹ O mesmo tipo de distinção foi atestado para o nome *ræza* (“oração”) e o verbo *ræza* (“rezar”).

³² Dependendo do falante, a pronúncia varia entre [ɔr] e [ɔra].

Fonemas vocálicos:

/a/

O fonema /a/ é normalmente realizado como [a], mas também pode ter o alofone [ɐ], especialmente na posição final da palavra. Alguns verbos frequentes e marcadores verbais que terminam em /a/ podem ter um comportamento especial, em que /a/ ocasionalmente se reduz a [ə] ou [i] (e.g. *tinha* – [tɪŋi]/[tɪŋə], *ja* [jə]).

/æ/

O fonema /æ/ é normalmente realizado como [æ], mas também pode ter os alofones [ɐ] e [ɛ]. No caso das palavras funcionais, como o verbo *tæ* enquanto marcador pré-verbal, é comum ficarem ainda mais reduzidas foneticamente (e.g. [tə], [tɐ]³³).

/e/

O estatuto fonológico de /e/, com a realização de [e], em oposição com /æ/, não é completamente claro, pois no corpus não se encontram pares mínimos. No entanto, existem vários casos em que /æ/ e /e/ parecem ocorrer nos mesmos contextos fonológicos, por exemplo [æla] (“ela”) vs. [eli] (“ele”) antes da consoante [l], ou [dæntɾə] vs. [dʒenti] antes da consoante nasal seguida pela oclusiva [t]. Este facto podia confirmar que se trata de fonemas diferentes e, por isso, apesar das incertezas acerca do estatuto fonológico de /e/, este será distinguido de /æ/ na ortografia do presente trabalho, facilitando também uma possível investigação fonológica sobre este assunto.

/ə/

O fonema /ə/ tem a realização de [ə] e é mais frequentemente usado como uma estratégia para evitar a estrutura CVC final, criando a estrutura CVCV (Clements 2012). Apesar da existência de vários pares mínimos entre /ə/ e outras vogais, temos evidência de várias palavras em que a pronúncia de [ə] final é opcional (e.g. *nɔs/nɔzə* (“nós”)). Os contextos em que [ə] é realmente um fonema e em que é uma vogal epentética ainda precisam de ser determinados. Neste trabalho, mesmo em casos em que há evidência clara de que [ə] é uma vogal epentética (como *nɔs/nɔzə*), ə será sempre transcrito como tal, possibilitando um estudo sobre os contextos em que surge.

³³ Na transcrição dos exemplos deste trabalho, será mantida a distinção entre a forma *tæ* e a forma mais reduzida representada como *tɐ*. A distinção entre as duas formas pode facilitar a compreensão dos processos morfofonológicos e gramaticais relativos a *tæ*.

/ɔ/

O fonema /ɔ/ tem a realização de [ɔ] e pode ter o alofone [ʌ], especialmente em palavras funcionais (e.g. *nu pɔ* [nupʌ] NEG + “poder”).

/o/

O fonema /o/ tem a realização [o]. Alguns falantes parecem usar [o] como alofone de /ə/, especificamente no marcador de infinitivo e caso dativo/acusativo /pə/. Não foram encontrados pares mínimos que distingam /o/ e /ə/ mas, por outro lado, não são intercambiáveis noutras palavras e, por isso, mantém-se a distinção entre eles neste trabalho.

/u/

Tem a realização [u].

/i/

Tem a realização [i].

Apesar de termos determinado os alofones de cada fonema, ainda não é claro que contextos favorecem uma ou outra realização. A determinação do acento e sílabas tónicas nos CM poderia esclarecer os contextos em que os fonemas acima mencionados são realizados na sua forma canónica (e.g. [æ]) e quando são reduzidos, às vezes com perda da distinção entre alguns deles. Contudo, a existência e a natureza do acento nos CM são assuntos que ainda precisam de ser detalhadamente estudados. Salientamos também a dificuldade em determinar a sílaba tónica de uma palavra nos CM³⁴.

Foneticamente, pode ainda haver casos com um certo grau de nasalização, o que pode ocorrer antes das consoantes nasais e, por vezes, antes da pausa³⁵. A sua ocorrência depende também das características idiossincráticas dos falantes. Como a nasalização não exhibe um carácter fonológico, neste trabalho, as vogais nasais, ora antes de uma consoante nasal ora, eventualmente, antes de uma pausa, transcreveram-se como a vogal oral correspondente.

³⁴ O acento no malaiala, a língua de substrato/adstrato, não tem uma função fonológica (a distinguir palavras diferentes) e a sua determinação também é um assunto em debate (Asher & Kumari 1997).

³⁵ As vogais /æ/ e /ɔ/ são mais facilmente nasalizadas antes da pausa.

2.2. Introdução ao sistema verbal

2.2.1. Etimologia dos verbos nos CM

Os verbos nos CM podem possuir as desinências: *-a*, *-æ* e *-i*. As suas etimologias podem ser relacionadas com as terminações do infinitivo no português, *-ar*, *-er* e *-ir*, respetivamente. Consideremos os seguintes exemplos, que demonstram o desenvolvimento a partir do português.

(2) pt. *gostar* > *³⁶*gosta(r)* > CM *gɔsta*

(3) pt. *fazer* > **faze(r)* > CM *fazæ*

(4) pt. *dormir* > **dromi(r)* > CM *drumi*

As formas de infinitivo terão, portanto, passado por uma fase de apagamento do *-r* final, o que resultou então na forma que verificamos hoje em dia nos CM. Os desenvolvimentos pt. *a* > CM *a*, pt. *e* > CM *æ*, e pt. *i* > CM *i* são também atestados noutras palavras do léxico dos CM (e.g. pt. *dentro* > CM *dæntɾə*).

Como algumas formas verbais³⁷ frequentes nos CM têm claramente origem na 3ª pessoa de singular (3SG) do português, tentaremos justificar a etimologia acima proposta do infinitivo português como origem dos restantes verbos crioulos. É um facto que as formas crioulas *-a*, *-æ* e *-i* podiam ter resultado da 3SG do tempo presente em português, que tem terminações *-a* e *-e*; no entanto, o que se verifica neste caso é uma distinção tripartida nos CM e binária no português (igualmente no português arcaico (Xavier, Vicente & Crispim 2003b)). Como argumento mais concreto, notemos o seguinte. No caso dos verbos crioulos que terminam em *-a* (2), no português tanto a desinência do infinitivo, *-ar*, como a da 3SG do presente, *-a*, podiam ter resultado na representação /a/ nos CM. Porém, relativamente aos infinitivos em português terminados em *-er* e *-ir*, a 3SG tem uma forma (regular) representada na escrita com a terminação *-e*, mas que ao longo da história da língua portuguesa tem tido a realização de [i] (Teyssier 2001, Carvalho 2008), hoje visível, por exemplo, no português do Brasil. Para além disso, verificamos que todas as palavras que no português apresentam um <e> átono final são realizadas nos CM como /i/ (e.g. pt. *grande* > CM *grandi*, pt. *gente* > CM *jenti*). Portanto, se a origem dos verbos crioulos fosse de facto a 3SG, estaríamos à

³⁶ O asterisco indica um passo intermédio não atestado.

³⁷ Os verbos *tæ*, *vay* (veja-se a secção 2.2.2) e *podi* (veja-se 2.6.2).

espera que todos os verbos das conjugações *-er* e *-ir* fossem refletidos nos CM com /i/ final. Ora, enquanto verbos como *drumi* têm realmente a desinência *-i* (4), quando olhamos para os verbos cujo infinitivo termina em *-er* no português, nos CM nunca aparece a desinência *-i*; em vez disso, a terminação regular dos verbos que provêm dessa conjugação é *-æ*, como podemos ver em (3). Justifica-se assim entendermos o infinitivo como a origem, no geral, dos verbos nos CM.

2.2.2. Marcação TMA

Nos CM, a maioria dos verbos tem uma forma única que pode ser marcada por diferentes morfemas gramaticais. A marcação de tempo, modo e aspeto é maioritariamente pré-verbal, sendo a posição pós-verbal reservada à marcação de alguns valores gramaticais não exibidos na posição pré-verbal. A diferença principal entre os marcadores pré-verbais e pós-verbais é o grau da dependência entre o verbo e o marcador. À exceção dos verbos principais *tæ* e *kæræ* (veja-se abaixo), a marcação pré-verbal é sempre necessária³⁸, enquanto a marcação pós-verbal aparece só quando se quer transmitir um valor semântico/gramatical adicional. O verbo e os marcadores não podem ser separados por nenhum outro elemento e as posições pré-verbal e pós-verbal tipicamente podem ser preenchidas por apenas um marcador³⁹. Veja-se o exemplo (5), com o marcador de pretérito *ja*.

(5) *tudə ja fika medi.* (Cochim 2010: fala espontânea)

todos PRET ficar medo

“Todos ficaram com medo.”

O marcador *ja* provém etimologicamente do advérbio português “já” e a sua forma é invariável, sendo nesse aspeto igual a todos os marcadores de origem não verbal (e.g. *lo* (IRR) < pt “logo”, *pə* (INF) < pt “para”/“por”⁴⁰). O marcador imperfetivo *tæ*, por outro lado, sendo ele próprio um verbo copulativo nos CM (6) (com origem no verbo português “ter”⁴¹), possui uma forma de presente (7) e de passado (8).

³⁸ As orações subordinadas adverbiais são o único contexto em que os marcadores pré-verbais não são obrigatórios no geral (vejam-se as secções 2.11.3 e 2.11.4).

³⁹ Como único caso atestado com dois marcadores no corpus (na elicitación), veja-se o exemplo (145).

⁴⁰ Não um marcador com valores TMA, mas um marcador pré-verbal no geral.

⁴¹ pt. 3SG *tem* > CM *tæ*.

(6) *yo* *agɔra sozinhə tæ*. (Cananor 2006: fala espontânea)

1SG.NOM agora sozinho⁴² COP.PRS

“Agora estou sozinha.”

(7) *Stanley “Portuguese”⁴³ lingwajə tɐ* *kɔmbərsa*. (Cananor 2006: fala espontânea)

Stanley português língua IPFV.PRS conversar

“O Stanley conversa/está a conversar na língua portuguesa.”

(8) *olotrə* *tinha* *drumi*. (Cananor 2006: elicitación)

3PL.NOM IPFV.PST dormir

“Eles estavam a dormir.”

Além da posição pré-verbal, em que atribui ao verbo o aspeto imperfetivo, *tæ* pode aparecer na posição pós-verbal, com a função de perfeito (9).

(9) *bɔz* *madansə Goa ja* *foy tæ?* (Cochim 2010: elicitación)

2.NOM antes Goa PRET ir.PST PRF.PRS

“Já foste a Goa?”

À semelhança de *tæ*, o verbo modal *kæræ* também pode ser tanto um verbo independente (10) como um marcador pré-verbal de volição/obrigação (11), possuindo igualmente formas distintas para o presente ((10) e (11)) e o passado (12).

(10) *eli* *pə* *ungə “bicycle” kæræ*. (Cananor 2006: elicitación)

3MSG DAT ART bicicleta querer.PRS

“Ele quer uma bicicleta.”

(11) *yo* *kæntə aros kæræ* *kɔmpɾa?* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.NOM quanto arroz dever.PRS comprar

“Quanto arroz devo comprar?”

(12) *dos person kærinhi* *vay pə skɔla*. (Cananor 2006: elicitación)

dois pessoa dever.PST ir DAT escola

“Os dois tinham que ir à escola.”

⁴² Os CM não distinguem a categoria de género. Nas glossas, os nomes e adjetivos foram traduzidos com a forma masculina em português.

⁴³ Os empréstimos do inglês serão indicados com aspas.

Os verbos *tæ* e *kæræ* como verbos principais não requerem marcação pré-verbal ((6) e (10)), ao contrário dos restantes verbos nos CM (5). No corpus não se atestaram ocorrências do verbo *kæræ* com marcação pré-verbal e no caso de *tæ*, a sua marcação pré-verbal é limitada. O verbo *tæ* não pode ser modificado por si próprio para valores aspetuais/temporais (**tæ/tinha tæ*), mas foram atestadas várias ocorrências com o marcador de irrealis *lɔ* (cf. (50) na secção 2.5), e uma ocorrência do marcador de pretérito *ja* com a forma do passado *tinha* (cf. (33) na secção 2.4).

Em termos das formas verbais etimologicamente provenientes das formas flexionadas do português (e não do infinitivo), existe ainda nos CM o verbo *vay* (do pt. “vai”), que também tem uma forma supletiva de passado, *(ja) foy*. A forma *(ja) foy*, que provém da 3ª pessoa do pretérito perfeito português “foi”, no corpus é marcada quase sem exceção pelo marcador de pretérito *ja*⁴⁴ (como indicado pelos parênteses). Se olharmos para a origem das formas passadas dos verbos *tæ* e *kæræ*, *tinha* provém da 3ª pessoa do imperfeito do verbo português “ter” e *kærinhi* resulta provavelmente de uma analogia com a terminação *-nhi* em [tɪni], variação fonética de *tinha*.

Outro aspeto a abordar acerca dos verbos *tæ* e *kæræ* enquanto marcadores pré-verbais é o seu carácter morfossintático diferente dos restantes marcadores pré-verbais de origem não verbal. Os dois verbos possuem formas supletivas de passado ((8) e (12)) e podem formar frases como verbos principais ((6) e (10)). Por isso, apesar de ocuparem a mesma posição sintática que os marcadores pré-verbais invariáveis, o seu carácter verbal é claro (ainda que o verbo *tæ* tenha funções semânticas distintas enquanto marcador e verbo principal). O verbo *tæ* poderá, portanto, ser denominado auxiliar quanto às suas funções TMA quando em posições pré e pós-verbal, fazendo-se assim também a distinção do caso em que exerce funções copulativas como verbo principal. Contudo, quando falamos sobre a marcação verbal no geral, o auxiliar *tæ* será subentendido como sendo equivalente aos outros marcadores verbais, na sua função de atribuir valores TMA ao verbo. O verbo *kæræ*, dado que exhibe valores modais, será designado como um verbo modal.

Relativamente à classificação dos marcadores pré e pós-verbais, este trabalho não visa fornecer uma análise detalhada acerca da sua natureza morfológica, já que há questões que ainda precisam de ser elaboradas. Em termos da dependência do verbo e da sua obrigatoriedade, todos os marcadores pré-verbais são igualmente obrigatórios, i.e., necessários para a formação de uma frase. Se olharmos para a fonologia dos marcadores pré-verbais, que eventualmente podia esclarecer o seu estatuto morfológico, verificamos que a sua pronúncia em relação ao verbo varia ao ponto de impedir uma classificação viável. Por variação, referimo-nos concretamente ao uso ocasional de pausas entre o verbo e o marcador e a dificuldade em determinar se os marcadores têm acento próprio (questão que

⁴⁴ Note-se que a forma *foy* só é usada com o marcador *ja*, enquanto com os marcadores de passado *tinha* e *nuka*, atestamos a forma *vay*. Isto mostra que a forma *vay* não se restringe ao tempo presente.

se estende a toda a língua, veja-se a secção 2.1). Dado que a possibilidade da ocorrência de pausas entre o verbo e qualquer marcador indica pelo menos que não se trata de afixos⁴⁵, deixaremos em aberto a sua possível classificação como clíticos, pelo menos no caso dos marcadores monossilábicos. Como o objetivo deste trabalho é a descrição do sistema verbal, o mais importante é entender que a classificação dos marcadores pré-verbais e pós-verbais como clíticos ou como morfemas fonologicamente mais “independentes” não influenciará a explicação teórica da sua distribuição (e.g. a obrigatoriedade dos marcadores pré-verbais) e dos seus valores semânticos. Dado que nos absteremos de oferecer uma classificação definitiva dos marcadores verbais, a ortografia usada na transcrição dos exemplos do corpus não recorrerá a nenhum símbolo de ligação entre o marcador e o verbo. O mesmo se aplica ao sintagma nominal e os seus marcadores⁴⁶.

⁴⁵ No caso dos marcadores pré-verbais, a natureza prosódica de elementos prepostos pode indicar uma maior dificuldade de afixação do que seria esperado se fossem pospostos. Considere-se a hipótese proposta por Himmelmann (2014): *The grammaticization of a function word into an affix presupposes that the function word and its lexical host regularly form a prosodic unit (a prosodic word or phrase). This requirement is often not met for preposed function words because prosodic word and phrase boundaries may occur between preposed function words and their lexical hosts with sufficient frequency so as to impede the fusion process. Postposed function words are much more rarely, if ever, separated from their lexical hosts by such boundaries.*

⁴⁶ Exceto a marcação –s para o plural e a reduplicação nominal, que serão indicados com hífen e til, respetivamente, segundo *The Leipzig Glossing Rules*.

2.3. Frases copulativas, existenciais e possessivas

Esta secção será dedicada à descrição dos predicados que envolvem construções copulativas (i.e., predicados nominais, adjetivais e locativos), existenciais e possessivas. Na área sul-asiática, estas funções são frequentemente reunidas num só verbo (semanticamente “vazio”), e o mesmo verificaremos para o verbo *tæ* nos CM. O verbo *santa* (“sentar”) também será analisado em contextos em que desempenha algumas funções copulativas.

2.3.1. Cópula/existencial/possessivo *tæ*

Nos CM, os predicados locativos (cf. (13)), existenciais (cf. (14)) e possessivos (cf. (15)) usam todos o verbo *tæ*.

(13) *æla ali tæ*. (Cananor 2006: elicitção)

3FSG.NOM ali COP.PRS

“Ela está ali.”

(14) *kaza ali tæ*. (Cochim 2007: fala espontânea)

casa ali EXS.PRS

“Ali há uma casa.”

(15) *paymi dos kaza tæ*. (Cochim 2010: fala espontânea)

1SG.DAT dois casa POSS.PRS

“Tenho duas casas.”

O uso do mesmo verbo para expressar a localização (13) e a existência (14) de alguma coisa é uma estratégia esperada, já que se trata de funções de semântica próxima, nomeadamente a colocação do sujeito no espaço. O possessivo pode também facilmente ser visto como uma instância de existencial, dado que em muitos casos pede o sujeito dativo: neste caso, a interpretação seria a existência de um elemento, com o papel semântico de tema (sintaticamente o sujeito da frase), experienciada pelo experienciador (sintaticamente oblíquo) (15). No entanto, como o uso do sujeito

dativo não é obrigatório para uma interpretação possessiva⁴⁷, a função possessiva de *tæ* será indicada explicitamente ao longo deste trabalho. Mesmo quando a construção possessiva não tem o sujeito dativo, distingue-se do predicado locativo e existencial pela presença de uma expressão locativa nestes últimos (e.g. *ali*). Quando, pelo contrário, nem o sujeito nem a sua localização são expressos na frase (veja-se *tæ* em (43), na secção 2.4), a interpretação pode ser ambígua entre o existencial e o possessivo.

Como foi mencionado na secção anterior, o verbo *tæ* tem a forma de passado *tinha* e, nesse caso, também desempenha as funções de cópula locativa (cf. (16)), existencial (cf. (17)) ou possessiva (cf. (18)).

(16) *nɔzə əgə dəntərə **tinha** [...]* (Cananor 2006: elicitación)

1PL.NOM água LOC COP.PST

“Estávamos na água [...]”

(17) *muytə jenti **tinha**.* (Cananor 2006: fala espontânea)

muito gente EXS.PST

“Havia muita gente.”

(18) *nɔzə kə bastantə morə kambrad **tinhi**⁴⁸[...]* (Cananor 2006: fala espontânea)

1PL DAT muito muçulmano amigo POSS.PST

“Tínhamos muitos amigos muçulmanos [...]”

No entanto, quando se trata de um predicado nominal, o verbo *tæ* no tempo presente é sempre omitido. Compare-se o exemplo (19) de um predicado nominal, com os exemplos (20) e (21), não aceites pelos falantes como gramaticais.

(19) *minha pay ungə “policeman”.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.GEN pai ART polícia

“O meu pai é polícia.”

(20) * *Anthony peshi tɐ pæga ɔmi tæ.* (Cananor 2015: elicitación)⁴⁹

Anthony peixe IPFV.PRS apanhar homem COP.PRS

*Anthony é pescador.

⁴⁷ Para mais sobre o sujeito dativo nos CM e a possibilidade de não ser usado nas construções possessivas, sobretudo na elicitación, veja-se Cardoso (no prelo (b)).

⁴⁸ As variações fonéticas [tin]/[tini]/[tiji] de *tinha* serão sempre transcritas tal como produzidas na fala.

⁴⁹ A oração *peshi tɐ pæga ɔmi* é relativa e modifica o nome *ɔmi* (cf. secção 2.11.1).

(21) * *isti unḡa igreja tæ*. (Cananor 2015: elicitación)

este ART igreja COP.PRS

*Esta é uma igreja.

Os predicados adjetivais normalmente têm o mesmo comportamento que os predicados nominais, ou seja, não usam o verbo *tæ* no presente (22); no entanto, existem algumas ocorrências com a cópula *tæ* (23).

(22) *isti fæmi grandi*⁵⁰. (Cananor 2006: elicitación)

este rapariga grande

“Esta rapariga é grande.”

(23) *Olivia nṵsa maz kurtæ tæ*. (Cananor 2006: elicitación)

Olivia 1PL.GEN mais baixo COP.PRS

“A Olivia é mais baixa que nós.”

Apesar de a omissão de *tæ* ser obrigatória no tempo presente com predicativos nominais, e frequente com predicados adjetivais, no passado o seu uso é possível ou até preferido. Assim, existem alguns exemplos da sua utilização com a forma de passado *tinha* ((24) e (25)), e outros em que a cópula foi omitida ((26) e (27)).

(24) *minha pay sə kambradə unḡa bə əmi tini*. (Cananor 2015: elicitación)

1SG.GEN pai GEN amigo ART bom homem COP.PST

“O amigo do meu pai era bom homem.”

(25) *mænga tṵ vendæ fæmi bəmba pikæen tini*. (Cananor 2006: elicitación)

manga IPFV.PRS vender rapariga muito pequeno COP.PST

“A vendedora de mangas era muito pequena.”

(26) *minha pay unḡa “policeman”*. (Cananor 2006: elicitación)

1SG.GEN pai ART polícia

“O meu pai era polícia.”

(27) *əmi yo ja olha unḡa grandi əmi*. (Cananor 2006: elicitación)

homem 1SG.NOM PRET ver ART grande homem

“O homem que vi era um homem grande.”

⁵⁰ Ao contrário do predicado nominal/adjetival numa frase copulativa, um modificador dentro de um NP vem sempre à esquerda de um nome, por exemplo *minha grandi irma* (“a irmã mais velha”). Com base neste exemplo, a frase copulativa seria *minha irma grandi* (“minha irmã é grande”), com o predicado adjetival à direita do NP.

Como podemos ver, a cópula nas frases no passado do tipo (24) e (25) garante a compreensão do contexto temporal da frase. No entanto, quando o contexto frásico ou discursivo ((26) e (27)) já tem uma referência temporal de passado⁵¹, é possível omitir a cópula.

A ausência da cópula no presente verifica-se também nas frases negativas (28).

(28) *isti minha kaza no, isti igreja sə kaza.* (Cananor 2015: elicitación)
esta minha casa NEG esta igreja GEN casa
“Esta não é a minha casa, é [uma casa]⁵² da igreja.”

2.3.2. Forma idiossincrática *tinbara*

A forma *tinbara* (29) foi atestada no discurso de um falante (Cananor) em vez de *tinba*, em todos os contextos apresentados nesta secção. No entanto, foi registado um caso em que este falante usou a forma *tinba*, o que mostra que a variante *tinbara* coexistia com *tinba*, usada pelos outros falantes.

(29) *bastantə jenti tinbara.* (Cananor 2006: fala espontânea)
bastante/muito gente EXS.PST
“Havia muitas pessoas.”

Quanto à etimologia de *tinbara*, existem duas possibilidades da sua formação, a primeira sendo uma forma do pretérito mais que perfeito do português, formada a partir do imperfeito “tinba” e a desinência *-era* do pretérito mais que perfeito. Assim, em vez da forma “tivera”, ter-se-ia formado *⁵³*tinba-era* > *tinbara*. A segunda possibilidade é a utilização do verbo “era” como um verbo auxiliar posposto para designar o passado, ou o aspeto imperfetivo, resultando na junção dos dois verbos. A razão pela qual podemos pensar que podia ter existido uma maior regularidade da terminação *-era* é a existência de algumas ocorrências singulares de outros verbos terminados em *-era* produzidas por um outro falante da mesma localização (Cananor), que ocasionalmente também usava a forma *tinbara*. No exemplo (30) podemos ver a forma verbal *nadæra*, criada a partir do verbo *nada* (“nadar”) (atestado como um verbo funcional com a forma *nada*).

⁵¹ Os exemplos (26) e (27) foram elicitados. Infelizmente, na fala espontânea é difícil encontrar exemplos deste tipo em que o contexto seja claramente o de passado. A importância do contexto é, portanto, apenas uma hipótese.

⁵² Na tradução dos exemplos, os parênteses retos indicarão a tradução literária da frase em crioulo ou partes dela.

⁵³ Forma não atestada.

(30) *nəs* *tinha* *nadæra*⁵⁴. (Cananor 2006: elicitación)

1PL.NOM IPFV.PST nadar.?

“Estávamos a nadar.”

Infelizmente, temos evidência de apenas duas ocorrências deste tipo, pelo que não podemos chegar a uma conclusão sobre a natureza desse sufixo e a sua possível relação com *tinbara*.

2.3.3. Verbo *santa*

O verbo *santa*, além de ser usado com o significado de “sentar”, também tem propriedades de uma cópula locativa⁵⁵. Usa-se para descrever situações em que o sujeito permanece num sítio e parece implicar uma permanência durativa, um aspeto em que contrasta com o verbo *tæ*, que não tem implicações aspetuais como verbo principal. O verbo *santa* é mais frequentemente usado em contextos de “estar em casa”, como no exemplo (31). Apesar da escassez de dados deste tipo, pode notar-se que a expressão “estar em casa” (*kaza santa*) é sempre usada em contextos depreciativos (neste caso, *lɔ beva chama*).

(31) *eli* *sə* *kaza santa* *ku* *lɔ bævæ chama*. (Cochim 2007: fala espontânea)

3MSG GEN casa sentar/estar COORD IRR beber chamar

“Estava na sua casa e chamava para beber.”

⁵⁴ Enquanto o falante repete a frase mais lentamente para melhor compreensão, faz uma pausa entre *nada* e *æra*.

⁵⁵ Desenvolvimento tipologicamente comum (Heine & Kuteva 2004:278).

2.4. Aspeto imperfetivo e perfetivo

O verbo *tæ* usado como verbo principal, com as funções descritas na última secção, não parece estar relacionado com a expressão de aspeto. Neste trabalho, o aspeto perfetivo é considerado como aquele que vê a situação descrita pelo verbo como um todo delimitado e o imperfetivo, por outro lado, aponta para a estrutura interna da situação descrita (Comrie 1976). Enquanto a expressão do aspeto perfetivo pelo marcador de pretérito *ja* pode ser imediatamente identificada (cf. (46) e (47)), o aspeto imperfetivo abrange todo um leque de implicações semânticas, que serão descritas com base na análise proposta por Bertinetto & Lenci (2010). Assim, o aspeto imperfetivo será dividido em dois âmbitos principais; o aspeto progressivo por um lado, e os aspetos habitual e gnómico por outro⁵⁶. Enquanto o progressivo é normalmente usado com os verbos dinâmicos em que uma ação persiste por um período de tempo, o habitual e gnómico expressam ações e estados que definem o sujeito da frase através dos seus hábitos e das suas propriedades intrínsecas, respetivamente. A diferença principal entre o habitual e o gnómico é a natureza eventiva do habitual e a natureza mais estativa do gnómico⁵⁷. Assim, uma frase como “O João abria a janela todos os dias” seria considerada como habitual, enquanto uma frase como “Os mamutes eram mamíferos” será gnómica (Bertinetto & Lenci 2010). Também é importante considerar o caráter temporalmente universal do aspeto gnómico, ou seja, a expressão de uma característica que, apesar de poder ser morfologicamente marcada para um tempo, não tem a sua validade restrita a um período de tempo (por exemplo, os mamutes não deixaram de ser mamíferos). O habitual, por outro lado, denota várias ocorrências da mesma ação que se dão num período de tempo determinado (e.g. “todos os dias”).

Nos CM, não existe a possibilidade de expressão de perfetivo no tempo presente, o que provém da natureza deste tempo verbal, que normalmente descreve situações que se verificam no momento de enunciação (Comrie 1976, Bybee et al. 1994)⁵⁸. Por isso, para testar as implicações aspetuais de *tæ*

⁵⁶ A iteração não será considerada como uma categoria relevante, dado que a interpretação de iteração pode aparecer em situações em que o verbo é imperfetivo ou perfetivo, não dependendo portanto do aspeto gramatical expresso (Bertinetto & Lenci 2010).

⁵⁷ Neste caso, Bertinetto & Lenci (2010) não se referem só a estados, mas a todas as situações que denotam uma propriedade intrínseca do sujeito e, como teste, usam a impossibilidade de tornar a frase passiva. Quando a ação descrita tem um agente capaz de exercer a ação deliberadamente, ou seja, quando a transformação para a frase passiva corresponde na sua interpretação à sua versão ativa, o aspeto é habitual e não gnómico.

⁵⁸ As línguas que diferenciam o aspeto perfetivo e imperfetivo no tempo morfologicamente considerado presente (e.g. línguas eslavas) normalmente têm uma referência ao passado ou futuro relacionada com o

analisaremos o seu uso no passado, onde, ao nível da marcação verbal, existe a oposição entre o marcador perfeitivo *ja* e imperfetivo *tinha*⁵⁹. Os seguintes exemplos do verbo *tæ* no passado (*tinha*) mostram contextos diferentes relativamente ao aspeto.

(32) *nəs ja chama ɔrzə olotrə kama dəntrə tɪnhara.* (Cananor 2006: elicitación)
 1PL.NOM PRET chamar TEMP 3PL.NOM cama LOC COP.PST
 “Quando ligámos, eles estavam na cama.”

(33) “*Saint Philomena's church*” *ja tɪn?* (Cochim 2007: fala espontânea)
 Santa Filomena igreja PRET COP.PST
 “Já estiveste na igreja de Santa Filomena?”

(34) *yo poroz olha kandə bɔmba alægri ja fika.* (Cananor 2006: fala espontânea)
 1SG.NOM 2.ACC ver TEMP muito alegre PRET ficar
yo poroz olha kandə bɔmba alægri tɪnha.
 1SG.NOM 2.ACC ver TEMP muito alegre COP.PST
 “Quando te vi, fiquei muito feliz.”

O exemplo (32) mostra um caso típico do aspeto imperfetivo, enquanto os exemplos (33) e (34) se referem a ações perfeitivas. Em (33), foi usado o marcador perfeitivo *ja*, que, no entanto, não é obrigatório para *tɪn* ter uma leitura perfeitiva, como podemos ver em (34), em que o falante oferece duas estratégias com a mesma interpretação: *ja fika* e *tinha*. Como o falante se exprimiu utilizando ambas as possibilidades, sabemos que a leitura de *tinha* neste caso tem que ser perfeitiva. Por isso, podemos concluir que o verbo *tæ* é neutro quanto à expressão de aspeto.

Apesar de o verbo *tæ* como verbo principal não expressar valores aspetuais, já como verbo auxiliar pré-verbal marca o aspeto imperfetivo. Nos exemplos (35) e (36) podemos ver o uso de *tæ* como marcador imperfetivo do tempo presente.

(35) *nozə isti tæra tɐ⁶⁰ fika.* (Cananor 2006: elicitación)
 1PL.NOM este terra IPFV.PRS ficar/morar
 “Nós vivemos nesta terra.”

aspeto perfeitivo, sendo a forma de imperfetivo o “verdadeiro” presente (i.e., com referência ao momento de enunciação).

⁵⁹ O facto de *tinha* ser um marcador somente imperfetivo justifica a necessidade de verificar se, enquanto verbo principal, *tinha* também apresenta um valor imperfetivo.

⁶⁰ Lembre-se que na transcrição será mantida a forma fonética [tɐ] de *tæ*.

(36) *pæirmi manga muytə tɐ gɔsta.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.DAT manga muito IPFV.PRS gostar

“Gosto muito de manga.”

(37) *bɔzə ki tɐ fazæ?* (Cananor 2006: elicitación)

2.NOM o_quê IPFV.PRS fazer

“O que é que estás a fazer?”

(38) *Olivia igreja tud dia tɐ vay.* (Cananor 2006: elicitación)

Olivia igreja todo dia IPFV.PRS ir

“A Olivia vai à igreja todos os dias.”

Quando *tæ* modifica um verbo estativo (como *fika* em (35) e *gɔsta* em (36)), a leitura é sempre gnómica⁶¹, ou seja, tem uma referência temporal universal e expressa uma qualidade ou uma característica intrínseca de um sujeito e não de uma ação propositadamente empreendida pelo sujeito. No caso dos verbos dinâmicos, a leitura é preferencialmente progressiva (37) mas, quando a ação é colocada dentro de um contexto habitual, por exemplo através de um advérbio temporal que indique habitualidade (cf. *tud dia* (38)), é desencadeada uma leitura habitual. Certos contextos podem resultar também numa leitura gnómica, mesmo com verbos dinâmicos. No exemplo (39), em que o contexto implica o falante estar em Kerala ao dizê-lo, o verbo dinâmico *vi* tem uma leitura gnómica, favorecida pelo contexto no qual o falante, estando em Kerala, não pode ao mesmo tempo estar na ação de vir de lá⁶².

(39) *yo Kerala dæntɾə sə tɐ vi.* (Cochim 2010: elicitación)

1SG.NOM Kerala LOC GEN IPFV.PRS vir

“Venho de Kerala.”

Se o falante estivesse fora de Kerala ao enunciar a frase, a interpretação de *tɐ vi* seria preferencialmente progressiva, como se vê no exemplo (40), em que o sujeito (a Olivia) já não está no mercado.

⁶¹ Se *fika* for interpretado como um verbo dinâmico (“ficar”) indicando mudança de estado, o uso de *tɐ* pode ter uma leitura progressiva: *nɔs tama tɐ fika idadi.*

1PL.NOM também IPFV.PRS ficar idade/idosos

“Também estamos a ficar velhos.”

(Cananor 2006: fala espontânea)

⁶² Note-se que a leitura deste exemplo é gnómica e não habitual, pois a interpretação dada não é a de várias ocorrências da ação de vir, mas sim de uma propriedade do sujeito.

(40) *Olivia “market” dæntərə sə tɐ vi.* (Cananor 2015: elicitación)

Olivia mercado LOC GEN IPFV.PRS vir

“A Olivia está a vir do mercado.”

Já o exemplo (41), produzido na elicitación e contendo o verbo dinâmico *esana*, produzido na elicitación, pode ser interpretado como progressivo ou como gnómico, dependendo do contexto.

(41) *Stanley sə filhi tɐ esana.* (Cananor 2006: elicitación)

Stanley GEN filho IPFV.PRS ensinar

“O filho do Stanley é professor [ensina].”/“O filho do Stanley está a dar aulas.”

Dado que a escolha entre a interpretação habitual, gnómica ou progressiva do verbo *tæ* depende do tipo de verbo que está a marcar (estativo vs. dinâmico) e do contexto discursivo/frásico, podemos concluir que nenhum destes valores é indicado por *tæ* sozinho e, por isso, este deve ser interpretado como um marcador geral de imperfetivo, quando na posição pré-verbal.

Nos exemplos (42) – (45) podemos ver a marcação imperfetiva no passado ((44) é a repetição do exemplo (8) da secção 2.2.2).

(42) *Olivia sə filhi minha krans~krans suntadə*

Olivia GEN filho 1SG.GEN criança~PL COM

tinha *brinka.* (Cananor 2006: elicitación)

IPFV.PST brincar

“O filho da Olivia costumava brincar com os meus filhos.”

(43) *agɔra sirvis nu tæ.*

agora trabalho NEG POSS/EXS.PRS

madansə tin fazæ. (Cananor 2006: fala espontânea)

antigamente IPFV.PST fazer

“Agora não tenho/há trabalho. Antigamente trabalhava [fazia].”

(44) *olotrə tinha drumi.* (Cananor 2006: elicitación)

3PL.NOM IPFV.PST dormir

“Eles estavam a dormir.”

(45) *yo aki sezə ɔra tin santa.* (Cochim 2010: elicitación)

1SG.NOM aqui seis hora IPFV.PST sentar

“Estive aqui sentado durante seis horas.”

Os exemplos (42) e (43) mostram o uso de *tinha* em situações passadas habituais, e os exemplos (44) e (45) mostram situações progressivas no passado. Dado que a forma presente de *tæ*, para além destes dois valores, pode também permitir uma leitura gnómica, seria esperado que *tinha* também pudesse apresentar este último valor, no passado. Porém, dada a baixa frequência da forma *tinha* no corpus em comparação com a forma do presente, não temos evidência de ser usado para o aspeto gnómico⁶³, o que poderá ser consequência da concorrência com o marcador de irrealis *lɔ* nesse contexto (cf. secção 2.5).

No tempo passado, o marcador *ja* com a função de perfeito contrasta com o uso de *tinha* e as suas funções podem ser reunidas sob o nome de pretérito. Neste trabalho, o pretérito entende-se como a categoria que descreve todas as ações perfeitas com a referência temporal de passado, ou seja, todas as ações realizadas num ponto anterior ao momento de enunciação, sem implicações sobre a sua estrutura temporal interna. Os exemplos (46) e (47) mostram uso de *ja* na marcação do pretérito.

(46) *isti igreja portugez jenti ja mara.* (Cochim 2010: elicitación)

este igreja português pessoas PRET construir

“Os portugueses construíram esta igreja.”

(47) “*train*” *dæntɾə ja vi.* (Cananor 2006: elicitación)

comboio LOC PRET vir

“Vim de comboio.”

⁶³ Todos os exemplos podem ser interpretados ora como uma ação progressiva ora como a repetição de uma ação no passado, a que chamamos de habitual.

2.5. Irrealis

2.5.1. Valores de irrealis

Podemos reunir o conjunto de funções que *lɔ* desempenha sob o nome de irrealis, o que significa que, em oposição com os outros marcadores, que não têm implicações semânticas modais, este não afirma nada sobre a veracidade de uma proposição. A modalidade expressa por *lɔ* denota situações mais ou menos próximas da realidade, ou seja, a sua referência pode ser vista como uma escala de possibilidades disponíveis a partir do mundo real. Por isso, *lɔ* não especifica nenhuma referência temporal clara, o que significa que a interpretação temporal de futuro, passado ou validade no presente que lhe possa ser atribuída dependerá do contexto discursivo/frásico.

Quando o contexto propicia uma interpretação de futuro, *lɔ* servirá para expressar uma possibilidade com a referência temporal de futuro. Dependendo do contexto, a assertividade sobre a verdade da proposição expressa pode variar. Como podemos ver no exemplo (48), *lɔ* designa aqui uma ação posterior ao momento de enunciação, com mais assertividade do que em (49) e (50).

(48) *bɔzə aminha noyti ki lɔ fazæ?* (Cananor 2006: elicitación)

2.NOM amanhã noite o_quê IRR fazer

“O que é que vais fazer amanhã?”

(49) *ætə katrə ɔrə yo aki lɔ fika.* (Cananor 2006: elicitación)

até quatro hora 1SG.NOM aqui IRR ficar

“Posso ficar até às quatro horas.”/“Ficarei até às quatro horas.”

(50) *isti kaza pə unɡə oytænta idadi lɔ tæ.* (Cochim 2010: fala espontânea)

este casa DAT um oitenta idade IRR POSS.PRS

“Esta casa terá uns oitenta anos.”

No exemplo (48) podemos ver que o uso do advérbio *aminha* contextualiza a situação descrita no futuro, referindo-se ao planeamento de uma ação, enquanto o exemplo (49), dependendo do contexto, pode inferir menos certeza acerca da realização da proposição. O exemplo (50), por seu lado, expressa uma dúvida no contexto da fala espontânea em que foi produzido (note-se o

modificador “uns”), mas noutra contexto também poderia proporcionar uma referência de futuro, como em (48)⁶⁴.

Além do verbo *tæ*, também o marcador *lɔ* pode marcar o aspeto imperfetivo, mas o seu uso limita-se à expressão da imperfetividade habitual e gnómica, ou seja, não pode expressar o aspeto progressivo como *tæ*. Seguindo a classificação de imperfetividade gnómica e habitual proposta por Bertinetto & Lenci (2010), o marcador *lɔ* pode expressar o aspeto habitual ((51) e (52)), genérico (53) e potencial ((54) e (55))⁶⁵.

Nos exemplos (51) e (52), o marcador *lɔ* cria uma leitura habitual, ou seja, a repetição de uma atividade que descreve uma característica do sujeito (Bertinetto & Lenci 2010). Os advérbios *tud dia* em (51) e *madansə* em (52) contribuem para uma interpretação habitual, com a referência temporal no presente e no passado, respetivamente.

(51) *Olivia Francis sə pærtə tud dia lɔ kɔmbərsa.* (Cochim 2010: elicitación)

Olivia Francis GEN SOC todo dia IRR conversar

“A Olivia fala com o Francis todos os dias.”

(52) *madansə lɔ kɔmbərsa, lɔ kanta.* (Cananor 2010: fala espontânea)

antes IRR conversar IRR cantar

“Antigamente conversávamos e cantávamos.”

O exemplo (53) denota uma proposição genérica, referindo-se neste caso a toda a espécie de vacas que tipicamente exercem a ação descrita pelo verbo (Bertinetto & Lenci 2010).

(53) *vaka leyti lɔ da.* (Cananor 2006: elicitación)

vaca leite IRR dar

“A vaca dá leite.”/“As vacas dão leite.”

Se o contexto de (53) determinasse que se tratava de uma vaca específica (com o artigo *ungə*, por exemplo), o exemplo podia ser considerado como potencial ((54) e (55)).

⁶⁴ Quando o contexto do exemplo elicitado não é claro, os falantes oferecem por vezes as duas interpretações:
yo lɔ vay. (Cananor 2006: elicitación)

1SG IRR ir

“Eu irei.”/“Eu posso ir.”

⁶⁵ Note-se que a divisão entre vários tipos do aspeto gnómico não seria relevante para a descrição do marcador *tæ*, mas foi introduzida nesta secção por utilidade para clarificar a descrição de *lɔ* e não porque todos os tipos propostos por Bertinetto & Lenci (2010) sejam imediatamente identificáveis como distintos nos CM.

Os exemplos (54) e (55) mostram o uso de *lɔ* para a expressão de potencial, ou seja, denotam capacidades do sujeito.

(54) *minha filhi faka tæ sæm kokə lɔ kabra.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.GEN filho faca POSS/EXS.PRS sem coco IRR partir

“O meu filho consegue partir/parte o coco sem [ter] a faca.”

(55) *eli pə portugez pisin~pisin lɔ sævæ,*

3MSG DAT português pouco~INT IRR saber

befæt nu pə sævæ. (Cochim 2007: fala espontânea)

bem NEG poder saber

“Ele sabe pouco português, não sabe (falar)⁶⁶ bem.”

As proposições descritas referem uma generalização mas, ao contrário de algo que se pode considerar uma “verdade absoluta” (como a referência à espécie no geral em (53)), neste caso trata-se da caracterização da capacidade dos sujeitos envolvidos. Em comparação com os exemplos habituais (51) e (52), podemos ver que o potencial não implica nenhuma repetição da ação descrita, mas sim a capacidade do sujeito de a exercer. No exemplo (55), descreve-se a falta de capacidade do sujeito para falar português e quando negado, o verbo *sævæ* recebe uma marcação modal com o verbo “poder”, tipicamente usado para expressar capacidade e permissão.

Se contrastarmos o exemplo (53) com a forma negativa da mesma proposição (56), podemos ver que é usado o verbo modal negativo *nacha* (cf. secção 2.6.2), o que demonstra que os valores imperfetivos de *lɔ* são de facto valores modais de irrealis. É preciso notar que o exemplo (56) deve ser interpretado como genérico mas, se se referisse a um sujeito específico, poderia provavelmente ser interpretado como potencial.

(56) *kavala leyti nacha da, vaka leyti lɔ da.* (Cochim 2006: elicitación)

cavalo leite NEG.conseguir dar vaca leite IRR dar

“O cavalo não dá [não consegue dar] leite, a vaca dá leite.”/“Os cavalos não dão leite, as vacas dão leite.”

⁶⁶ Os parênteses curvos indicarão uma palavra não pronunciada no crioulo, mas adequada à tradução para o português.

2.5.2. Imperfetivo *tæ* vs. irrealis *lɔ*

Os valores imperfetivos de *lɔ* podem parecer sobrepostos ao uso do marcador imperfetivo *tæ* descrito na secção 2.4. No entanto, é possível identificar dois pontos de divergência entre estes dois marcadores: *lɔ* não pode marcar o aspeto progressivo e *tæ* não pode marcar o potencial. Todos os outros valores, que incluem o aspeto habitual e genérico, podem empregar tanto *lɔ* como *tæ*; comparem-se os exemplos (38) e (51) para habitual e (39) e (53) para genérico.

Além da inexistência no corpus de exemplos com a interpretação de potencial com *tæ*, temos razões fortes para considerar que *tæ* não pode marcar o aspeto potencial. Partindo do verbo *sævæ*, muito frequente na fala e com uma interpretação frequentemente potencial nos exemplos do corpus⁶⁷, verificamos que este nunca aparece marcado por *tæ*, sendo a sua marcação limitada apenas a *lɔ* (57). No exemplo (57), podemos ver *lɔ* atribuindo uma leitura potencial ao verbo *intendæ* e, seguidamente, a sua negação com o verbo modal negativo *nacha/na chega*, como em (56).

(57) *yo lɔ intendæ bɔsa portugez [...] nɔsa portugez bɔ befæt*
1SG.NOM IRR perceber 2.GEN português 1PL.GEN português bom bem
na chega intendæ ja fala. (Cochim 2010: fala espontânea)
NEG conseguir perceber PRET dizer
“Eu percebo o vosso português. [...] (Ela) disse que não percebe bem o nosso português.”

Quando comparamos o uso de *lɔ* e *tinha* no passado, verificamos que não se encontram exemplos com valores de aspeto gnómico associados a *tinha*. O uso de *lɔ* e *tinha* sobrepõe-se apenas quando se trata do aspeto habitual. Vejam-se os exemplos (58) e (59).

(58) *yo pikæn tæ ɔrzə, yo skɔla lɔ vay,*
1SG.NOM pequeno COP.PRS TEMP 1SG.NOM escola IRR ir
aklɔrə minha kambrad suntə tin brinka. (Cananor 2015: elicitación)
então 1SG.GEN amigo COM IPFV.PST brincar
“Quando era pequeno, ia à escola e depois brincava com o meu amigo.”

⁶⁷ Normalmente ligados a contextos em que se quer dizer que alguém sabe/tem capacidade de falar uma língua.

(59) *ali kandə fika nəs pə tudə **tinha** acha.*

ali TEMP ficar 1PL DAT tudo IPFV.PST receber

tudə fatə lə acha nəs pə. (Cochim 2010: fala espontânea)

tudo coisas IRR receber 1PL DAT

“Quando ficávamos ali, recebíamos tudo. Nós recebíamos todas as coisas.”

Como se pode ver a partir dos exemplos (58) e (59), *lə* e *tinha* podem ser usados na mesma frase sem interpretações diferentes e, de facto, no corpus não se encontraram implicações para o uso diferente de *lə* e *tinha* quando se trata do aspeto habitual. A única especificidade deste tipo de construções é que *lə* é mais comum na fala espontânea e *tinha* é mais comum na elicitación, ainda que os dois apresentem elevada frequência em ambos os registos.

2.6. Verbos modais e imperativo

2.6.1. Verbo *kæræ*

O verbo *kæræ* é um verbo modal que reúne a expressão das modalidades deôntica e dinâmica. A modalidade deôntica relaciona-se com a obrigação ou permissão proveniente de uma fonte externa ao participante da proposição, enquanto a dinâmica expressa a habilidade e volição internas ao participante (Palmer 2001).

Nos exemplos (60) e (61) podemos ver que *kæræ* exprime a noção de volição associada ao verbo que está a marcar.

(60) *paymi kæræ kɔmbərsa.* (Cochim 2007: fala espontânea)
1SG.DAT querer.PRS conversar
“Quero conversar.”

(61) *pæirmi bɔsa may sə pærtə kæræ kɔmbərsa.* (Cananor 2006: elicitación)
1SG.DAT 2.GEN mãe GEN SOC querer.PRS conversar
“Quero falar com a tua mãe.”

O verbo *kæræ* também pode expressar uma obrigação forte (62) ou um conselho/sugestão ((63) e (64), sendo este último a repetição do exemplo (11) da secção 2.2.2):

(62) *nɔs skɔla kæræ vay.* (Cananor 2006: elicitación)
1PL.NOM escola dever.PRS ir
“Temos que ir à escola.”

(63) *nɔs ansə kumæ nɔsa*
1PL.NOM antes comer 1PL.GEN
kaza limpə kæræ fazæ. (Cananor 2006: elicitación)
casa limpo/limpeza dever.PRS fazer
“Devíamos limpar a casa antes de comermos.”

(64) *yo kæntə aros kæræ kɔmpɾa?* (Cananor 2006: elicitación)
1SG.NOM quanto arroz dever.PRS comprar
“Quanto arroz devo comprar?”

Uma indicação para a interpretação correta entre a modalidade dinâmica ((60) e (61)) e deôntica ((62) – (64)) é o caso do sujeito. Quando o verbo *kæræ* pede uma leitura de volição, o sujeito está no caso dativo (e.g. *paymi*), enquanto para uma leitura deôntica o sujeito é obrigatoriamente nominativo (Cardoso, no prelo (b)).

2.6.2. Verbo *pɔdi* e *nacha* (na chega)

O verbo *pɔdi* é um verbo modal que expressa as noções de possibilidade e capacidade (i.e., a modalidade dinâmica), sendo usado também em contextos deônticos⁶⁸. Provém do verbo português “poder” e o mais provável é que a sua forma tenha origem na 3ª pessoa do singular “pode”⁶⁹. No exemplo (65) verificamos a expressão de capacidade e em (66) a expressão de uma ordem/sugestão.

(65) *pæirmi bastantə pɔdi kumæ*. (Cananor 2015: elicitación)

1SG.DAT bastante poder comer

“Consigo comer bastante.”

(66) *poroz aka iskədura sævæ sæ*,

2.DAT esse palavra saber COND

bəs pɔdi iskra. (Cananor 2006: elicitación)

2.NOM poder escrever

“Se sabes a palavra, podes escrevê-la/escreve-a.”

Além da forma *pɔdi*, o verbo também tem uma forma fonética reduzida [pɔ]/[pʌ]⁷⁰, como nos exemplos (67) e (68). O exemplo (67) mostra a expressão de capacidade, igual na sua semântica a (65). No exemplo (68) é expresso um incentivo, ou seja, a modalidade deôntica.

(67) *anga jenti kokə sæm faka pɔ kæbra*. (Cananor 2006: elicitación)

algum pessoas coco sem faca poder partir

“Algumas pessoas conseguem partir o coco sem faca.”

⁶⁸ A relação entre a modalidade deôntica e a expressão de capacidade é tipologicamente atestada (Heine & Kuteva 2004:27).

⁶⁹ A forma *pɔdi* tem que refletir a forma “pode” e não “poder”, já que não segue o reflexo /æ/ típico dos verbos que terminam em *-er* em português (como “poder”), seguindo em vez disso o desenvolvimento típico de *-e* final português resultante na terminação *-i* no crioulo (cf. secção 2.2.1).

⁷⁰ A realização fonética [pʌ] foi normalizada como *pɔ* (cf. secção 2.1).

(68) *nəs pə vay.* (Cochim 2010: elicitación)

1PL.NOM poder ir

“Vamos!”

Além de um valor hortativo, como em (68), o verbo *pədi* usa-se também para exprimir proibição (veja-se a próxima secção), como em (69).

(69) *isti səprad unğə kaza, aka suyda nu pə kanta.* (Cananor 2015: elicitación)

este privado ART casa isso por NEG poder cantar

“Esta é uma casa privada, por isso (ela) não pode cantar.”

Na negação da expressão de possibilidade e capacidade, além do verbo *pədi*, é possível usar o verbo modal negativo *nacha/na chega*. Na forma afirmativa o verbo *chega* não é modal e tem o significado de “chegar” (70).

(70) *minha filhi missa sə ɔrzə ja chega.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.GEN filho missa GEN tempo PRET chegar

“O meu filho chegou durante a missa.”

Como verbo modal, *chega* tem só a forma negativa, que pode ser contraída (*nacha*) ou completa (*na chega*). A sua interpretação difere de *nu pə* porque pode expressar apenas a incapacidade do participante, e não a proibição, como é o caso de *nu pə*. Veja-se o exemplo (56) na secção 2.5.1, aqui repetido como (73), que expressa incapacidade, tal como os exemplos (72) e (73).

(71) *kavala leyti nacha da, vaka leyti lə da.* (Cananor 2006: elicitación)

cavalo leite NEG.conseguir dar vaca leite IRR dar

“O cavalo não consegue dar leite, vaca (é que) dá leite.”

(72) *nəzə isti sə nad chega fazæ.* (Cananor 2006: elicitación)

1PL.NOM isto sozinho NEG.IRR⁷¹ conseguir fazer

“Não vamos conseguir fazer isto sozinhos.”

(73) *əla kə nacha kanta.* (Cananor 2015: elicitación)

3FSG DAT NEG.conseguir cantar

“Ela não sabe cantar.”

Ao comparar os exemplos (69) e (73), percebemos a diferença entre a capacidade interna de cantar expressa por *nacha* (73) e a modalidade deôntica (de proibição da mesma ação) reservada para *pədi*

⁷¹ O marcador negativo *na(d)* denota irrealis, tal como *lə* (cf. secção 2.7.2).

(69). Quando expressam capacidade, os dois verbos pedem frequentemente o sujeito dativo ((65) e (73)), tal como no caso de *kæræ* volitivo.

Em suma, o verbo *pɔdi* pode expressar a modalidade interna (i.e., capacidade) ou externa ao participante (i.e., permissão/proibição), ou seja, pode ser traduzido para português como “conseguir” ou como “poder”. Por outro lado, o verbo negativo *nacha* pode apenas corresponder à tradução de “não conseguir”, ou seja, expressa a incapacidade do participante na proposição.

2.6.3. Imperativo

O modo imperativo nos CM pode ser expresso através da ausência de marcadores no verbo (74), mas a expressão de uma ordem pode também realizar-se com verbos modais com valores deônticos (75) ou com o marcador de irrealis *lɔ* (76).

(74) *bɔsa may pə chama.* (Cananor 2006: elicitación)

2.GEN mãe DAT chamar.IMP

“Liga à tua mãe.”

(75) *minha dor kə pisin mizinhə kæræ da.* (Cananor 2015: elicitación)

1SG.GEN dor DAT pouco medicamento IMP dar

“Dá-me um [pouco de] medicamento para a minha dor.”

(76) *aka dal sə kaldə pisin pærmɪ lɔ da.* (Cananor 2015: elicitación)

esse lentilhas GEN sopa pouco 1SG.DAT IRR dar

“Dá-me um pouco da sopa de lentilhas.”

O uso de verbos modais e de *lɔ* como irrealis para expressar o imperativo é esperado, dado que se trata de um contexto modal, em que o uso destes marcadores poderia também ser relacionado com vários níveis de cortesia.

Na forma negativa, o imperativo recorre ao uso do verbo modal de permissão/proibição *pɔ*.

(77) *bɔs minha pærtə asi nu pɔ kɔmbərsa.* (Cananor 2015: elicitación)

2.NOM 1SG.GEN SOC assim NEG poder conversar

“Não fales assim comigo.”

2.7. Polaridade

2.7.1. Negação *nu/no*

O operador de negação *nu/no*, proveniente do português “não”, não está ligado à expressão de nenhum valor TMA, transferindo apenas o valor semântico de negação. A forma *nu/no* só pode coocorrer com a marcação do presente imperfetivo (*tæ*) (78) e o verbo modal *pɔdi* (79).

(78) *pærmɪ friw no tɛ fika.* (Cananor 2006: elicitación)
1SG.DAT frio NEG IPFV.PRS ficar
“Não estou com frio.”

(79) *sɔl bɔmba tæ ɔrzə pærmɪ fɔra nu pɔ vay.* (Cananor 2015: elicitación)
sol muito EXS.PRS TEMP 1SG.DAT fora NEG poder ir
“Quando o sol está muito forte, não posso sair.”

Nu/no também é frequentemente usado com o verbo copulativo/existencial/possessivo *tæ* (80), ou sozinho, para marcar a negação dos predicados nominais em que a cópula é omitida, como se vê em (81).

(80) *Olivia ja fala Francis kaza nu tæ.* (Cochim 2010: elicitación)
Olivia PRET dizer Francis casa NEG COP.PRS
“A Olivia disse que o Francis está em casa.”

(81) *aka ɔmi unɡə padri no unɡə “teacher” tama no.* (Cochim 2010: elicitación)
este homem ART padre NEG ART professor também NEG
“Este homem não é padre nem professor.”

2.7.2. Marcadores de negação com valores TMA

O marcador *nuka* é um marcador de negação proveniente do advérbio português “nunca” que, além da expressão de negação, também indica o tempo passado (82).

(82) *Olivia Francis sə pærtə nuka kəmbərsa ɔnti.* (Cochim 2010: elicitación)

Olivia Francis GEN SOC NEG.PST conversar ontem

“A Olivia não falou com o Francis ontem.”

O marcador *nuka* não tem valores aspetuais e não pode coocorrer com nenhum outro marcador pré-verbal. Os verbos que possuem uma forma supletiva de passado (e.g. *foy*) aparecem na sua forma de não passado (e.g. *vay*) quando são precedidos por *nuka* (83), o que se explica pelo facto de *nuka* transmitir a informação temporal essencial.

(83) [...] *grandi igreja, bɔz ənsə nuka vay?* (Cananor 2010: fala espontânea)

grande igreja 2.NOM antes NEG.PST ir

“[...] grande igreja, ainda não foste (lá)?”

O marcador *na(d)* provém do português “não há de” e expressa a negação de irrealis, incluindo todos os valores do marcador de irrealis *lɔ*, como se vê no exemplos (84) – (86).

(84) *yo Tellicherry dəentrə muytə tæmpə nad fika.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.NOM Tellicherry LOC muito tempo NEG.IRR ficar

“Não vou ficar em Tellicherry muito tempo.”

(85) *yo sɔ isti na fazæ.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.NOM sozinho isto NEG.IRR fazer

“Não consigo fazer isto sozinho.”

(86) *Olivia Cochin kandə fika tud dia na kəmbərsa*

Olivia Cochim TEMP ficar/morar todo dia NEG.IRR conversar

Francis sə pærtə. (Cochim 2010: fala espontânea)

Francis GEN SOC

“Quando a Olivia morava em Cochim, não falava com o Francis todos os dias.”

Como se pode ver, o exemplo (84) mostra uma referência futura, (85) expressa a modalidade interna ao participante (i.e., aspeto potencial) e (86) uma ação imperfetiva habitual, ou seja, trata-se dos mesmos domínios de irrealis expressos nas frases positivas com o marcador *lɔ*.

2.7.3. Contrações com verbos modais

Quando a negação aparece com verbos modais, pode haver contrações (i.e., reduções) entre o marcador de negação e o verbo modal. As contrações atestadas são *nika* (87), a negação do verbo *kæraɛ*, e *nacha* (88), o verbo modal negativo proveniente da negação do verbo *chega*. Apesar da existência destas contrações, estas não são obrigatórias e, por isso, encontramos também a negação com as formas verbais completas (i.e., *ni*⁷² *kæri* e *na(d)* *chega*).

(87) *pæirmi nada nika*. (Cananor 2006: elicitación)

1SG.DAT nada NEG.querer

“Não quero nada.”

(88) *nɔsa parenti nɔs kə nacha fala*. (Cananor 2010: fala espontânea)

1PL.GEN parentes 1PL DAT NEG.conseguir falar

“Os nossos parentes não conseguem falar connosco.”

⁷² Repare-se a forma de negação *ni*, atestada só com *kæraɛ*.

2.8. Marcação de infinitivo

Os CM usam o marcador pré-verbal *pə* para marcar o infinitivo, i.e., para “nominalizar” os verbos. Este marcador provém das preposições portuguesas “para” e/ou “por”⁷³. A posposição dativa e acusativa para objetos animados e o infinitivo partilham a mesma forma *pə*⁷⁴. Considerando a origem da forma *pə* nestas preposições portuguesas que tanto podem introduzir nomes como verbos, não é de estranhar que *pə* possa ser tanto um marcador nominal como verbal.

Ao marcador de infinitivo *pə* podemos atribuir três funções diferentes. A primeira é a marcação de verbos como complementos diretos de um verbo principal transitivo⁷⁵. O uso de *pə* é obrigatório quando o verbo que age como complemento do verbo principal está deslocado dele, ou seja, ora o precede ((89) e (90)), ora está separado por um outro elemento na frase, como em (91) pelo objeto *ungə* “bicycle”.

(89) *preli* “bicycle” *pə tæ* *tə* *gɔsta*. (Cananor 2006: elicitção)
3MSG.DAT bicicleta INF POSS.PRS IPFV.PRS gostar
“Ele gostava de ter uma bicicleta.”

(90) “October” *sə mæz dæntɾə vini pə fazæ lɔ princəpia*. (Cananor 2006: elicitção)
outubro GEN mês LOC vinho INF fazer IRR começar
“Vão começar a fazer vinho em outubro.”

(91) *eli* *tə* *gɔsta ungə* “bicycle” *pə tæ*. (Cananor 2006: elicitção)
3MSG.NOM IPFV.PRS gostar ART bicicleta INF POSS.PRS
“Ele gostava de ter uma bicicleta.”

⁷³ Apesar da maior sobreposição das funções gramaticais de *pə* com a preposição “para”, a pronúncia ocasional como [po] no corpus e a grafia <por> nos documentos do séc. XIX (Schuchardt 1882) sugerem também o desenvolvimento a partir do português “por”.

⁷⁴ Um dos falantes de Cananor usa *pə* só como marcador de infinitivo, e para marcar o caso dativo/acusativo usa a forma *kə*. A utilização de *kə* é consistente e pode ser relacionada com a língua de substrato/adstrato.

⁷⁵ Aqui referimo-nos só a verbos de *liking type* (Dixon 2010:370), ou seja, verbos que podem ter NPs e orações como complementos diretos. Isso significa que os verbos de *thinking type* (e.g. “pensar”, “achar”), que não podem ter NPs como complementos diretos, não recebem complementos verbais marcados por *pə*.

Quando o complemento verbal do verbo principal o segue diretamente e não está separado dele por outros elementos, o uso de *pə* é opcional⁷⁶. Comparem-se os seguintes exemplos, em que (92) e (94) têm *pə* expresso, e (93) e (95) não têm.

(92) *ki bɔmba tɐ ɡɔsta pə kumæ?* (Cananor 2006: fala espontânea)

o_quê muito IPFV.PRS gostar INF comer

“O que é que gostas mais de comer?”

(93) *yo, minha sɛvɛ kɔmbɔrsa [...]* (Cananor 2010: fala espontânea)

1SG.NOM 1SG.GEN⁷⁷ saber coversar/falar

“Eu sei falar [...].”

(94) *aka suyda olotrə lɔ fala aka ɔmi kandə vi,*

isso por 3PL.NOM IRR dizer esse homem TEMP vir

befæt da pə bævɛ lɔ fala. (Cochim 2007: fala espontânea)

bem/muito dar.IMP INF beber IRR dizer

“Por isso, eles diziam ao homem quando vinha: “Dá-nos muito para beber” [diziam].”⁷⁸

(95) *[...] jenti~jenti pər chama kwa, lɔ da bævɛ.* (Cochim 2007: fala espontânea)

peessoa~PL DAT/ACC chamar TEMP_{PFV} IRR dar beber

“[...] Depois de chamar as pessoas, dava para beber.”

A segunda função de *pə* é a marcação de um verbo como adjunto de um verbo intransitivo. Em (96) e (97) podemos ver os predicados com o verbo *tə* existencial e copulativo, respetivamente.

(96) *ninga nu tə pə kanta.* (Cananor 2010: fala espontânea)

ninguém NEG EXS.PRS INF cantar

“Não há ninguém para cantar.”

(97) *minha filha bɔ tə pə olha.* (Cochim 2010: elicitção)

1SG.GEN filha bom/bonito COP.PRS INF olhar

“A minha filha é bonita para olhar.”

⁷⁶ É possível que a omissão ou presença de *pə* possa ter algumas implicações semânticas na interpretação da frase, o que, por sua vez, sai do escopo da presente descrição, que se limita a mostrar a posição sintática e a distribuição de *pə* na frase. Igualmente, não teremos como objetivo argumentar que a presença de *pə* determina a biclausidade de uma sequência de verbos, dado que não existem evidências no corpus que confirmem essa hipótese.

⁷⁷ Produzido com hesitação, esperava-se um sujeito dativo.

⁷⁸ Pode ser interpretado como discurso direto ou indireto (cf. secção 2.11.2).

A terceira função de *pə* é a marcação de verbos precedidos por *vay* e, neste caso, o seu uso parece indicar a semântica final ou direcional⁷⁹. A omissão de *pə* é especialmente comum nestes casos, facto que poderá levar a uma tentativa de classificação de *vay* como um verbo auxiliar. O exemplo (98) mostra uma frase produzida de duas formas diferentes para o mesmo estímulo em elicitación; uma com o marcador de irrealis *lə*, e a outra com o verbo *vay* (marcado por *tə*) a modificar o verbo. Neste caso, podia atribuir-se o significado de futuro próximo a *vay*. No entanto, todos os exemplos disponíveis no corpus oferecem a possibilidade de uma leitura literal (“ir”) e os dados do corpus que poderiam comprovar o seu estatuto como verbo auxiliar (i.e., exemplos em que a leitura literal não seria possível) são insuficientes. Por isso, a impossibilidade de identificar a função gramatical de *vay* impede-nos de determinar a natureza deste verbo em sequências de verbos.

(98) *Olivia dozə dia dəntərə Francis sə pərtə lə kəmbərsa.* (Cochim 2010: elicitación)

Olivia dois dia LOC Francis GEN SOC IRR conversar

Olivia dozə dia dəntərə Francis sə pərtə tə vay kəmbərsa.

Olivia dois dia LOC Francis GEN SOC IPFV.PRS ir conversar

“A Olivia vai conversar com o Francis em dois dias.”

Quando o verbo *vay* está no passado, o uso de *pə* é mais comum, mas a sua omissão também é possível.

(99) *nəs trez “gardens” ja foy pə olha.* (Cananor 2006: elicitación)

1PL.NOM três jardins PRET ir.PST INF visitar

“Fomos visitar três jardins.”

⁷⁹ As construções com os verbo *vay* e *pə* podem neste aspeto ser comparadas com o futuro próximo no inglês, *going to*. Repare-se também que todas as funções de *pə* descritas acima também são funções do infinitivo *to* em inglês, uma das línguas de adstrato dos CM.

2.9. Verbos vetoriais

Os verbos vetoriais, também conhecidos sob outros nomes⁸⁰, são sequências de dois verbos em que o primeiro verbo é o núcleo da expressão predicativa e o segundo verbo, apesar de ser homófono com um verbo independente, não aparece no seu significado lexical primário, mas serve antes para a marcação gramatical do primeiro verbo (Abbi & Gopalakrishnan 1992). Os verbos vetoriais são uma das características mais proeminentes da área das línguas sul-asiáticas (Abbi & Gopalakrishnan 1992) e os CM também desenvolveram esta estratégia na língua, com apenas algumas diferenças⁸¹. Até à presente secção foram tratados só marcadores TMA pré-verbais, encarregues de expressar as marcas gramaticais mais básicas. Os verbos vetoriais, pelo contrário, ocupam sempre a posição pós-verbal, indicando algumas funções gramaticais diferentes das que têm os marcadores pré-verbais. O significado dos verbos vetoriais normalmente é reduzido e mais específico em comparação com o significado que têm como verbos principais. Neste trabalho, foram considerados como verbos vetoriais aqueles que efetivamente mostram uma redução do significado que têm como verbos principais (*bleaching*; Hopper & Traugott 2003:94), que provém das funções gramaticais específicas que exibem na posição pós-verbal. Para a identificação dos verbos vetoriais, considerou-se também como fator relevante a sua frequência na língua (Bybee 2003), que mostra a generalização do seu uso com essa função gramatical.

⁸⁰ Por exemplo, “verbos compostos”, “verbos compostos explicadores”, “verbos leves”, “verbos auxiliares”, “verbos aspetuais” (Abbi & Gopalakrishnan 1992, Nordhoff 2009:173) etc. Nesta tese optou-se pela designação “verbos vetoriais”, com base em Nordhoff (2009), que denomina assim os verbos com o mesmo comportamento no malaio do Sri Lanka. A vantagem de adotar esta denominação reside no facto de não implicar nenhum comportamento específico normalmente associado a outras designações: por exemplo, os verbos leves são normalmente flexionados ou marcados, e os verbos compostos tipicamente não implicam a redução semântica dos verbos envolvidos. Ao mesmo tempo, outro tipo de designações podia entrar em conflito com algumas já usadas neste trabalho (e.g. verbos auxiliares).

⁸¹ Por exemplo, um verbo vetorial nos CM não transmite toda a informação TMA essencial para a formação da frase.

2.9.1. Verbos *da*, *garda* e *(ja) foy*

Nesta secção, analisaremos as funções dos seguintes verbos vetoriais: *da*, *garda* e *(ja) foy*.

No exemplo (100) podemos ver o verbo *da* usado como verbo principal, com o significado de “dar”.

- (100) *nəs kaza ja pidi kwa*
1PL.NOM casa PRET comprar TEMP_{PFV}
præla ja da. (Cochim 2007: fala espontânea)
3FSG.DAT PRET dar
“Depois de termos comprado a casa, demos-lha.”

Como verbo vetorial, *da* segue o verbo principal e tem a função de alter-benefativo, ou seja, expressa que a ação descrita pelo verbo principal foi feita para alguém ou a favor de alguém (Cardoso 2015).

- (101) *aka “sister” paymi hotel dænrə ungə sirvis*
este irmã 1SG.DAT hotel LOC ART emprego
ja olha da. (Cochim 2007: fala espontânea)
PRET ver BEN
“Esta irmã viu/encontrou um emprego no hotel para mim.”

- (102) *minha irma kə tud kæræ fazæ da.* (Cananor 2006: fala espontânea)
1SG.GEN irmã DAT tudo querer.PRS fazer BEN
“Quero fazer tudo pela minha irmã.”

Em (101) e (102) os verbos *olha* e *fazæ* são marcados pelos marcadores pré-verbais *ja* e *kæræ*, que lhes dão valores TMA suficientes para formar a frase. O uso de *da* na posição pós-verbal marca o verbo como alter-benefativo, mas não contribui para o verbo com valores TMA como *ja* e *kæræ* e, por isso, a sua presença não seria suficiente por si só para formar uma frase, ou seja, a marcação pré-verbal necessária tem que aparecer no verbo principal, marcando o VP inteiro.

O verbo *garda*, quando usado como verbo principal, significa “guardar” (103).

- (103) *kaza dænrə lə garda.* (Cochim 2010: fala espontânea)
casa LOC IRR guardar
“Guardamo-lo dentro de casa.”

Como verbo vetorial, *garda* marca a ação descrita pelo verbo como sendo feita com antecedência, ou antecipadamente em comparação com uma outra ação que vem a seguir (Cardoso 2015). Apesar da relação semântica clara entre a ação de “guardar” e “antecipar” uma outra ação, é possível identificar uma erosão semântica, igual ao que se verificou no caso de *da* ao ser reduzido à função de alter-benefativo. Em (104) e (105), podemos ver *garda* como verbo vetorial a marcar as ações de “cozinhar” e “fazer” como anteriores às ações de “vir” e “ficar com”, respetivamente.

(104) *æla vi madansə tudə kæræ kuzinha garda.* (Cananor 2015: elicitação)

3FSG.NOM vir antes tudo dever.PRS cozinhar ANT

“Ela tem que cozinhar tudo antes de vir.”

(105) *doz mæz maz ansə kæræ fazæ garda,*

dois mês mais antes precisar.PRS fazer ANT

aklɔr bɔ vini lɔ acha. (Cananor 2006: fala espontânea)

então bom vinho IRR receber

“Dois meses antes é preciso fazer (isso), então vais ficar com um bom vinho.”

O verbo *vay* no passado, (*ja*) *foy*, é usado como verbo vetorial para marcar alguns valores modais, nomeadamente as atitudes de lamentação (Cardoso 2015) ligadas à irrevogabilidade da situação descrita ((106) e (107)). A mudança semântica que ocorreu no caso do verbo (*ja*) *foy* como verbo vetorial para marcar valores modais é a mais notável entre os verbos vetoriais que foram analisados.

(106) *dispoz unḡə Gonsalves tinhi, ja mora ja foy.* (Cochim 2010: fala espontânea)

depois ART Gonsalves EXS.PST PRET morrer MOD

“Depois havia uma Gonsalves, infelizmente morreu.”

(107) *portugez ja iskusew ja foy.* (Cananor 2006: fala espontânea)

português PRET esquecer MOD

“Infelizmente, esqueceram-se de (falar) português.”

Apesar de os verbos vetoriais nos CM tipicamente não levarem nenhuma marcação pré-verbal, o verbo vetorial (*ja*) *foy* leva a marcação do passado. No entanto, no corpus não foram atestados exemplos com a forma do presente *vay*, o que poderá sugerir uma generalização de (*ja*) *foy* nos contextos de passado. Além disso, o verbo semanticamente principal também tem que ser marcado por um marcador pré-verbal, o que indica que (*ja*) *foy* sozinho não pode determinar os valores TMA do predicado⁸².

⁸² Essa é a razão pela qual se escolheu uma glosa única, MOD, para a forma inteira *ja foy*.

2.9.2. Verbo *kava*

O verbo *kava* (“acabar”) pode ser um verbo principal ou um verbo posposto que marca uma ação como completiva. Como verbo principal, pode ter duas aceções; em (108) indica a completude de um período de tempo (“passar”) e em (109), o fim de um evento (“acabar”).

(108) *isti igreja mara kandə sinkusænta an ja kava.* (Cananor 2010: fala espontânea)
este igreja construir TEMP quinhentos ano PRET acabar
“Passaram quinhentos anos desde que esta igreja foi construída.”

(109) *St. Anthony sə fæstə ja kava.* (Cananor 2010: fala espontânea)
St. António GEN festa PRET acabar
“A festa do Santo António acabou.”

Quando posposto a um verbo, *kava* marca a ação descrita pelo verbo como completiva e, tendo esta função, é frequentemente usado como um marcador de anterioridade. A sua semântica como verbo vetorial é, portanto, principalmente aspetual (i.e., completivo) e temporal (i.e., anterioridade), possuindo nesse sentido uma semântica divergente daquela que tem como verbo principal. Consideremos os exemplos (110) e (111).

(110) *yo ungə bujanka ja olha kava.* (Cananor 2006: elicitación)
1SG.NOM ART macaco PRET ver COMP
“(Já) vi um macaco.”

(111) *Olivia kandə kəmbərsa, madansə, aka sə*
Olivia TEMP conversar antes isso GEN
madansə ja kəmbərsa kava. (Cochim 2010: elicitación)
antes PRET conversar COMP
“Quando a Olivia falou (comigo), antes, antes disso já tinha falado (com o Francis).”

Em (110), *kava* marca a ação de ver como completiva e, ao mesmo tempo, aproxima-se aos valores do aspeto perfetivo, o que é evidente também pela marcação de pretérito *ja* com que coocorre. No exemplo (111), por outro lado, a completude da ação de conversar indica também que aconteceu num ponto no passado anterior a *Olivia kandə kəmbərsa*. A função de marcação de anterioridade temporal exercida por *kava* também é visível nas orações adverbiais temporais, resultando numa

leitura consecutiva das situações descritas nas orações matriz e subordinada (112) (cf. secção 2.11.3).

(112) *nɔs kumæ kava kandə lɔ vay drumi.* (Cananor 2006: elicitação)

1PL.NOM comer COMP TEMP IRR ir dormir

“Nós vamos dormir depois de comer.”

2.10. Perfeito

O aspeto perfeito estabelece uma relação entre dois tempos verbais numa frase (Comrie 1976). No inglês, por exemplo, o perfeito pode ser usado para expressar a relação entre o presente (o momento de enunciação) e as ações que aconteceram no passado. Este tempo é normalmente designado como *present perfect*.

(113) *John has arrived.*

(114) *Mary has been to Paris.*

Nos exemplos (113) e (114), podemos ver os contextos mais comuns para o uso do presente perfeito. A relação entre a ação passada de chegar em (113) está relacionada com o momento presente através do resultado dessa ação, por exemplo, o John ainda estar aqui presente, etc.; o exemplo (114) consiste numa ação que aconteceu pelo menos uma vez até ao momento de enunciação, ou seja, a Mary teve a experiência de estar em Paris. Além da expressão do resultado e experiência, verificáveis no presente, o aspeto perfeito pode também expressar uma ação que aconteceu recentemente em relação ao momento de enunciação (Comrie 1976).

O aspeto perfeito no passado estabelece uma relação entre duas ações passadas, o que podemos verificar no exemplo (115) com o *past perfect* em inglês: a forma de passado perfeito *had bought* expressa uma ação que tem que ter ocorrido antes de *entered the car*.

(115) *Mary had bought the purse before she entered the car.*

Os CM também têm a expressão gramatical do aspeto perfeito no presente e passado, através do verbo *tæ* na posição pós-verbal, que possui flexão temporal (cf. *tæ* vs. *tinha*) e dessa maneira atribui ao verbo uma marcação de tempo, apesar de, ainda assim, ser necessária a marcação pré-verbal. Por causa da expressão temporal produtiva, exclusiva do verbo *tæ* na posição pós-verbal⁸³, o seu estatuto é mais próximo de um verbo auxiliar do que de um verbo vetorial típico. Contudo, como a marcação aspetual e temporal que atribui ao verbo não é suficiente para formar a frase, sendo a marcação pré-verbal a única obrigatória, não o podemos classificar como verbo auxiliar nos

⁸³ Ou seja, é o único verbo que distingue formas diferentes para o passado e presente na posição pós-verbal e que, ao mesmo tempo, são produtivas no seu uso. Compare-se com o verbo vetorial (*ja*) *foy*, atestado no corpus sempre na forma do passado (cf. secção 2.9.1).

mesmos termos do que quando ocupa a posição pré-verbal. Considerar-se-á, portanto o seu estatuto como o de um verbo auxiliar posposto, designação que indica simultaneamente o seu carácter de marcação temporal e aspetual (que partilha com as funções que desempenha na posição pré-verbal), e também a sua posição sintática.

Vejam os seguintes exemplos, em que *tæ*, na posição pós-verbal, exerce a marcação de perfeito.

- (116) *eli pə nuka chega marcha,*
 3MSG DAT NEG.PST conseguir andar
agora tæ marcha tæ. (Cochim 2010: elicitación)
 agora IPFV.PRS andar PRF.PRS
 “Ele não conseguia andar, mas agora anda.”
- (117) *yo bastantə lugar ja foy tæ.* (Cochim 2010: elicitación)
 1SG.NOM muito lugar PRET ir.PST PRF.PRS
 “Já estive em muitos sítios.”
- (118) *Mary ungə “cake” ja fazæ tæ.* (Cananor 2015: elicitación)
 Mary ART bolo PRET fazer PRF.PRS
 “Mary fez um bolo.”
- (119) *portugez ungə mulhær ja vi tinhi.* (Cochim 2010: fala espontânea)
 português ART mulher PRET vir PRF.PST
 “Uma mulher portuguesa tinha vindo.”
- (120) *bəs minha pærtə ja prunta tinhi sæ,*
 2.NOM 1SG.GEN SOC PRET perguntar PRF.PST COND
yo poros (lɔ) tin asisti. (Cananor 2015: elicitación)
 1SG.NOM 2.DAT IRR IPFV.PST ajudar
 “Se me tivesses perguntado, ajudar-te-ia.”

No exemplo (116), podemos ver que o verbo principal *marcha* é marcado por *tæ* pré-verbal para o presente imperfeito e *tæ* pós-verbal para o aspeto perfeito. Neste caso, estabelece-se uma relação entre a situação de não conseguir andar no passado e a situação atual de andar. Portanto, podemos concluir que a construção *tæ + V + tæ* é usada para o presente perfeito de resultado, semelhante ao que foi mostrado para o inglês em (113). Quando comparado com a interpretação da construção *ja + V + tæ* ((117) e (118)), percebemos que a ação descrita pelo verbo na construção *tæ + V + tæ* é aquela que se verifica no momento de enunciação. Assim, em (116), a proposição de “andar” pode ser verificada no presente, enquanto em (117) a proposição de “estar em muitos sítios” foi

verificada pelo menos uma vez até o momento de enunciação. Em (118), a ação de fazer o bolo ocorreu no passado, mas o seu resultado, i.e., o bolo, existe no presente. Assim, a construção *tae* + V + *tae* expressa normalmente o perfeito de resultado, enquanto a construção *ja* + V + *tae* está ligada ao perfeito de experiência (117) e ao perfeito de resultado (118). A diferença entre (116) e (118) reside na interpretação da situação descrita; se se quer destacar que uma ação/resultado está a ser verificada no presente, *tae* pré-verbal marca o verbo, enquanto a presença do marcador *ja* destaca que uma ação no passado levou a um resultado no presente.

Os exemplos (119) e (120) mostram a construção *ja* + V + *tinha*, em que o marcador pré-verbal *ja* transfere o significado de pretérito (i.e., passado + perfeito), e *tinha* pós-verbal pode ser entendido como tendo dois valores distintos, dependendo da interpretação dos exemplos do corpus (que são raros). Por causa do contexto ambíguo em que aparece a frase do exemplo (119), podemos supor duas interpretações possíveis: a ação de *ja vi tinhi* pode ser interpretada como uma ação anterior a uma outra, ou como uma ação no passado remoto. No exemplo (120), *tinhi* expressa uma relação de anterioridade temporal da oração condicional em relação à oração matriz *yo poros (lo) tin asisti*. Desta forma, estabelecendo a relação entre duas ações em momentos diferentes no passado ou indicando o passado remoto, as construções marcadas pelo marcador posposto *tinha* devem ser designadas como instâncias de passado perfeito.

2.11. Subordinação

Nesta secção, optou-se por analisar-se as estruturas de subordinação das orações completivas (de discurso direto), relativas e adverbiais temporais e condicionais. A escolha do tipo de orações a analisar tem a ver com a sua elevada frequência na língua e a sua contribuição para a análise sintática da língua no geral.

Nos CM, as orações completivas e relativas não usam nenhum tipo de marcadores subordinativos. Os subordinadores são expressos apenas nas orações adverbiais, na posição pós-verbal. Estes subordinadores têm uma relação de grande proximidade com o verbo, já que o grupo verbal (i.e., o verbo e a sua marcação) não pode ser separado deles por nenhum outro elemento, e só pode conter a distinção entre passado (com *ja* pré-verbal) e não passado (sem marcação).

2.11.1. Orações completivas e relativas

As orações relativas e completivas nos CM não usam subordinadores e não implicam diferenças na marcação verbal na oração relativa ou completiva. Veja-se o exemplo (121) de uma oração completiva.

- (121) *oji chuvi lɔ tɛ tɛ læmbra.* (Cananor 2015: elicitación)
hoje chuva IRR EXS.PRS IPFV.PRS pensar
“Acho que hoje vai chover.”

No exemplo (121) podemos separar as duas orações: *oji chuvi lɔ tɛ* e *tɛ læmbra*, que podem funcionar como frases independentes relativamente à sua marcação verbal.

As orações relativas nos CM ocupam a posição típica de um modificador nominal, ou seja, à esquerda do NP que modificam. Vejam-se os exemplos (122) e (123), com as orações relativas destacadas a negrito.

- (122) Anthony ***peshi tɛ pæga*** ɔmi. (Cananor 2015: elicitación)
Anthony peixe IPFV.PRS apanhar homem
“Anthony é pescador [Anthony é um homem que apanha peixe].”

(123) *peshi tɛ kɔɾta faka bɔmba* “sharp” *tæ*. (Cananor 2015: elicitação)
peixe IPFV.PRS cortar faca muito afiado COP.PRS
“A faca que corta peixe é muito afiada.”

As cabeças das orações relativas, *ɔmi* (122) e *faka* (123), devem ser analisadas como sujeito da oração matriz. Nos exemplos (124) e (125), podemos encontrar evidência sintática de que pertencem à oração matriz e não à subordinada.

(124) *Mary Olivia kə ungə furə dəntɾə ja bataɛ*. (Cananor 2015: elicitação)
Mary Olivia ACC ART buraco LOC PRET empurrar
“A Mary empurrou a Olivia para o buraco.”

(125) *yo ja olha ɔmi bɔ grandi tinhi*. (Cananor 2006: elicitação)
1SG.NOM PRET ver homem bom/bem grande COP.PST
“O homem que vi ontem era um homem muito grande.”

Nos CM, todos os objetos diretos animados recebem a marcação *pə/kə*, como podemos ver no exemplo (124) com *Olivia kə*. No caso de uma oração relativa que trata o nome que modifica como um objeto direto, como em (125) *yo ja olha ɔmi*, o nome *ɔmi* não recebe a marcação de acusativo *pə/kə*. Esse facto mostra, portanto, que tem a função de sujeito e não de um objeto direto, o que significa que pertence à estrutura da oração matriz, como seu sujeito.

2.11.2. Discurso direto/indireto

Para relatar o discurso direto e indireto, os CM recorrem ao uso do verbo *fala* (“dizer”, “falar”), que pode preceder ou seguir a frase dita por alguém. Vejamos o exemplo (126), que evidencia o discurso direto.

- (126) *aka əmi ja fala: bəs minha pærtə kæræ vi, yo befæt*
este homem PRET falar 2.NOM 1SG.GEN SOC querer.PRS vir 1SG.NOM bem
lɔ olha bəs. yo tɐ fala [...] (Cochim 2007: fala espontânea)
IRR ver 2.NOM 1SG.NOM IPFV.PRS dizer
“Este homem disse: “Você venha comigo, eu olho bem para si.” Eu digo [...]”

Em (126), podemos ver que uma pessoa (3SG – *aka əmi ja fala*) se dirige ao falante que conta a história (1SG – *yo tɐ fala*), referindo-se a ele na segunda pessoa (*bəs*) e a si próprio na primeira pessoa (*minha*). Isso é uma evidência de que se trata realmente de discurso direto e não indireto, em que *bəs* e *minha* teriam que ser substituídos por pronomes de primeira e terceira pessoa do singular, respetivamente.

No entanto, como os CM não têm subordinadores para marcar uma oração completiva, não parece haver a possibilidade de uma distinção sintática entre discurso direto e indireto. Só os casos como (126) são instâncias claras de discurso direto, o que se conclui a partir das referências dos pronomes mencionados. Quando não é possível inferir a referência do sujeito ou dos objetos da oração completiva do discurso relatado, são acessíveis tanto a leitura de discurso direto como indireto. Vejam-se os exemplos (127) e (128).

- (127) *padri ja fala tud dia nɔsa rozari kæræ fala.* (Cochim 2010: elicitção)
padre PRET dizer todo dia 1PL.GEN rosário deverer.PRS dizer
“O padre disse: “Devemos rezar o nosso rosário todos os dias.””/“O padre disse-nos para rezarmos o rosário todos os dias.”

- (128) *aka suyda yo aka sirvis nika ja fala.* (Cananor 2006: fala espontânea)
isso por 1SG.NOM esse trabalho NEG.querer PRET dizer
“Eu disse: “Por isso, não quero esse trabalho.””/“Eu disse que por isso não queria esse trabalho.”

Em (127), a interpretação de discurso direto ou indireto depende do escopo do pronome *nɔsa*, ou seja, se inclui o sujeito *padri* ou não. Em (128), deduz-se a partir do contexto que o falante que produz a frase é o sujeito da frase e, por isso, é impossível determinar se se trata de discurso direto ou indireto.

Tal como em (127) e (128), a maioria das ocorrências desta estrutura no corpus inclui pronomes cuja referência é ambígua (127) ou esperada nos dois tipos de discurso (128), pelo que não é possível concluir se existem realmente as duas estratégias de relato na língua.

2.11.3. Orações adverbiais temporais

As orações adverbiais temporais são mais frequentemente introduzidas pelos subordinadores pós-verbais *ɔrzə* ou *kandə*⁸⁴. Note-se que o verbo da oração subordinada pode ser marcado por *ja* (cf. (32) na secção 2.4, repetido abaixo como (129)) ou pode não ter a marcação pré-verbal e, nesse caso, recebe uma referência temporal igual àquela expressa na oração matriz (130).

(129) *nɔs ja chama ɔrzə olotrə kama dəntərə tɪnhara.* (Cananor 2006: elicitación)
 1PL.NOM PRET chamar TEMP 3PL.NOM cama LOC COP.PST
 “Quando ligámos, eles estavam na cama.”

(130) *aka kasha dəntərə bata kandə poroz lɔ manda.* (Cananor 2006: elicitación)
 este caixa LOC pôr TEMP 2.DAT IRR mandar
 “Quando o puser dentro da caixa, mando-te.”

Para indicar a posterioridade temporal da oração subordinada, usa-se o subordinador *madansə*.

(131) *nɔzə drumi madansə lɔ kumæ.* (Cananor 2006: elicitación)
 1PL.NOM dormir antes IRR comer
 “Antes de dormirmos, vamos comer.”

Os subordinadores *kandə* e *ɔrzə* podem ser usados nas frases com duas orações descrevendo situações simultâneas (132) ou não simultâneas (133).

⁸⁴ A forma *ɔrzə* também pode ser um nome com o significado de “tempo”, enquanto a forma *kandə* exhibe apenas a função de subordinador.

(132) *Cochin dæntɾə kandə⁸⁵ fika, Olivia Francis sə pærtə*

Cochim LOC TEMP ficar/morar Olivia Francis GEN SOC

tud dia lə kəmbərsa. (Cochim 2010: elicitção)

todo dia IRR conversar

“Enquanto morava em Cochim, a Olivia falava com o Francis todos os dias.”

(133) *yo kandə vi kachor ja fika medi.* (Cochim 2010: elicitção)

1SG.NOM TEMP vir cão PRET ficar medo

“Quando cheguei, o cão ficou com medo.”

Vários contextos podem resultar numa leitura de ações simultâneas. No exemplo (132), o facto de o verbo *fika* ser interpretado com o significado estativo de “morar” resulta numa interpretação atélica da situação descrita (i.e., estados e atividades) e na simultaneidade relativamente à ação habitual de “conversar”, enquanto em (133), a escolha do verbo dinâmico “vir” resulta numa leitura télica (i.e., realização⁸⁶) do verbo e daí da interpretação de posterioridade da ação *ja fika medə*. Comparemos o exemplo (132), em que *fika* descreve um estado, com (134), em que o mesmo verbo descreve uma mudança de estado e tem, portanto, uma leitura dinâmica.

(134) *ɔnzə ɔra fika kandə dæz minət ja kava.* (Cananor 2006: elicitção)

onze ora ficar TEMP dez minuto PRET passar

“São onze e dez.”

Podemos ver que em (134) só a leitura consecutiva está disponível, enquanto a leitura de simultaneidade, como com *fika* estativo em (132), não é possível, o que mostra que situações télicas (134) vão sempre desencadear uma leitura consecutiva, enquanto as atélicas (132) vão desencadear uma leitura de simultaneidade. Veja-se mais um exemplo, com o verbo dinâmico *marcha*, que descreve uma atividade, ou seja, uma situação atélica, resultando numa leitura simultânea.

(135) *yo march-ozə⁸⁷, kængə pæirmi ja chama.* (Cananor 2015: elicitção)

1SG.NOM andar-TEMP alguém 1SG.DAT PRET chamar

“Enquanto estava a andar, alguém chamou-me.”

⁸⁵ No corpus aparecem algumas ocorrências do subordinador *kandə* pré-verbal, mas é preciso notar que mesmo nesses casos, o verbo tem a marcação verbal restrita e também não pode ser separado de *kandə* por nenhum outro elemento.

⁸⁶ Aqui o termo “realização” refere-se aos conceitos denominados na literatura como *achievement* e *accomplishment* (Binnick 1991).

⁸⁷ Contração fonética casual do verbo *marcha* e o subordinador *ɔrzə*, indicada pelo hífen.

Apesar de na elicitación serem usados quase exclusivamente os subordinadores *kandə* e *ɔrzə*, na fala espontânea existe a possibilidade de marcar o verbo da oração subordinada como perfeitivo por um subordinador diferente. Os morfemas *ka* e *kwa* podem ser classificados como subordinadores temporais perfeitivos que, como consequência disso, resultam numa leitura consecutiva das orações.

Nos exemplos (136), (137) e (138) podemos ver orações com a marcação *ka/kwa*, em que se pode ver que o verbo designa obrigatoriamente uma ação perfeitiva que, ao mesmo tempo, recebe a referência temporal do verbo matriz.

(136) *tudə vi ka befæt olotrə tɐ ræza.* (Cochim 2010: fala espontânea)
 todos vir TEMP_{PFV} muito 3PL.NOM IPFV.PRS rezar
 “Depois de todos virem, eles rezam muito.”

(137) *ali pisin an ja fika kwa,*
 lá pouco ano PRET ficar TEMP_{PFV}
dispos, agɔra ja foy Australia. (Cochim 2007: fala espontânea)
 depois agora PRET ir.PST Australia
 “Depois de ter ficado lá poucos anos, depois, agora foi para a Austrália.”

(138) *isi fæmi kaza kwa, yo ja foy “estate”.*
 essa rapariga casar TEMP_{PFV} 1SG.NOM PRET ir.PST propriedade
ali ja foy kwa, dæz na ali ja fika. (Cochim 2007: fala espontânea)
 lá PRET ir.PST TEMP_{PFV} dez ano lá PRET ficar/morar.
 “Depois de (me) casar (com) essa rapariga, fui à propriedade. Depois de ter ido lá, fiquei a morar lá dez anos.”

Olhando para exemplos como (138), em que se descreve uma série de situações sucessivas, podemos estabelecer o paralelo com construções conhecidas na área sul-asiática como orações temporais em cadeia. Tradicionalmente, os verbos que constituem essa estrutura são analisados como participios adverbiais⁸⁸, mas também há quem os considere *converbs* (Coupe 2005). Nesta tese, a classificação de *k(w)a* como pertencendo a uma dessas categorias não iria contribuir para a descrição da estrutura em causa e, por isso, o estatuto de *k(w)a* não será discutido nesses termos⁸⁹, sendo suficiente (e não incorreto) considerá-lo como um subordinador perfeitivo.

⁸⁸ Krishnamurti (2003:330) define o participio adverbial como uma forma não finita que denota a completude da ação ou estado antes de se iniciar a ação ou estado denotado pelo verbo principal da frase (cf. secção 3.5.3).

⁸⁹ Se *k(w)a* fosse analisado como um marcador de participio adverbial, a classificação das orações temporais com *kandə* e condicionais com *sæ/sə* teria que ser revista, dado que às vezes também exibem características que se podem relacionar com este tipo de estruturas.

Para determinar a origem de *k(w)a*, devemos considerar três possibilidades. A primeira hipótese a considerar é a redução *ka* a partir da forma *kandə*, e *kwa*, a sua variação, a partir de *kwandə*, uma realização fonética de *kandə* (usada pelo único falante que também usa *kwa*). A origem a partir de *kandə* explicaria a natureza subordinativa de *k(w)a*, mas não a motivação para se desenvolver a semântica perfeitiva. A segunda hipótese é a origem a partir do verbo *kava* usado como verbo vetorial completivo (2.9.2), o que explicaria a motivação para *k(w)a* se relacionar com o aspeto perfeitivo e também com a marcação de anterioridade (i.e., a proposição da oração subordinada marcada por *k(w)a* é sempre temporalmente anterior à proposição da oração matriz). A terceira possibilidade é a origem baseada na junção dos dois elementos mencionados; a expressão *kava kandə*, às vezes realizada como *kavandə* (“acabar” + TEMP), pode explicar o caráter subordinativo e perfeitivo de *k(w)a*⁹⁰. Veja-se o exemplo (139), em que *kavandə* atribui ao verbo a noção de completude da ação e a marcação de subordinação, resultando necessariamente numa leitura consecutiva, tal como *k(w)a*.

- (139) *nɔzə kaza kavandə aki maz ja fika* (Cananor 2006: elicitação)
 1PL.NOM casa acabar.TEMP aqui mais PRET ficar/morar
 “Moramos nesta casa desde que nos casámos.”

Observemos também um exemplo em que o verbo *kava* sozinho funciona como subordinador temporal. Em (140) *kava* marca a ação de comer como acabada e, ao mesmo tempo, age como um subordinador temporal, indicando a anterioridade temporal da situação descrita na oração subordinada que modifica, em comparação com as situações descritas nas orações que a seguem (“depois de X”).

- (140) *isti pikæn agɔra lɔ vay kumæ kava tivi pisin*
 este pequeno agora IRR ir comer COMP televisão pouco
lɔ olha kwa lɔ vay “tuition” pə. (Cochim 2010: fala espontânea)
 IRR ver TEMP_{PFV} IRR ir explicações DAT
 “Este pequeno agora, quando acabar de comer e (depois) ver a televisão um pouco, vai à explicação.”

No caso do exemplo (140), como se trata de um dos poucos casos em que *kava* desempenha funções idênticas a *k(w)a*, não é possível aferir a sua produtividade ou relação com os outros subordinadores temporais. Podemos concluir que a motivação para a formação de *k(w)a* parece ser fortemente

⁹⁰ Neste aspeto, é importante salientar que *kavandə* aparece tanto na elicitación como na fala espontânea, enquanto *k(w)a* foi registado apenas na fala espontânea. Se *k(w)a* é uma redução fonética de *kavandə*, é esperado que essa redução apareça primeiro na fala espontânea como um novo desenvolvimento, enquanto a forma antiga continua preservada na fala mais cuidada.

ligada às funções do verbo *kava*, mas é certo que todas as origens propostas podem ter contribuído para o seu desenvolvimento.

2.11.4. Orações adverbiais condicionais

As orações condicionais nos CM são introduzidas pelo subordinador pós-verbal *sæ/sə* ou *sana*⁹¹ e apresentam as mesmas restrições que as orações temporais em relação à marcação da oração subordinada, ou seja, não permitem marcadores pré-verbais, exceto a marcação de pretérito *ja*. O verbo da oração matriz é normalmente marcado pelo marcador de irrealis *lɔ*, exceto no caso do modo imperativo, verbos modais ou verbos intrinsecamente finitos (i.e., *tæ* e *kæræ*). No corpus não se atestaram diferenças sintáticas que indicassem a distinção entre o condicional factual (i.e., habitual) ou não factual (i.e., hipotético e contrafactual)⁹². Vejamos primeiro o caso das orações condicionais habituais, que nos exemplos atestados têm sempre uma interpretação iterativa no passado ((141) e (142)).

(141) *nɔzə ja subɪ santa sæ,*

1PL.NOM PRET subir sentar/ficar COND

nɔzə kə otrə læmbra-s nad na tæ. (Cananor 2010: fala espontânea)

1PL DAT outro pensamento-PL nada NEG.IRR POSS.PRS

“Sempre que entrávamos para ficarmos (na igreja), não pensávamos em mais nada.”/“Se entrávamos para ficarmos (na igreja), não pensávamos em mais nada. [não tínhamos outros pensamentos].”

(142) *isti kɔvra pə ja olha sə,*

este cobra ACC PRET ver COND

tirə naxa fazæ. (Cochim 2007: fala espontânea)

tiro NEG.conseguir fazer

“Sempre que via a cobra, não conseguia atingi-la.”/“Se via a cobra, não conseguia atingi-la.”

⁹¹ *Sana* provém do português “senão” e *sæ/sə* provavelmente de uma combinação de “sem” e “se” condicional do português. Postulamos a influência de “sem” (que também pode introduzir orações no português), por causa da realização *sæ*, que teria seguido o mesmo desenvolvimento que “tem” > *tæ*.

⁹² “Factual” é entendido como “real” em Thompson, Longacre & Hwang (2007), ou seja, aquele que se refere a situações que necessariamente se verificam no mundo real, e “não factual” corresponde aos valores de irrealis, como já definido para o caso do marcador *lɔ*.

No exemplo (141), em vez de considerar que as ações descritas aconteceram uma única vez, devemos entender que houve várias ocasiões em que “entrávamos [...] e não pensávamos em mais nada”. Considerar os eventos como iterativos implica que sempre que acontece o evento descrito na oração subordinada, aconteceu também o evento descrito na oração matriz. Frases deste tipo são designadas na literatura como condicionais habituais ou genéricas (Podlesskaya 2001, Thompson, Longacre & Hwang 2007). A sua proximidade com a interpretação temporal nesse aspeto (“sempre que X, Y”) é um fenómeno comum tipologicamente, que às vezes resulta numa sobreposição das orações condicionais e temporais (Auer 2000, Podlesskaya 2001, Heine & Kuteva 2004:293).

De seguida, olharemos para algumas orações condicionais hipotéticas, ou seja, aquelas que expressam a possibilidade de uma condição ser cumprida. Note-se que a presença ou ausência de *ja* pré-verbal não interfere necessariamente com a interpretação da oração condicional⁹³.

- (143) *pæirmi unɔ lugar acha sæ*
 1SG.DAT ART sítio encontrar COND
yo bɔ unɔ igreja lɔ mara. (Cananor 2010: fala espontânea)
 1SG.NOM bom ART igreja IRR construir
 “Se encontrar um sítio, vou construir uma boa igreja.”

- (144) *æla mas arsɔ ja da sæ,*
 3FSG.NOM mais problema PRET dar COND
æla kə bɔ “punishment” lɔ da. (Cananor 2015: elicitación)
 3FSG DAT bom castigo IRR dar
 “Se ela continuar a dar problemas, vou castigá-la.”/“Se ela continuasse a dar problemas, castigá-la-ia.”

As orações condicionais contrafactuais são aquelas cuja proposição não pode ou não chega a ser realizada (Cristofaro 2003), tipicamente porque a condição descrita não foi cumprida num momento no passado⁹⁴. No exemplo (145), repetição do exemplo (120) na secção 2.10, o verbo da oração condicional está numa construção de passado perfeito (como definido na secção 2.10), enquanto em (146) atestamos só o pretérito. Ao contrário das condicionais habituais e hipotéticas, a oração matriz também recebe a marcação pré-verbal de passado através, respetivamente, do marcador imperfetivo *tin* (145), e do marcador modal *kærinhə* (146).

⁹³ Contudo, é possível que haja algumas nuances semânticas que não podem ser verificadas através da análise do corpus. Por essa razão, ofereceram-se duas possíveis traduções do exemplo (144).

⁹⁴ No corpus, as únicas instâncias de orações condicionais que podemos classificar com certeza como contrafactuais foram elicitadas e, por isso, não podemos aferir a sua produtividade no geral.

(145) *bəs* *minha* *pærtə* ***ja*** *prunta* ***tinhi*** *sæ*,
2.NOM 1SG.GEN SOC PRET perguntar PRF.PST COND
yo *poros* (***lə***)⁹⁵ ***tin*** *asisti*. (Cananor 2015: elicitação)
1SG.NOM 2.DAT IRR IPFV.PST ajudar
“Se me tivesses perguntado, ajudar-te-ia.”

(146) *æla* *kə* *or* *sə* *kadæ* ***ja*** *da* ***sæ***,
3FSG DAT ouro GEN cadeia PRET dar COND
æla *bɔmba* *alægri* ***kærinhə*** *fika*. (Cananor 2015: elicitação)
3FSG.NOM muito feliz dever.PST ficar
“Se lhe tivéssemos dado uma cadeia de ouro, ela ficaria muito feliz.”

⁹⁵ Como se trata do único caso registado em que o falante produz a construção *lə tin*, proposta pelo elicitador, não podemos tirar conclusões acerca da sua produtividade.

**3. ESTUDO COMPARATIVO DE
ALGUNS ASPETOS DA
INFLUÊNCIA DA LÍNGUA
MALAIALA**

malvarə pisin pisin tɛ esana... sɛvæ... astantə na sɛvæ.

3.1. Língua malaiala

O malaiala, hoje em dia a língua nativa de 30 milhões de pessoas na Índia⁹⁶, é falado na sua maioria no estado de Kerala, o espaço historicamente designado como a costa do Malabar. O contacto linguístico entre os habitantes locais falantes do malaiala e os colonizadores portugueses, no início do séc. XVI, levou à criação dos CM. Como já foi referido no capítulo de introdução, o malaiala deve ter servido de língua de substrato dos CM e, possivelmente, teve um papel particular na formação dos crioulos indo-portugueses no geral, se assumirmos a difusão de um *pidgin* asiático geral a partir do solo do Malabar (Clements 2000, 2009). Depois da formação dos CM, o malaiala continuou a coexistir com os CM como língua local e, por isso, é essencial atribuir-lhe igualmente a designação da língua de adstrato (Cardoso, Baxter & Pinharanda Nunes 2012).

Este capítulo dedicar-se-á a descrever os pontos principais de convergência linguística dos CM com o malaiala que se podem identificar no sistema verbal, determinando também a origem portuguesa de algumas estruturas. Como ficará claro ao longo do capítulo, o sistema verbal dos CM convergiu em grande escala com o malaiala, apesar de o léxico maioritariamente ter conservado a etimologia portuguesa. A interação entre a etimologia portuguesa e a origem das estruturas gramaticais a partir do malaiala ou do português caracteriza todo o sistema verbal dos CM. Quando falamos da origem das estruturas e da convergência com a língua de substrato/adstrato, implicamos várias camadas temporais em que a influência pode ter ocorrido. Dado que o ponto crucial para o desenvolvimento da gramática dos CM é a própria formação da língua no contexto de criouliização no início do séc. XVI, para um maior rigor da nossa análise, neste capítulo serão considerados dados acessíveis do português desse período. Quanto ao malaiala, que, ao contrário do português, manteve uma presença igualmente forte na vida dos falantes dos CM até hoje, não foi possível separar a sua influência como uma língua de substrato ou adstrato. A limitação da investigação neste sentido tem a ver com a impossibilidade de aceder à informação linguística relativa à criação dos CM. Por outras palavras, não podemos verificar ou atestar o papel do malaiala como língua de substrato no processo de criouliização no Malabar, e separá-lo de uma influência mais recente⁹⁷.

⁹⁶ <https://www.ethnologue.com/language/mal/18>

⁹⁷ Esta dificuldade provém também das limitações do presente trabalho, que não podia estender-se a um estudo minucioso do malaiala do séc. XVI (determinando se existem diferenças relevantes entre o malaiala contemporâneo e do séc. XVI).

3.2. Construções copulativas e predicação não verbal

O verbo *tæ* exibe as funções gramaticais de cópula locativa, possessivo e existencial (cf. secção 2.3.1). Quando o comparamos com o superstrato e o substrato/adstrato, vemos que tanto o português como o malaiala têm mais do que um verbo que pode desempenhar estas funções. No caso do português, a dicotomia entre os verbos copulativos “ser” e “estar”, já existente no séc. XVI (Mattos e Silva 2002a), é baseada na oposição entre o carácter permanente e temporário das características ou condições atribuídas ao sujeito, enquanto a possessão e a existencialidade são expressas pelos verbos “ter” e “haver”, respetivamente. No malaiala, os verbos copulativos *aaṇə* e *uṇṭə* constituem respetivamente uma cópula que descreve a identidade ou características do sujeito, e uma cópula locativa, possessiva e existencial. Estes dois sistemas de distinção dos verbos que constituem predicados de “natureza nominal”⁹⁸ (i.e., nominais, adjetivais, locativos, possessivos e existenciais) (Payne 1997:111) serão analisados em comparação com as estratégias existentes nos CM.

⁹⁸ Chamadas *copula clauses* por Dixon (2010).

3.2.1. Verbo *tæ*

Através de um estudo comparativo, tentaremos identificar a origem das funções associadas ao verbo *tæ*. A comparação com os verbos que desempenham as mesmas funções no português, incluindo o seu étimo “ter”, mostra que pode ter existido uma motivação para o desenvolvimento das funções de cópula, existencial e possessivo. No entanto, quando comparado com o malaiala, percebemos que a distribuição de *tæ* pronunciado (i.e., expresso na frase) corresponde quase na sua totalidade ao verbo malaiala *uŋtə*, e a omissão da cópula corresponde à omissão de *aaŋə* no malaiala. A tabela 2 classifica as funções gramaticais de *tæ* e oferece uma linha de comparação com o português e o malaiala.

Função gramatical	CM	Português	Malaiala
Cópula dos predicados nominais	presente: Ø passado: (<i>tinha</i>) ⁹⁹	ser	(<i>aaŋə</i>)
Cópula dos predicados adjetivais	(<i>tæ</i>) (<i>tinha</i>)	estar, ser	(<i>aaŋə</i>), <i>uŋtə</i> ¹⁰⁰
Cópula locativa	<i>tæ</i>	estar, ser	<i>uŋtə</i>
Existencial	<i>tæ</i>	haver, ?ter	<i>uŋtə</i>
Possessivo	<i>tæ</i>	ter	<i>uŋtə</i>

Tabela 2 – O verbo *tæ* em comparação com o português e o malaiala

Consideremos primeiro o verbo *tæ* conforme usado para a expressão de possessivo (147) e existencial (148), repetição dos exemplos (15) e (14) da secção 2.3.1.

⁹⁹ Os parênteses indicam que o verbo pode ser omitido sem a frase mudar de significado.

¹⁰⁰ As construções com a semântica “adjetival” (i.e., a expressão de qualidades ou propriedades do sujeito) com o verbo *uŋtə* são sintaticamente construções possessivas.

(147) *paymi dos kaza tæ.* (Cochim 2010: fala espontânea)

1SG.DAT dois casa POSS.PRS

“Tenho duas casas.”

(148) *kaza ali tæ.* (Cochim 2007: fala espontânea)

casa ali EXS.PRS

“Ali há uma casa.”

O possessivo e existencial podem relacionar-se com os verbos “ter” e “haver” no português. No exemplo (149) podemos ver o verbo “ter” usado para expressar posse, sendo que neste período da língua portuguesa já era este o verbo usado quase exclusivamente para tal¹⁰¹. No exemplo (150) podemos ver uma construção existencial com “haver” e em (151), um exemplo de “ter” com uma interpretação ambígua.

(149) *E os reis de Bisnaga sempre **tevera~o** por estado **terem** muytos cavallos em sua estrebaria, e sempre **tinha~o** oytocentos, novecentos cavallos, e quoaatro centos e quynhentos allyffantes, com os quoaes, e com a gente que os curava~o, **tinha** muy grande gasto; e este rey, que agora he, **tem** na sua estrebaria setecentos e tantos cavallos [...] (CIPM¹⁰², Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)*

(150) *Estes home~es sa~o brancos e grandes de corpo, em suas terras **ha** muitos cavallos com que este rey de Delly fez a guerra a Cambaya e a desbaratou (CIPM, Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)*

(151) *Mandovos que ffaçais asentar o dito dom Pedro de Sousa no livro da dita matricola, no titolo dos fidalgos cavaleyros, com a dita moradia e cevada, Riscandose primeiro o asento d’escudeiro que **tem** no dito livro (Carta 370 de 1557) [tem = há/está/ocorre/existe]¹⁰³. (Mattos e Silva 2002c:156)*

Nos textos do séc. XVI¹⁰⁴, Mattos e Silva (2002b) encontra o uso de “ter” existencial, apesar de constatar uma predominância clara do existencial típico “haver”. Nas mesmas fontes também surgem casos em que a interpretação de “ter” é ambígua (e.g. (151)), ou seja, como o sujeito da

¹⁰¹ Apesar da variação de uso de “ter” e “haver” em vários contextos de posse, a primeira metade do séc. XVI regista uma clara predominância de “ter” em todos os tipos de posse (Mattos e Silva 2002b).

¹⁰² *Corpus Informatizado do Português Medieval* (Xavier, Vicente & Crispim 2003a). Em todos os exemplos mantém-se a ortografia usada no corpus.

¹⁰³ Mattos e Silva (2002c:156) oferece estas interpretações possíveis, mas é igualmente possível postular uma interpretação possessiva.

¹⁰⁴ Textos estudados em Mattos e Silva (2002a, 2002b, 2002c).

frase não é expreso e existe uma expressão adverbial locativa associada, as duas interpretações, de possessivo e existencial, seriam possíveis (Mattos e Silva 2002b)¹⁰⁵. Apesar da possível importância desta ambiguidade para a formação da semântica de *tæ*, algo que também deve ser considerado como um fator importante no desenvolvimento do verbo *tæ* nos CM é a saliência fónica da forma pt. “tem” em comparação com “há”¹⁰⁶. Assim, não é de estranhar que a escolha para expressar o existencial tenha recaído sobre um verbo em português que, para além de mais saliente, no português entrava já em variação com o seu parceiro existencial “haver”. De facto, algumas variedades e dialetos do português, como por exemplo o português brasileiro, usam atualmente o verbo “ter” em construções existenciais (Carrilho & Pereira 2011), o que demonstra a tendência da língua portuguesa para este desenvolvimento (e a sua ocorrência na língua falada).

Quanto à função de cópula locativa, os CM usam o verbo *tæ* (152) e o português usa o verbo “estar” para predicados locativos transitórios (153).

(152) *Anthony agora ospatal dæntɾə tæ*. (Cananor 2015: elicitção)

Anthony agora hospital LOC COP.PRS

“Anthony está agora no hospital.”

(153) *E acolhido na fortalleza, pomdo regra em seus mantimentos, foy cercado por todas as partes d este rey dos de Dely, que jaa a este tempo avya doze anos que lhe fazia a guerra, no quoyal cerco esteve pouco tempo porque a gente que dentro na fortalleza estava, hera muyta [...]* (CIPM, Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)

O verbo “estar” é uma cópula que até o séc. XVI chega a substituir o verbo “ser” nos predicados locativos transitórios (i.e localização temporária/transitória do sujeito) e por essa via também se torna a cópula por excelência dos predicados descritivos transitórios (i.e., que descrevem uma característica transitória do sujeito) (Mattos e Silva 2002a). Dado que o verbo *tæ* também pode ser ocasionalmente pronunciado com predicados adjetivais, comparemos os seguintes exemplos com “estar” (154) e *tæ* (155) nos predicados adjetivais.

(154) *[...] omde muytos d elles perdera~o as vidas, por quoanto os da cidade estava~o muy fortes, e bem apercebidos de tudo o que lhe era necessaryo pera sua defemssa~o [...]* (CIPM, Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)

¹⁰⁵ Cf. *por que tenho Recado que no Cabo de Geez nõ he necessária mais gente da que tem* (Mattos e Silva 2002c:156)

¹⁰⁶ Mattos e Silva (2002b) mostra que “haver” existencial também pode ser conjugado para concordar com o sujeito. Porém, note-se que essas formas teriam sido muito menos frequentes do que “há” e são também menos salientes na fala do que as formas do verbo “ter”, que contêm todas uma oclusiva e nasal salientes.

(155) *bɔmba grandi tæ*. (Cananor 2006: fala espontânea)

muito grande COP.PRS

“É muito grande.”

É preciso salientar que nos casos em que se verifica o uso de *tæ* com predicado adjetival, não é possível aferir uma semântica transitória, ou seja, *tæ* não parece implicar nem um caráter transitório nem permanente das características descritas pelo adjetivo.

Também é necessário mencionar que quando se trata de um predicado locativo ou adjetival com valores semânticos de permanência, no português é escolhido o verbo “ser”. A relevância possivelmente maior de “estar” para a formação de *tæ* reside principalmente no facto de ter uma maior saliência fonética devida à oclusiva [t], tal como o verbo “ter”.

Como acabámos de verificar, funções que nos CM estão reunidas num só elemento, usam várias estratégias diferentes no português (cf. tabela 2), apesar de algumas relações etimológicas poderem explicar pelo menos alguns aspetos da semântica de *tæ* (e.g. “ter” possessivo e possivelmente existencial, “estar” locativo e cópula dos predicados adjetivais).

Como já mencionámos, o verbo *uŋtə* do malaiala corresponde à semântica de *tæ*, reunindo as funções gramaticais de cópula locativa, possessivo e existencial. Comparem-se os exemplos (152) com (156), (147) com (157) e (148) com (158).

(156) *uŋŋi viiŋtil uŋtə*. (Asher & Kumari 1997:101)

Unni casa:LOC¹⁰⁷ COP.PRS

“Unni está em casa.”

(157) *ava[kkə raŋtə sahoodarimaar uŋtə*. (Asher & Kumari 1997:176)

3FSG:DAT dois irmã:PL POSS.PRS

“Ela tem duas irmãs.”

(158) *keera[attil aanaka[uŋtə*. (Asher & Kumari 1997:100)

Kerala:LOC elefante:PL EXS.PRS

“Há elefantes em Kerala.”

¹⁰⁷ Seguindo *The Leipzig Glossing Rules*, nas glossas dos exemplos do malaiala os sufixos/elementos gramaticais morfológicamente separáveis do elemento em causa serão separados por dois pontos; ao mesmo tempo, adotando a transcrição de Asher & Kumari (1997), estes não irão ser separados na linha do exemplo original.

Em todas estas linhas de comparação entre *tæ* e *uŋtə* há um paralelismo nas suas funções. Além disso, encontramos uma evidência particular da influência malaiala na estrutura sintática, se considerarmos o seguinte: as construções possessivas nos exemplos (147) e (157) têm ambas o sujeito dativo, o que, por outro lado, não acontece no português (149), que tem sempre sujeito nominativo com o verbo “ter”. Nos CM, o sujeito dativo não é obrigatório para a leitura possessiva de *tæ*, já que no corpus existem exemplos com *tæ* possessivo e sujeito nominativo. Dada a reduzida dimensão do corpus, é difícil saber qual é realmente a estratégia preferida, ou se existem diferenças semânticas entre o uso da marcação dativa ou nominativa. Seja como for, a própria existência do sujeito dativo com *tæ* é uma evidência forte da influência do malaiala, e o mesmo acontece noutros contextos em que também se verifica sujeito dativo nos CM (cf. secção 2.6 e 3.4.1).

O verbo *uŋtə* também participa em construções possessivas que normalmente têm uma leitura qualitativa, ou seja, a sua semântica é equivalente àquilo que designamos como predicados adjetivais nas línguas europeias. Compare-se a semântica do exemplo (159) com a utilização do verbo *tæ* em (160).

(159) *enikkə avanre atra pokkam uŋtə*. (Asher & Kumari 1997:173)

1SG:DAT 3MSG:GEN tanto altura POSS.PRS

“Eu sou tão alto como ele [eu tenho tanta altura como ele].”

(160) *Olivia æla sə irma sə astant kumprid tæ*. (Cananor 2006: elicitación)

Olivia 3FSG GEN irmã GEN tanto alto COP.PRS

“A Olivia é tão alta como a irmã dela.”

Dado que os predicados em (159) e (160) transferem o mesmo significado, e sabendo que *uŋtə* corresponde às restantes funções de *tæ* (i.e., locativo/existencial/possessivo), é evidente que o uso de *tæ* com predicados adjetivais deve ter sido influenciado também pelo uso de *uŋtə* no malaiala. Portanto, podemos concluir que *tæ*, em todas as funções em que é pronunciado (no tempo presente¹⁰⁸), pode ser relacionado com o uso de *uŋtə* nos mesmos contextos (cf. tabela 2).

Na secção 2.3, foram analisadas frases copulativas com predicativos nominais e adjetivais. Demonstrou-se que nesse tipo de construções, o verbo *tæ* é tipicamente omitido no tempo presente (cf. (19) – (22) na secção 2.3 e (161) e (162) abaixo) e o seu uso é agramatical com predicados nominais. Ora, como se vê nos exemplos (163) e (164), os predicados nominais e adjetivais que descrevem propriedades permanentes do sujeito usam no português a cópula “ser”.

¹⁰⁸ No passado, o verbo *tinha* pode também servir de cópula dos predicados nominais, ao contrário de *uŋtə* (veja-se a continuação da secção).

(161) *aka padri minha kambrad̪*. (Cochim 2010: elicitación)

este padre 1SG.GEN amigo

“Este padre é meu amigo.”

(162) *fæmi b̪mba pikæ̃n*. (Cananor 2006: elicitación)

rapariga muito pequeno

“A rapariga é muito pequena.”

(163) *mamdou mover toda sua gente a quoall partio em sete azes, aquy lhe pidio a dyanteyra Comarberya, que he seu sogro, e gra~o senhor, que he rey de Serigapata~o, senhor de gra~terra* (Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)

(164) [...] *e meterem a cidade em aperto, mas como quer que a cidade em sy seja ta~o forte como he, e a gente que nella estava era toda escolheita e husada na guerra [...]* (Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)

Podemos ver que no português o verbo “ser” é usado nos contextos em que nos CM a cópula é tipicamente omitida, mas a motivação para a omissão da cópula parece novamente provir do malaiala, conforme se discute de seguida.

No malaiala, a cópula usada com predicados nominais e adjetivais (i.e., sintaticamente adjetivais e não possessivos) é o verbo *aañə* ((165) e (166)), sendo o verbo *uñtə* agramatical nesses contextos¹⁰⁹.

(165) *avan (oru) ñiiccar (aañə)*. (Asher & Kumari 1997:97)

3MSG.NOM ART professor (COP.PRS)

“Ele é professor.”

(166) *ii kuffi nallavan aañə*. (Asher & Kumari 1997:97)

este criança bom:M COP.PRS

“Esta criança é boa.”

¹⁰⁹ O verbo *aañə*, ao contrário de *uñtə*, não é tão restrito no seu uso e pode aparecer em construções locativas e algumas possessivas com o sujeito dativo, sintaticamente iguais às apresentadas em (156) e (157) para *uñtə*. No entanto, a interpretação semântica destas construções com *aañə* recebe uma leitura focalizada (cf. frases clivadas no português) (Mohan 1999), ou seja, se o exemplo (156) tivesse *aañə* em vez de *uñtə*, a interpretação correta seria “É o Unni que está em casa”. Dado que este tipo de implicações semânticas marcadas, e muitas outras restrições relacionadas com a aparência de *aañə* em frases possessivas e locativas (Mohan 1999), não parecem refletir-se nos CM, esse tipo de comportamento de *aañə* não se considerou relevante para a presente comparação.

Como indicado no exemplo (165), a cópula *aaṇə* é frequentemente omitida, o que acontece mais facilmente quando está no tempo presente (Asher & Kumari 1997). No exemplo (166), adotado de Asher & Kumari (1997:97), não é indicado pelos autores se a cópula pode ser omitida com o predicado adjetival; porém, veja-se o exemplo (167)¹¹⁰, em que a cópula *aaṇə* é omitida no predicado *nallatə*.

(167) *uppə nallattə tanne.*

sal bom:N EMP

“O sal é bom.”

A cópula *aaṇə* pode ser omitida em qualquer tempo verbal, se o contexto discursivo o possibilitar (Asher & Kumari 1997). Nos CM, verifica-se a mesma situação com a omissão do verbo *tæ*. Nas frases copulativas com predicativos nominais é obrigatório omitir *tæ* no tempo presente (e com os adjetivais, a omissão é preferível), enquanto no passado, *tinha* pode ou não ser expresso, dependendo do contexto (cf. (24) – (27) na secção 2.3.1). A possibilidade de omissão da cópula no malaiala pode ter servido como modelo para os CM, que então generalizaram essa regra para os predicados nominais e parcialmente para os adjetivais, no tempo presente. No tempo passado, além da possibilidade de omissão, *tinha* é usado quando é preciso salientar o tempo passado da frase. Portanto, os contextos em que é favorecida a omissão da cópula nos CM devem ser relacionados com a omissão do verbo malaiala *aaṇə*, e a presença de *tæ* na frase deve ser relacionada principalmente com o verbo *uṇtə*, mas também com *aaṇə* no tempo passado (cf. tabela 2). Nesse aspeto, é mais correto observar o papel do superstrato português de um ponto de vista etimológico, dado que, ao contrário do malaiala, não temos evidência de uma relação direta com os verbos copulativos no português.

¹¹⁰ Excerto do Evangelho Segundo Lucas (Lucas 14:34) (disponível em <http://malayalambible.org/>, obtido em 27-09-2015). A transcrição segue a ortografia usada por Asher & Kumari (1997).

3.2.2. Verbo *santa*

O verbo malaiala *irikkuka* (“sentar”) pode ser usado em frases locativas, assemelhando-se à função do verbo *uṅṭə* como cópula locativa (Asher 1968). Nos CM, o verbo *santa*, que já foi mencionado como um verbo possivelmente copulativo, foi registado em instâncias fora do seu sentido literal de “sentar”, nos mesmo contextos que no malaiala. Comparem-se os seguintes exemplos nos CM (168) e no malaiala (169), com o mesmo contexto discursivo associado à frase.

(168) *agora sirvis no tæ, agora*
agora trabalho NEG POSS/EXS.PRS agora
yo nɔsa kaza santadə. (Cananor 2006: fala espontânea)
1SG.NOM 1PL.GEN casa sentar:PTCP¹¹¹
“Agora não tenho/há trabalho, agora estou/fico em casa.”

(169) *avar verute viiṭṭil irikunnu.* (Asher 1968:103)
3PL.NOM apenas casa:LOC sentar/estar.PRS
“Eles estão em casa. (i.e., não têm trabalho para sair de casa)”

Note-se que ambos os exemplos expressam uma situação negativa (a de não trabalhar), à qual, como já vimos, parece estar relacionado o verbo *santa* nos CM. De facto, os contextos em que *santa* parece ter o significado mais amplo característico de uma cópula (e não o de “sentar”), descrevem tipicamente situações pejorativas (cf. secção 2.3.3).

¹¹¹ Particípio residual do superstrato, restrito a alguns verbos frequentes. Não foi possível determinar a sua produtividade e, por isso, não foi analisado no capítulo anterior, mas é possível considerá-lo como uma forma verbal, dado que temos evidência da funcionalidade do verbo *santa*. Contudo, mesmo se analisarmos *santadə* como um adjetivo, a sua semântica só pode ser relacionada com o verbo *santa*.

3.3. Irrealis

Nos CM, o marcador *lɔ* é usado para expressar o modo irrealis, incluindo a referência a situações futuras ou com valores do aspeto imperfetivo. Etimologicamente, provém do advérbio “logo” em português e é provável que o seu significado tenha motivado o uso de *lɔ* para ações relacionadas com irrealis, nomeadamente aquelas que ainda não chegaram a ser realizadas e cuja veracidade não se afere. No exemplo (170), podemos ver o uso de “logo” para se referir a uma ação imediatamente consecutiva a outra.

(170) [...] *ou outros malfeitores que has suas terras se acolhessem, e fossem pedidos que llogo fossem entregues [...]* (Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)

No entanto, a semântica do advérbio temporal “logo” não explica todo o alcance de contextos em que os CM usam *lɔ*, sendo um deles o aspeto imperfetivo. Se olharmos para o malaiala, verificamos que os mesmos sufixos com valor de irrealis podem ter a referência temporal de futuro ou expressar o aspeto imperfetivo. Comparem-se os exemplos (171) e (172).

(171) *avan naa[e varum.* (Asher & Kumari 1997:289)

3MSG.NOM amanhã vir:IRR

“Ele vem [virá] amanhã.”

(172) *avan divaseena ivi[e varum.* (Asher & Kumari 1997:286)

3MSG.NOM todos_os_dias aqui vir:IRR

“Ele vem cá todos os dias.”

Se compararmos os exemplos (171) e (172), vemos que ambos têm a mesma forma verbal *varum*, no entanto essa forma pode ser usada para expressar o tempo futuro (171) ou o aspeto habitual (172), dependendo a leitura, neste caso, dos constituintes adverbiais. A mesma forma verbal de irrealis, quando seguida por um verbo auxiliar no passado, expressa ações habituais no passado (173). Este facto mostra que a forma de irrealis sozinha não tem nenhuma referência temporal, tal como nos CM.

(173) *pan[okke avan ennum ivi[e varumaayirunnu.* (Asher & Kumari 1997: 297)

antigamente 3MSG.NOM todos_os_dias aqui vir:IRR:AUX.PST

“Antigamente, ele costumava vir cá todos os dias.”

Compare-se com os exemplos de ações habituais nos CM (51) e (52) da secção 2.5, aqui repetidos como (174) e (175):

(174) *Olivia Francis sə pærtə tud dia lə kəmbərsa.* (Cochim 2010: elicitación)

Olivia Francis GEN SOC todo dia IRR conversar

“A Olivia fala com o Francis todos os dias.”

(175) *madansə lə kəmbərsa, lə kanta.* (Cananor 2010: fala espontânea)

antes IRR conversar IRR cantar

“Antigamente conversávamos e cantávamos.”

O irrealis no malaiala pode ser principalmente caracterizado pela morfologia disponível para expressar o grau de asserção. Nos exemplos (171) e (172) vimos o sufixo *-um* no verbo *varum*, usado, respetivamente, em contexto de referência futura e aspeto habitual. Existem muitas outras desinências que podem denotar uma ação que virá a ser executada no futuro mas, dependendo do seu grau de asserção, essa ação pode ser mais ou menos provável de acontecer (Asher & Kumari 1997). Por isso, se dissermos, por exemplo, *avan innə varum* estamos a dizer “ele virá hoje”, e se dissermos *avan innə varumaayirikkaam*, estamos a dizer “ele pode possivelmente vir hoje” (Asher & Kumari 1997:311). Como podemos ver, a diferença entre as duas desinências usadas vai determinar se a leitura é mais assertiva ou mais irreal. Abaixo encontra-se a lista com o verbo “vir” conjugado em todos os graus de assertividade, do mais assertivo até ao menos assertivo:

(176) *varum*

varaam

vanneekkum

varumaayirikkum

vanneekkaam

varumaayirikkaam (Asher & Kumari 1997:311)

Como os CM não possuem uma morfologia tão rica como o malaiala, não podíamos esperar que uma escala de irrealis com a mesma precisão existisse nos CM. No entanto, o marcador *lə* sozinho pode ter uma referência mais ou menos assertiva, ou seja, referindo-se a uma ação futura com mais ou menos certeza na sua verificação (cf. secção 2.5). O exemplo (49) da secção 2.5.1, aqui repetido como (177), evidencia uma proposição que pode ser interpretada como mais ou menos assertiva quanto à sua veridicidade.

(177) *æta katrə ɔrə yo aki lə fika.* (Cananor 2006: elicitación)

até quatro hora 1SG.NOM aqui IRR ficar

“Posso ficar até às quatro horas.”/“Ficarei até às quatro horas.”

O malaiala também usa uma das formas de irrealis para expressar a capacidade de um indivíduo (178), o que se relaciona com o aspeto gnómico potencial expresso por *lɔ* nos CM (veja-se (54) na secção 2.5.1, aqui repetido como (179)).

(178) *enikkə kuraccə duuram veegam naʃakkam.* (Asher & Kumari 1997:308)

1SG:DAT pouco distância rápido andar:IRR

“Consigo andar rápido numa curta distância.”

(179) *minha filhi faka tæ sœm kokə lɔ kabra.* (Cananor 2006: elicitación)

1SG.GEN filho faca POSS/EXS.PRS sem coco IRR partir

“O meu filho consegue partir/parte o coco sem [ter] a faca.”

No caso do aspeto gnómico genérico, o malaiala também usa a morfologia de irrealis (180), tal como os CM, como se vê em (53) na secção 2.5.1, aqui repetido como (181).

(180) *cuuʃaayaal veŋŋa urucum.* (Asher & Kumari 1997:287)

aquecer:COND manteiga derreter:IRR

“A manteiga derrete quando se aquece.”

(181) *vaka leyti lɔ da.* (Cananor 2006: elicitación)

vaca leite IRR dar

“A vaca dá leite.”/“As vacas dão leite.”

Nas frases condicionais¹¹², o malaiala e os CM podem usar a morfologia de irrealis na apódose. Comparemos as apódoses nas seguintes frases condicionais hipotéticas no malaiala (182) e nos CM ((183), repetição de (143) na secção 2.11.4):

(182) *nii atə ceyyumenkil jaan varaam.* (Asher and Kumari 1997:88)

2SG.NOM isso fazer:IRR:COND 1SG.NOM vir:IRR

“Se o fizeres, eu venho.”

(183) *pærmī ungə lugar acha sœ*

1SG.DAT ART sítio encontrar COND

yo bɔ ungə igreja lɔ mara. (Cananor 2010: fala espontânea)

1SG.NOM bom ART igreja IRR construir

“Se encontrar um sítio, vou construir uma boa igreja.”

¹¹² Como o corpus apresenta poucos dados em que a interpretação da oração condicional é indubitavelmente contrafactual, deixaremos de fora essa linha de comparação (cf. (145) e (146) na secção 2.11.4).

Para referir uma ação futura que se visa realizar, se a condição for cumprida, os CM usam o marcador *lɔ*, como em (183), e o malaiala usa o sufixo com o valor de irrealis *-aam*, como em (182).

3.4. Verbos modais

3.4.1. Verbo *kæræ*

Conforme disposto na secção 2.6.1, o verbo modal *kæræ* reúne as expressões de volição, necessidade (ambas internas ao participante) e obrigação (externa ao participante), e a sua interpretação depende do caso do sujeito lógico da frase. Quando a frase contém o sujeito dativo, a leitura de *kæræ* deve ser a de volição ou necessidade (e.g. “querer”, “precisar de”) e, quando o sujeito é nominativo, a de obrigação (e.g. “ter que”) (Cardoso, no prelo (b)). Etimologicamente, provém do verbo português “querer”, que é, por outro lado, limitado à expressão de volição, como se vê em (184).

(184) [...] *vemdo a gramde artelharya que tinha, dise que com sua artelharya **queria** desbaratar o rao de Narsymga, e que fizesem prestes que llogo **querya** passar o ryo [...]* (CIPM, Crónica dos Reis de Bisnaga: séc XVI)

A semântica do verbo português “querer” não pode explicar o comportamento de *kæræ* nos CM, que é também usado em contextos que requerem outros verbos modais no português (e.g. “dever”, “ter que”, “precisar de”, etc.).

Nos seguintes exemplos podemos ver a comparação de estruturas com *kæræ* como verbo principal com o seu equivalente no malaiala ((185) é a repetição do exemplo (10) da secção 2.2.2):

(185) *eli pə̀rə unɡə “bicycle” **kæræ***. (Cananor 2006: elicitación)

3MSG DAT ART bicicleta querer.PRS

“Ele quer uma bicicleta.”

(186) *enikkə paɳam **veenam***. (Asher & Kumari 1997:199)

1SG:DAT dinheiro querer.PRS

“Quero algum dinheiro.”

(187) *pæ̀rmi sinkə kadæra **kæræ***. (Cananor 2006: elicitación)

1SG.DAT cinco cadeira precisar.PRS

“Preciso de cinco cadeiras.”

(188) *raamannə paṇam veṇam*. (Asher & Kumari 1997:344)

Raman:DAT dinheiro precisar.PRS

“Raman precisa de dinheiro.”

Com o sujeito dativo, o verbo *veṇam* no malaiala tem a leitura de volição (186) ou de necessidade (188) (Asher & Kumari 1997), tal como acontece nos CM ((185) e (187)). Pode aparecer na frase como verbo principal, ou como um verbo modal na forma cliticizada *-aṇam*, marcando um verbo principal (189) (Asher & Kumari 1997).

(189) *enikkə tiruvanantapurattə pookaṇam*. (Asher & Kumari 1997:308)

1SG:DAT Trivandrum:LOC ir:precisar.PRS

“Preciso de ir a Trivandrum.”

Nos CM, o verbo *kærae* também pode ser um marcador pré-verbal com a leitura de volição/necessidade ligada ao sujeito dativo (cf. (60) na secção 3.4.1, repetido abaixo como (190)).

(190) *paymi kærae kōmbarsa*. (Cochim 2007: fala espontânea)

1SG.DAT querer.PRS conversar

“Quero conversar.”

Considerem-se agora exemplos com o sujeito nominativo nas duas línguas ((191) é a repetição de (62) da secção 3.4.1):

(191) *nəs skōla kærae vay*. (Cananor 2006: elicitación)

1PL.NOM escola querer.PRS ir

“Temos que ir à escola.”

(192) *avan nallavaṇṇam paṭhikkaṇam*. (Asher & Kumari 1997: 306)

3MSG.NOM bem estudar:dever.PRS

“Ele deve/tem que estudar bem.”

Em ambas as línguas, como nota Cardoso (no prelo (b)), o marcador *kærae* e o clítico *-aṇam* criam leituras de obrigação com sujeitos nominativos. Além da interpretação dependente do caso do sujeito, é possível que a morfologia do verbo *veṇam* também tenha influenciado a morfologia do verbo *kærae*. Como já mencionámos, ambos podem ser verbos principais e marcadores verbais, e também têm uma forma negativa contraída: *veṇṭa* e *nika* respetivamente (cf. secção 2.7.3). Da mesma forma, também no malaiala é comum, no geral, a ocorrência de verbos negativos, ou seja, a expressão de negação através de uma forma flexionada/supletiva do verbo.

3.4.2. Verbo negativo *nacha* (*na chega*)

Se olharmos, nos CM, para as contrações dos verbos modais com a negação (cf. secção 2.7.3), percebemos que pelo menos algumas delas podem ter sido influenciadas pelos verbos negativos do malaiala. O verbo modal negativo *nacha*, cuja forma é uma contração entre o operador de negação e o verbo *chega*, parece ser o resultado da influência do verbo modal negativo *vayya*, que não possui nenhuma forma afirmativa (Asher & Kumari 1997).

(193) *enikkə valiya bhaaram pontikkaan vayya.* (Asher & Kumari 1997:309)

1SG:DAT grande peso levantar:INF conseguir.NEG

“Não consigo levantar grandes pesos.”

A semântica do verbo *vayya* é particularmente semelhante ao verbo *nacha*, dado que ambos os verbos são apenas negativos (cf. secção 2.6.2) e estão ligados à expressão de inabilidade, ou seja, à falta de capacidade, não podendo expressar proibição, ao contrário de *nu pɔ*, por exemplo.

Apesar de ser claro que o âmbito funcional de *nacha* como verbo modal negativo tem que provir do malaiala, é preciso salientar que o português da época pode ter potenciado uma interpretação modal do verbo “chegar”, que eventualmente teria levado à gramaticalização do verbo modal só como negativo, sob influência do substrato/adstrato malaiala. Veja-se o exemplo (194), em que “chegar” deve ser interpretado como “levar a cabo”, aproximando-se assim do significado de “conseguir” (Xavier, Vicente & Crispim 2003b).

(194) *Nehuũ nõ deue chegar a tomar as ordeẽs saluo quãdo for chamado e presentado, nem deue ser ordenado saluo nos tempos ordenados pella ygreja.* (1488 S) (Xavier, Vicente & Crispim 2003b)

3.5. Subordinação

Na secção 2.11 mostrámos que nos CM as frases relativas e completivas não usam subordinadores e não interferem na marcação verbal da oração subordinada. As frases adverbiais, por outro lado, usam subordinadores pospostos ao verbo da oração subordinada, sendo a marcação pré-verbal restrita só à presença do marcador de pretérito *ja* ou à ausência de marcação.

No malaiala, nas orações subordinadas, os verbos são frequentemente marcados como complementos nominais (i.e. participios) do verbo matriz, com marcação temporal restrita (e.g. a distinção passado/não passado), e marcados por um subordinador (Asher & Kumari 1997). As exceções quanto à marcação temporal restrita são o discurso indireto com a partícula *ennə* e a marcação por alguns subordinadores específicos (e.g. *enkil*, *ennə vacaal*) (Asher & Kumari 1997). Os subordinadores são geralmente formas aglutinadas ao verbo, sendo-lhe pospostos imediatamente (Asher & Kumari 1997). A partir desta introdução, é possível ver desde já que a relação próxima entre os subordinadores e os verbos nos CM, incluindo a impossibilidade de serem separados e as restrições quanto à marcação do verbo, deve ser de alguma forma relacionada com a natureza restritiva de certos subordinadores no malaiala. No entanto, dada a riqueza morfológica do malaiala e a possibilidade de explicar o desenvolvimento dos marcadores subordinativos nos CM a partir da sua etimologia portuguesa, não se insistirá em estabelecer uma relação direta entre todo o tipo de subordinação nos CM e no malaiala. Por isso, foram escolhidos três tipos de orações subordinadas que se podem relacionar inequivocamente com o substrato/adstrato malaiala: orações completivas de discurso (in)direto, orações relativas e orações adverbiais temporais.

3.5.1. Discurso (in)direto

No malaiala, não existe uma distinção ao nível gramatical entre o discurso direto e indireto. O único elemento na língua que pode indicar a referência ao discurso de alguém é a partícula quotativa *ennə*¹¹³. A partícula *ennə* segue a frase que está a ser relatada, que deve ser analisada como uma oração completiva subordinada. A presença da partícula para marcar o relato do discurso não implica a classificação do discurso como direto ou indireto, ou seja, a frase que *ennə* segue pode reportar o discurso do falante *ipsis verbis* ou não (Asher & Kumari 1997:2). Comparem-se os exemplos (195) e (196).

(195) *ellaarum etti ennə kuffi paraynu.* (Asher & Kumari 1997:47)

todos chegar:PST PQ criança dizer:PST

“A criança disse que todos tinham chegado.”/“A criança disse: “Todos chegaram.””

(196) *Ivan ja fala bəzə oji lo vi.* (Cochim 2010: elicitación)

Ivan PRET dizer 2.NOM hoje IRR vir

“O Ivan disse que vinhas hoje.”/“O Ivan disse: “Vens [virás] hoje.””

No exemplo (195), o malaiala usa na oração subordinada o verbo finito *etti* marcado para o passado e em (196), os CM usam *lo vi* marcado para o irrealis, ou seja, em ambos os casos trata-se da marcação que não difere daquela usada nas frases independentes. Ambos os exemplos podem ser interpretados como discurso direto ou indireto, dado que não existe nenhuma indicação explícita de que se trate do discurso indireto (e.g. pronomes cuja referência indicasse o discurso indireto). Apesar de não haver nenhum elemento no exemplo (196) que corresponda à partícula *ennə*, e a ordem das orações poder ser diferente do malaiala, a interpretação ambígua da frase nos CM é igual à que verificamos no malaiala.

¹¹³ Complementador tipicamente dravídico que estabelece a relação entre a oração subordinada que relata o discurso de alguém e a oração matriz. Provém do participio adverbial do verbo “dizer”, mas pode ser usado em vários tipos de orações completivas (Krishnamurti 2003:451).

3.5.2. Orações relativas

Na secção 2.11.1 mostrámos que as orações relativas estão na posição à esquerda do nome que modificam, e que esse nome desempenha uma função sintática dentro da oração matriz. As orações relativas no malaiala exibem a mesma posição sintática e também não recorrem ao uso de subordinadores, sendo que o verbo da oração relativa está na forma de participio (197).

- (197) *orikkal kaḷavə ceyta kaḷḷan*
uma_vez roubo fazer:PST:PR ladrão
tanne pinneyum kaḷḷu. (Asher & Kumari 1997:56)
EMP depois:também roubar:PST
“O ladrão que já fez um roubo, roubou outra vez.”

Apesar de os CM não terem nenhuma morfologia equivalente ao participio no malaiala (e por isso, a marcação verbal ser da mesma natureza na oração matriz e na relativa), a estrutura das orações relativas é igual à que encontramos no malaiala, o que é consistente com o seu perfil OV (cf. (123) na secção 2.11.1, repetido abaixo como (198)).

- (198) *peshi tḷ kṛta faka bṛmba “sharp” tæ.* (Cananor 2015: elicitación)
peixe IPFV.PRS cortar faca muito afiado COP.PRS
“A faca que corta peixe é muito afiada.”

3.5.3. Orações adverbiais temporais

As orações adverbiais temporais no malaiala, além da possibilidade de serem formadas a partir da forma verbal (com a distinção entre o passado e o futuro) marcada pelo subordinador *-pool*, também podem ser construídas com participios adverbiais, sem o uso de subordinadores. Os participios adverbiais marcam a ação ou estado descritos pelo verbo como acabados anteriormente à situação descrita pelo verbo matriz (Krishnamurti 2003:440, 330), mas não trazem nenhuma referência temporal à frase, que provém sim do verbo matriz (Asher & Kumari 1997:79–82). Veja-se o exemplo (199), com o participio adverbial *vaan̄ji*.

- (199) *naan fikkatt̄ vaan̄ji van̄ṭiyil kayarum.* (Asher & Kumari 1997:80)
1SG.NOM bilhete comprar:PP carruagem:LOC entrar:IRR
“Vou comprar o bilhete e entrar na carruagem.”

Como podemos ver, o participio adverbial *vaan̄ji* depende da relação temporal com o verbo matriz *kayarum* marcado para irrealis, o que resulta numa leitura com a referência de futuro.

A razão pela qual estamos a considerar a construção temporal de participio no malaiala, e não a construção temporal com um subordinador expresso (o que podia parecer mais próximo dos elementos que analisámos como subordinadores nos CM), é o facto de existir uma oposição aspetual expressa no participio adverbial, igual ao que acontece nas orações temporais nos CM. Considere-se o seguinte exemplo, com o participio marcado pelo sufixo perfetivo *-itt̄ə*.

- (200) *avan kuliccitt̄ə uun̄ə kaziccu.* (Asher & Kumari 1997:324)
3MSG.NOM tomar_banho:PP:PFV refeição comer:PST
“Depois de ter tomado banho, comeu.”

O sufixo *-itt̄ə* é acrescentado à forma de participio para indicar a perfetividade da ação, resultando necessariamente numa leitura de eventos consecutivos. Nas orações temporais nos CM, o subordinador *k(w)a* tem a mesma função perfetiva que *-itt̄ə* (201).

- (201) *ali ja foy kwa, dæz an ali ja fika.* (Cochim 2007: fala espontânea)
lá PRET ir.PST TEMP_{PFV} dez ano lá PRET ficar
“Depois de ter ido lá, fiquei lá dez anos.”

Apesar de termos classificado *k(w)a* como um subordinador, a sua função de estabelecer a relação entre o verbo da oração subordinada e a oração matriz é igual ao uso de *-ittə* sufixado à forma de participio adverbial no malaiala. Como já foi referido relativamente a *k(w)a*, alguns autores classificam este tipo de estruturas como *converbs* (Coupe 2005), ou seja, como uma forma verbal dependente da oração matriz, e esta análise poderia igualmente estender-se aos CM (cf. secção 2.11.3).

No malaiala também existe o sufixo *-koŋtə*, que marca o verbo como progressivo e, quando é adicionado ao participio adverbial, cria uma leitura de simultaneidade das situações descritas nas orações subordinada e matriz.

(202) *avan paatikkon̄tə kuliccu.* (Asher & Kumari 1997: 325)
 3MSG.NOM cantar:PP:PROG tomar_banho:PST
 “Ele cantava enquanto estava a tomar banho.”

Como já foi mostrado na secção 2.11.3, no caso de a oração subordinada denotar uma situação atélica, os subordinadores *kandə* e *ɔrzə* aparecem na frase com uma leitura de simultaneidade (cf. (132) na secção 2.11.3, repetido abaixo como (203)).

(203) *Cochin dæntərə kandə fika, Olivia Francis sə pærtə*
 Cochim LOC TEMP ficar/morar Olivia Francis GEN SOC
tud dia lə kəmbərsa. (Cochim 2010: elicitação)
 todo dia IRR conversar
 “Enquanto morava em Cochim, a Olivia falava com o Francis todos os dias.”

Aquilo que capta imediatamente a atenção é a semelhança fonológica entre *koŋtə* e *kandə*¹¹⁴ e, de facto, se assumirmos que *k(w)a* pode refletir as funções morfossintáticas de *-ittə*, seria também esperada a existência de um elemento influenciado por *-koŋtə*. No entanto, como *kandə* sozinho não pode criar a leitura de simultaneidade, e sendo neutro em relação ao aspeto do verbo, não podemos afirmar com certeza a sua relação com o sufixo progressivo *-koŋtə*. Aquilo que podemos de facto concluir é que a oposição entre as frases temporais com uma leitura consecutiva e simultânea pode ter tido um papel importante na formação da mesma distinção nos CM.

¹¹⁴ Note-se a proximidade de [t] retroflexo e [d]/[d̪], representados como *d*.

3.6. Verbos vetoriais

Na secção 2.9 já foram mencionadas as características principais dos verbos vetoriais nos CM. Nesta secção, mostraremos o funcionamento dos verbos vetoriais no malaiala, que, em muitos casos, correspondem quase na totalidade à semântica dos mesmos verbos nos CM. Consideremos alguns verbos mais proeminentes e frequentes nas duas línguas. Veja-se o seguinte exemplo, com o verbo vetorial *koṭukkuka* (“dar”).

(204) *ṇaan avannə raṇṭə pustakam ayaccu koṭuttu.* (Asher & Kumari 1997:348)
1SG.NOM 3SG:DAT dois livro mandar:PP BEN:PST
“Mandei-lhe dois livros.”

O exemplo (204) mostra a sequência *ayaccu koṭuttu*, em que o verbo *ayaccu* está na forma de participio adverbial e o verbo *koṭuttu*, marcado para o passado, transfere o significado de benefativo. O verbo *ayaccu* forma o núcleo semântico do grupo verbal, enquanto o verbo *koṭuttu* é lexicalmente mais vazio (i.e., não tem a sua semântica original de “dar”) e pode ser classificado como um verbo vetorial ou verbo leve (*light verb*) (Abbi & Gopalakrishnan 1992). Nos CM, os verbos vetoriais também são lexicalmente mais vazios em comparação com o significado que têm como verbos principais. No entanto, o seu comportamento sintático é um pouco diferente.

(205) *aka suyda yo lo pidi da.* (Cananor 2006: elicitación)
isso por 1SG.NOM IRR comprar BEN
“Por isso, vou comprar-lhe (isso).”

No exemplo (205) o verbo *da* tem uma leitura de alter-benefativo (cf. secção 2.9.1), mas não leva nenhuma marcação verbal: os valores TMA do verbo são expressos pelo marcador *lo* preposto a *pidi*. Assim, o verbo principal da frase, ou seja, o núcleo sintático do predicado, é ao mesmo tempo o seu núcleo semântico, enquanto no malaiala o verbo vetorial é o verbo principal (i.e., leva a marcação TMA), e não aquele encarregue da semântica essencial do predicado.

O verbo malaiala *pookuka* (“ir”), como verbo vetorial ((206) e (207)), transfere a mesma semântica que (*ja*) *foy* (208), ou seja, descreve uma situação como irreversível e lamentável (Asher & Kumari 1997).

(206) *aana cattu pooyi*. (Asher & Kumari 1997:296)

elefante morrer:PP MOD:PST

“O elefante morreu infelizmente (irrevogavelmente).”

(207) *kuppi potti pooyi*. (Abbi & Gopalakrishnan 1992:687)

garrafa partir:PP MOD:PST

“A garrafa partiu-se infelizmente (irrevogavelmente).”

(208) [...] *ja mora ja foy agɔra. eli no tæ*. (Cochim 2007: fala espontânea)

PRET morrer MOD agora 3MSG.NOM NEG COP.PST

“[...] morreu infelizmente. (Já) não está (aqui).”

Existe mais um verbo vetorial cuja semântica pode ser claramente relacionada com o malaiala. Trata-se do verbo *kava* (209), com a função de marcação de completivo e anterioridade, que se relaciona com o verbo *kaziyuka* no malaiala (210).

(209) *tudə livrə ja murda kava*. (Cananor 2011: fala espontânea (Clements)¹¹⁵)

todo livro PRET morder COMP

“(Já) mordeu todos os livros.”

(210) *kaappi kuṭiccə kazijjuvoo?* (Asher & Kumari 1997:302)

café beber:PP COMP:PST:IN

“(Já) bebeste o café?”

Os exemplos (209) e (210) mostram os verbos *kava* e *kaziyuka* usados na posição pós-verbal para marcar as ações “morder” e “beber” como completivas. Vejam-se os exemplos (211) (a repetição de (111) da secção 2.9.2, e (212)), em que *kava* e *kaziyuka* operam como marcadores de anterioridade.

(211) *Olivia kandə kəmbərsa madansə, aka sə*

Olivia TEMP conversar antes isso GEN

madansə ja kəmbərsa kava. (Cochim 2010: elicitación)

antes PRET conversar COMP

“Quando a Olivia falou (comigo), antes, antes disso já tinha falado (com o Francis).”

¹¹⁵ Excepcionalmente, recorreremos a um exemplo (transcrito por mim) obtido no trabalho de campo por Clancy Clements em 2011.

(212) *naan cennappoozēkkum avar pooyi kaḻiṇṇirunnu.* (Asher & Kumari 1997:302)

1SG.NOM ir:PST:quando_até 3PL.NOM ir:PP COMP:PRF.PST

“Até eles chegarem, eles tinham-se ido embora.”

Marcando a ação da oração matriz (*ja kōmbārsa, pooyi*) como completiva, *kava* e *kaḻiyuka* atribuem-lhe a referência de anterioridade temporal em relação à oração subordinada (*kōmbārsa, cenna*).

Analisando a distribuição e as funções gramaticais desempenhadas pelos verbos vetoriais nos CM e no malaiala, concluímos que se trata sem dúvida de uma estrutura proveniente do malaiala, e não do superstrato português. Além da partilha da semântica de verbos vetoriais específicos nos CM e no malaiala, a origem malaiala também é suportada pela posição sintática pós-verbal, tipicamente associada a verbos que desempenham as funções gramaticais analisadas nesta secção.

4. CONCLUSÃO

bos ki tē læmbra?

4.1. Sincronia e diacronia dos CM numa perspetiva tipológica

Ao longo desta dissertação, verificámos várias características básicas da tipologia dos CM: a ordem SOV, a marcação pós-nominal e as marcações pré e pós-verbal. Apesar de o estatuto morfofonológico dos marcadores nominais e verbais não ser claramente definido, é claro que os CM não podem ser classificados como o que se chama tradicionalmente de língua fusional, já que os marcadores são sempre separáveis do elemento que modificam. Os poucos casos de formas supletivas a marcar o passado de alguns verbos frequentes (e.g. *tinha*), ou a existência de casos oblíquos de alguns pronomes (e.g. *pæirmi*), são simplesmente retenções não produtivas da morfologia flexional e do carácter preposicional do superstrato português, respetivamente.

A etimologia do léxico e da forma dos marcadores gramaticais pode ser atribuída quase exclusivamente ao português. No entanto, como foi possível ver através da comparação com a gramática malaiala, a atribuição de valores semânticos e funções gramaticais a palavras de origem portuguesa parte em grande medida das estruturas malaialas. A influência do malaiala deve ser entendida como proveniente de um contacto mais antigo, em que o malaiala seria chamado de substrato, e também de um contacto mais recente, podendo portanto classificar-se esta língua igualmente como adstrato. Como já tinha sido referido, o objetivo do presente estudo não é determinar a periodização da influência malaiala e, por isso, as correspondências identificadas no capítulo anterior podem referir-se tanto à influência do substrato como do adstrato. No entanto, quando se trata do sistema verbal, deparamo-nos com duas tipologias diferentes, igualmente produtivas nos CM; as marcações pré e pós-verbal. Seguindo a tipologia dravídica SOV e o carácter posposicional do malaiala, não esperaríamos a marcação pré-verbal típica dos CM. A hipótese que podemos considerar a esse respeito é a de os marcadores pré-verbais se terem estabelecido na língua mais cedo do que os pós-verbais. Dado que os marcadores pré-verbais são obrigatórios para formar uma frase (ao contrário dos pós-verbais) e transferem informações TMA mais “básicas”¹¹⁶, inicialmente o sistema verbal ter-se-ia formado com base na marcação pré-verbal, seguindo deste modo o superstrato preposicional. Mais tarde, sob a influência posposicional do adstrato, teriam entrado na língua marcadores pós-verbais com novos valores semânticos, ocupando a posição esperada de qualquer elemento novo numa língua SOV. Contudo, a possível existência de vários registos sociolinguísticos durante a história dos CM (Cardoso 2014b) pode ter permitido uma

¹¹⁶ Por exemplo, a noção do tempo verbal expressa por marcadores pré-verbais seria mais “básica” do que o perfeito ou benefativo expressos por marcadores pós-verbais.

variação alargada entre o que identificamos como o mais próximo do substrato até ao mais próximo do superstrato. Portanto, os CM, conforme documentados hoje em dia, representam o último estágio da língua (com socioletos e idioletos possivelmente diferentes), e não podem oferecer evidências suficientemente claras sobre a sua história. O que podemos concluir é que o contacto intenso com o malaiala (algures durante a existência dos CM) resultou numa tipologia tipicamente sul-asiática.

4.2. Perspetivas para a investigação futura

A presente descrição do sistema verbal será uma das últimas análises linguísticas feitas durante a existência de falantes dos CM. Os dados do corpus oral usados neste estudo representam, portanto, uma fonte preciosa para a investigação futura. Restam ainda muitas questões linguísticas que podem ser abordadas relativamente ao sistema verbal e à descrição dos CM no geral. Quanto ao sistema verbal, uma das questões que, por falta de dados representativos, não foi possível abordar na totalidade nesta descrição é a análise das sequências de verbos. Além da análise dos verbos vetoriais, já proposta neste estudo, é preciso determinar o estatuto de muitos outros verbos que facilmente entram em combinações verbais. A sintaxe desse tipo de construções, especialmente a questão da mono/biclausidade seria, certamente, uma das primeiras perguntas a colocar. Em termos da descrição dos CM no geral, falta ainda uma descrição do sistema fonológico e a sua relação com a morfologia, assim como o estudo da extensão da convergência com o substrato/adstrato e a sua comparação com os outros crioulos de base lexical portuguesa na Ásia. Alguns trabalhos recentes já contribuíram com as primeiras descrições dos CM (Cardoso 2014a), comparações com o substrato/adstrato (Cardoso 2014a, 2015, no prelo (b)) e também com a comparação com os crioulos portugueses na Ásia (Cardoso, Baxter & Pinharanda Nunes 2012). As questões sobre a convergência e relação dos CM com os outros crioulos portugueses da Ásia são de extrema importância, não só do prisma dos CM, mas também para a compreensão geral da interligação dos crioulos indo-portugueses e da Ásia no geral. Lembremo-nos que o Malabar foi o primeiro local em que se estabeleceu um contacto linguístico entre os portugueses e os povos asiáticos, dando início à comunicação e migração de pessoas de várias origens linguísticas (Dalgado 1917, Cardoso 2009). Nesse aspeto, determinar a quantidade de material linguístico possivelmente proveniente do espaço do Malabar noutros crioulos portugueses da Ásia, pode ser essencial para compreender a história da sua formação. Igualmente, a continuação da documentação dos CM nos próximos anos deve ser o objetivo de qualquer investigação que vise responder a estas perguntas.

Bibliografia

Abbi, Anvita. & Gopalakrishnan, Devi. 1992. Semantic typology of explicator compound verbs in South Asian languages. In: *The Third International Symposium on Language and Linguistics*. Chulalongkorn University. Bangkok, Thailand. 687–701.

Aikhenvald, Alexandra Y. 2006. Serial verb constructions in typological perspective. In: Aikhenvald, Alexandra Y. & Dixon, Robert M. W. (eds.). *Serial verb Constructions*. Oxford, New York: Oxford University Press. 1–68.

Amaral, Patrícia. & Howe, Chad. 2012. Nominal and verbal plurality in the diachrony of the Portuguese Present Perfect. In: Laca, Brenda & Cabredo-Hofherr, Patricia (eds.). *Verbal plurality and distributivity*. Berlin: Mouton de Gruyter. 25–53.

Anderson, Gregory D. S. 2006. *Auxiliary Verb Constructions*. Oxford: Oxford University Press.

Ansaldo, Umberto & Cardoso, Hugo C. 2009. Introduction. In: Ansaldo, Umberto & Cardoso, Hugo C. (guest eds.). *Accounting for commonalities among the Portuguese-lexified creoles of Asia*. *Journal of Portuguese Linguistics* 8(2). Lisboa: Colibri. 3–10.

Arcodia, Giorgio F. 2013. Grammaticalisation *with* coevolution of form and meaning in East Asia? Evidence from Sinitic. *Language Sciences* 40. 148–167.

Asher, Ronald E. & Kumari T. C. 1997. *Malayalam*. London, New York: Routledge.

Asher, Ronald E. 1968. Existential, possessive, locative, and copulative sentences in Malayalam. In: Verhaar, John W. M. (ed.) *The Verb 'be' and its Synonyms*. Philosophical and Grammatical Studies (2). Foundations of Language Vol. VI. Dordrecht: D. Reidel. 88–111.

Auer, Peter. 2000. Pre- and post-positioning of *wenn*-clauses in spoken and written German. In: Couper-Kuhlen, Elizabeth & Kortmann, Bernd (eds.). *Cause – Condition – Concession – Contrast*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter. 173–204.

Baxter, Alan N. 2013. Papiá Kristang structure dataset. In: Michaelis, Susanne M. & Maurer, Philippe & Haspelmath, Martin & Huber, Magnus (eds.) *Atlas of Pidgin and Creole*

Language Structures Online. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (disponível online em <http://apics-online.info/contributions/42>, obtido em 2015-09-18).

Baxter, Alan N. & Bastos, Augusta. 2012. *A closer look at the post-nominal genitive in Asian Creole Portuguese*. In: Cardoso, Hugo C. & Baxter, Alan N. & Pinharanda Nunes, Mário (eds.). *Ibero-Asian Creoles: Comparative Perspectives*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins. 47–79.

Baxter, Alan N. 1996. *Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and the Western Pacific rim*. In: Wurm, Stephen A. & Mühlhäusler, Peter & Tryon, Darrell T. (eds.). *Atlas of Languages of Intercultural Communication in the Pacific, Asia, and the Americas* Vol. II (1). Berlin: Mouton de Gruyter. 299–338.

Bell, Andrew & Macfarquhar, Colin (eds.). 1797. *Encyclopedia Britannica* Vol. XII. 3ª edição. Edinburgh.

Bertinetto, Pier M. & Lenci, Alessandro. 2010. Iterativity vs. habituality (and gnomic imperfectivity). *Quaderni del Laboratorio di Linguistica della SNS* 9(1). 1–46.

Binnick, Robert I. 1991. *Time and the Verb: A guide to Tense and Aspect*. Oxford, New York: Oxford University Press.

Boxer, Charles R. 1973. *The Portuguese Seaborne Empire 1415–1825*. Hammondswoth: Pelican.

Butt, Miriam & Lahiri, Aditi. 2013. Diachronic pertinacity of light verbs. *Lingua* 135. 7–29.

Bybee, Joan. 2003. Mechanisms of Change in Grammaticalization: The Role of Frequency. In: Joseph, Brian D. & Janda, Richard D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell. 602–623.

Bybee, Joan & Perkins, Revere & Pagliuca, William. 1994. *The evolution of grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago, London: The University of Chicago Press.

Cardoso Hugo C. no prelo (a). The Indo-Portuguese Creoles of the Malabar: historical cues and questions. In: Malekandathil, Pius (ed.). *Minutes of the XIV International Seminar on Indo-Portuguese History*. Primus Books.

Cardoso, Hugo C. no prelo (b). *Convergence in the Malabar: The case of Indo-Portuguese*.

Cardoso, Hugo C. 2015. Comunicação *Vector verbs in Malabar Indo-Portuguese* apresentada em *31st South Asian Languages Analysis Roundtable*. 14 – 16 de Maio. Lancaster University, UK.

Cardoso, Hugo C. 2014a. The case of addressees in Dravido-Portuguese. *PAPIA* 24(2). 307–342.

Cardoso, Hugo C. 2014b. Factoring sociolinguistic variation into the history of Indo-Portuguese. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 5. 87–114.

Cardoso, Hugo C. 2013. Diu Indo-Portuguese structure dataset. In: Michaelis, Susanne M. & Maurer, Philippe & Haspelmath, Martin & Huber, Magnus (eds.) *Atlas of Pidgin and Creole Language Structures Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (disponível online em <http://apics-online.info/contributions/39>, obtido em 2015-09-18).

Cardoso, Hugo C. 2012. *Luso-Asian comparatives in comparison*. In: Cardoso, Hugo C. & Baxter, Alan N. & Pinharanda Nunes, Mário (eds.). *Ibero-Asian Creoles: Comparative Perspectives*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins. 81–123.

Cardoso, Hugo C. & Baxter, Alan N. & Pinharanda Nunes, Mário. 2012. *Introduction*. In: Cardoso, Hugo C. & Baxter, Alan N. & Pinharanda Nunes, Mário (eds.). *Ibero-Asian Creoles: Comparative Perspectives*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins. 1–14.

Cardoso, Hugo C. 2010. African slave population of Portuguese India: Demographics and impact on Indo-Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 25(1). 95–119.

Cardoso, Hugo C. 2009. *The Indo-Portuguese Language of Diu*. Utrecht: LOT

Carrilho, Ernestina & Pereira, Sandra. 2011. Sobre a distribuição geográfica de construções sintáticas não-padrão em Português europeu. *Textos seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. CD-ROM. Lisboa: APL.

Carvalho, Maria J. 2008. Breve contribuição para o estudo da génese e formação dos “dialectos centro-meridionais portugueses”. *Textos Seleccionados. XXIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL. 93–103.

Clements, J. Clancy. 2014. Lectal differences in Daman Indo-Portuguese. *Revista de Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola* 5. 115–156.

Clements, J. Clancy 2013. Korlai structure dataset. In: Michaelis, Susanne M. & Maurer, Philippe & Haspelmath, Martin & Huber, Magnus (eds.) *Atlas of Pidgin and Creole Language*

Structures Online. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology. (disponível online em <http://apics-online.info/contributions/40>, obtido em 2015-09-18).

Clements, J. Clancy. 2012. Notes on the phonology and lexicon of some Indo-Portuguese creoles. In: Cardoso, Hugo C. & Baxter, Alan N. & Pinharanda Nunes, Mário (eds.). *Ibero-Asian Creoles: Comparative Perspectives*. Amsterdam. Philadelphia: Benjamins. 15–46.

Clements, J. Clancy. 2009. *The Linguistic Legacy of Spanish and Portuguese: Colonial Expansion and Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press.

Clements, J. Clancy. 2000. Evidência para a existência de um pidgin português asiático. In: d'Andrade, Ernesto & Pereira, Dulce & Mota, Maria A. (eds.) *Crioulos de base lexical portuguesa*. Braga: APL. 185–200.

Clements, J. Clancy. 1996. *The Genesis of a Language: The Formation and Development of Korlai Portuguese*. Amsterdam: Benjamins.

Comrie, Bernard. 1985. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press.

Comrie, Bernard. 1976. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press.

Correia, José M. 1997. *Os portugueses no Malabar (1498–1580)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Costa, Maria J. 2010. Os verbos *aver* e *teer* no português arcaico – breve sinopse. In: *Filologia e Linguística Portuguesa* 12(1). 59–68.

Coupe, Alexander R. 2005. Converbs. In: Brown, Keith (ed.). *Encyclopedia of languages and linguistics* Vol. III. 2ª edição. Oxford: Elsevier. 145–152.

Cristofaro, Sonia. 2003. *Subordination*. Oxford, New York: Oxford University Press.

Dalgado, Sebastião R. 1917. Dialecto Indo-Português de Negapatão. *Revista Lusitana* 20. 40–53.

Dalgado, Sebastião R. 1913. *Influência do vocabulário português em línguas asiáticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Dalgado, Sebastião R. 1906. Dialecto indo-português do Norte. *Revista Lusitana* 9. 142–166, 193–228.

Dias, Charles. 2013. *The Portuguese in Malabar: A Social History of Luso Indians*. New Delhi: Manohar.

- Disney, Anthony R. 2010. *Twilight of the Pepper Empire*. 2ª edição. New Delhi: Manohar.
- Dixon, Robert M. W. 2010. *Basic Linguistic Theory* Vol. II. *Grammatical Topics*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Dryer, Matthew S. 2007. Clause types. In: Shopen, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Description* Vol. I. *Clause Structure*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press. 224–275.
- Ferraz, Luiz I. 1987. Portuguese creoles of West Africa and Asia. In: Gilbert, Glenn G. (ed.) *Pidgin and Creole Languages: Essays in memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawaii Press. 337–360.
- Haspelmath, Martin. 2004. Coordination constructions: An overview. In: Haspelmath, Martin (ed.), *Coordinating constructions*. Amsterdam: Benjamins. 3–39.
- Heggie, Lorie & Ordóñez, Francisco. 2005. *Clitic and Affix Combinations*. Amsterdam: Benjamins.
- Heine, Bernd & Kuteva, Tania. 2004. *World Lexicon of Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heine, Bernd. 2003. Grammaticalization. In: Joseph, Brian D. & Janda, Richard D. (eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell. 575–601.
- Himmelmann, Nikolaus P. 2014. Asymmetries in the prosodic phrasing of function words: Another look at the suffixing preference. *Language* 90 (4). 927–960.
- Hopper, Paul J. & Traugott, Elizabeth C. 2003. *Grammaticalization*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press.
- India, Office of the Registrar General & Census Commissioner. 2011. *Census of India 2011, Final Population Totals*. (disponível em <http://censusindia.gov.in/2011census/censusinfodashboard/index.html>, obtido em 27-09-2015).
- Jayaseelan, K. A. 2004. The serial verb construction in Malayalam. In: Dayal, Veneeta & Mahajan, Anoop (eds.). *Clause structure in South Asian languages*. Dordrecht: Kluwer. 67–91.
- Jayaseelan, K. A. 1984. Control in Some Sentential Adjuncts of Malayalam. *Proceedings of the Tenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*. 623-633.

Krishnamurti, Bhadriraju. 2003. *The Dravidian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lewis, M. Paul & Simons, Gary F. & Fennig, Charles D. (eds.). 2015. *Ethnologue: Languages of the World, Eighteenth edition*. SIL International. Dallas, Texas. (disponível em <http://www.ethnologue.com>. obtido em 23-09-2015).

Lopes, David. 1936. *A expansão da língua portuguesa no Oriente, durante os séculos XVI, XVII e XVIII*. Barcelos: Portucalense Editora.

Neill, Stephen. 1985. *A History of Christianity in India: 1707–1858*. Cambridge: Cambridge University Press.

Neill, Stephen. 1984. *A History of Christianity in India: The Beginnings to AD 1707*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nordhoff, Sebastian. 2013. The current state of Sri Lanka Portuguese. *Journal of Pidgin and Creole Languages* 28(2). 425–434.

Nordhoff, Sebastian. 2009. *A grammar of Upcountry Sri Lanka Malay*. Utrecht: LOT.

Mattos e Silva, Rosa V. 2008. *O Português Arcaico: Uma aproximação* Vol I & II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mattos e Silva, Rosa V. 2002a. A definição da oposição entre *ser/estar* em estruturas atributivas nos meados do século XVI. In: Mattos e Silva, Rosa V. & Machado Filho, Américo V. L. (eds.). *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS. 103–118.

Mattos e Silva, Rosa V. 2002b. Vitórias de *ter* sobre *haver* nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: Mattos e Silva, Rosa V. & Machado Filho, Américo V. L. (eds.). *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS. 119–142.

Mattos e Silva, Rosa V. 2002c. A variação *ser/estar* e *haver/ter* nas *Cartas de D. João III* entre 1540 e 1553: comparação com os usos coetâneos de João de Barros. In: Mattos e Silva, Rosa V. & Machado Filho, Américo V. L. (eds.). *O Português Quinhentista: Estudos Lingüísticos*. Salvador: EDUFBA/UEFS. 143–160.

Mohan, Tara & Mohan, Karuvannur P. 1999. Two forms of BE in Malayalam. In: Butt, Miriam & Holloway King, Tracy (eds.). *Proceedings of the LFG99 Conference*. Stanford, CA: CSLI Publications. University of Manchester, Manchester, UK.

Mufwene, Salikoko S. 2001. *The Ecology of Language Evolution*. Cambridge: Cambridge University Press.

Oliveira, Fátima & Leal, António. 2012. Sobre a iteração do Pretérito Perfeito Composto em Português Europeu. In: *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto* 7. 65–88.

Palmer, Frank R. 2001. *Mood and Modality*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press.

Panikkar, Kavalam M. 1960. *A History of Kerala 1498 – 1801*. Annamalainagar: Annamalai University.

Payne, Thomas E. 1997. *Describing Morphosyntax*. Cambridge: Cambridge University Press.

Peacock, W. (ed.) 1795. *A Compendious Geographical Dictionary*. London.

Podlesskaya, Vera I. 2001. Conditional constructions. In: Haspelmath, Martin (ed.). *Language Typology and Language Universals* Vol. I. Berlin: Walter de Gruyter. 998–1009.

Pradeep, K. 2010. Tribute to Cochin Creole Portuguese. *The Hindu*. Kochi. Setembro 26. (disponível em <http://www.thehindu.com/news/cities/Kochi/tribute-to-cochin-creole-portuguese/article795353.ece>, obtido em 24-09-2015).

Ramusack, Barbara N. 2004. *The new Cambridge History of India* Vol. III (6). *The Indian Princes and Their States*. Cambridge: Cambridge University Press.

Raposo, Eduardo B. P. 2014. Orações copulativas e predicções secundárias. In: Raposo et al. (eds.). *Gramática do Português* Vol. II. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1285–1356.

Rothstein, Susan. 2008. Telicity, atomicity and the Vendler classification of verbs. In: Rothstein, Susan (ed.) *Theoretical and Crosslinguistic Approaches to the Semantics of Aspect*. Amsterdam, Philadelphia: Benjamins. 43–77.

Sadasivan, S. N. 2000. *A social history of India*. New Delhi: APH Publishing Corporation.

Schuchardt, Hugo. 1889a. Beiträge zur Kenntnis des kreolischen Romanisch. V. Allgemeineres über das Indoportugiesische (Asioportugiesische). *Zeitschrift für Romanische Philologie* 13. 476–516.

Schuchardt, Hugo. 1889b. Beiträge zur Kenntnis des kreolischen Romanisch. VI. Zum Indoportugiesischen von Mahé und Cannanore. *Zeitschrift für Romanische Philologie* 13. 516–524.

Schuchardt, Hugo. 1883. Kreolische Studien VI. Über das Indoportugiesische von Mangalore. *Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien (Philosophisch-historische Klasse)* 105(III). 882–904.

Schuchardt, Hugo. 1882. Kreolische Studien II. Über das Indoportugiesische von Cochim. *Sitzungsberichte der Kaiserlichen Akademie der Wissenschaften zu Wien (Philosophisch-historische Klasse)* 102. 799–816.

Smith, Ian R. 2013. Sri Lanka Portuguese. In: Michaelis, Susanne M. & Maurer, Philippe & Haspelmath, Martin & Huber, Magnus (eds.). *The survey of pidgin and creole languages* Vol. II. Oxford: Oxford University Press. 111–121.

Smith, Ian R. 1979. Convergence in South Asia: a creole example. *Lingua* 48. 193–222.

Smith, Norval. 1995. An annotated list of creoles, pidgins, and mixed languages. In: Arends, Jacques & Muysken, Pieter & Smith, Norval (eds.). *Pidgins and Creoles: an introduction*. Amsterdam: Benjamins. 331–374.

Spencer, Andrew & Luís, Ana R. 2012. *Clitics: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.

Stein, Burton (rev. & ed. Arnold, David). 2010. *A History of India*. 2ª edição. Oxford: Blackwell.

Teyssier, Paul. 2001. *História da Língua Portuguesa*. 8ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

Thomaz, Luís Filipe F. R. 1990. A língua portuguesa em Timor. *Congresso sobre a situação atual da língua portuguesa no mundo* (1983) Vol. I. 2ª edição. Lisboa.

Thompson, Sandra A. & Longacre, Robert E. & Hwang, Shin J. J. 2007. Adverbial clauses. In: Shopen, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Description* Vol. II. *Complex Constructions*. 2ª edição. Cambridge: Cambridge University Press. 237–300.

Xavier, M. Francisca & Vicente, Graça & Crispim, M. Lourdes (eds.). 2003a. *Corpus Informatizado do Português Medieval* (disponível em <http://cipm.fcsh.unl.pt/corpus/index.jsp>, obtido em 24-09-2015).

Xavier, M. Francisca & Vicente, Graça & Crispim, M. Lourdes (eds.). 2003b. *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 12 e 13/14*. (disponível online em <http://cipm.fcsh.unl.pt/verbos/indiceverbos.jsp>, obtido em 22-09-2015).

Winford, Donald. 2003. *An Introduction to Contact Linguistics*. Oxford: Blackwell.

Apêndice

Excertos de fala espontânea (Cananor 2010)

Excerto 1

isti pikæn igreja, bɔmba pikæn. isti kamara, aka namas, isti namas tæ.

este pequeno igreja muito pequeno este divisão isto só este só EXS/POSS.PRS

Esta é uma pequena igreja, muito pequena. Esta divisão, é só isto, há/temos só isto.

jenti pə santa ræza, tudə nu pɔdi. tudə jenti dæntɾə vi kandə

peessoas DAT sentar rezar todos NEG poder todos pessoas dentro vir TEMP

Não se podem sentar todas as pessoas para rezar. Quando todas as pessoas vêm para dentro

fɔra tama jenti ræza, pə santa lugar nu tæ,

fora também pessoas rezar INF sentar lugar NEG EXS/POSS.PRS

fora também (há) pessoas a rezar, não há/têm lugar para se sentarem,

pə impæ lugar nu tæ. aklɔr “father” ki ja fala?

INF estar_de_pé lugar NEG EXS/POSS.PRS então padre o_quê PRET dizer

não há/têm lugar para estar de pé. O que é que disse aquele padre?

“pæirmi unɡə lugar acha sæ, yo bɔ unɡə igreja lɔ mara.”

1SG.DAT ART lugar encontrar COND 1SG.NOM bom ART igreja IRR construir

“Se encontrar um lugar, vou construir uma igreja.”

aklɔr pærtə tin fika unɡə mulhærə, aklɔr padri ja prunta:

então perto IPFV.PST morar ART mulher então padre PRET perguntar

Então, lá perto morava uma mulher, e então o padre perguntou(-lhe):

“bɔs vendæ sæ, pæirmi kæra da, aka kaza.

2.NOM vender COND 1SG.DAT querer.PRS dar esse casa

“Se você vende (a casa), eu quero dar (dinheiro), (para) essa casa.

otrə ninga kə nika da, yo aka fana yo lɔ da.”

outro ninguém DAT NEG.querer dar 1SG.NOM esse dinheiro 1SG.NOM IRR dar

Mais ninguém quer dar, eu dar(-lhe-)ei esse dinheiro.”

aklɔr sə mulhær ja fala padri sə pærtə: “yo kaza tɛ vay vendæ.
então GEN mulher PRET dizer padre GEN SOC 1SG.NOM casa IPFV ir vender
Depois disso, a mulher disse ao padre: “Vou vender(-lhe) a casa.

poros kæræ sæ, igreja vay mara.” aklɔrə sə kaza vendæ,
2.GEN querer.PRS COND igreja ir.IMP construir então GEN casa vender/vendido
Se você quiser, vá construir uma igreja.” Depois disso, a casa foi vendida.

padri fana ja da, aklɔr igreja ja mara.
padre dinheiro PRET dar aquele igreja PRET construir
O padre deu dinheiro e construiu aquela igreja.

Excerto 2

aka dæntɾə nɔsa fæstə dia, “september” oytə.
isso LOC 1PL.GEN celebração dia setembro oito
Nesse dia é a nossa celebração, o dia oito de setembro.

aka sə fæstə, aka nasəmæntə, “mother” Mary sə nasəmæntə.
isso GEN celebração isso nascimento mãe Maria GEN nascimento
Essa celebração é o nascimento, nascimento de Nossa Senhora.

aka bɔmba grandi lɔ festeliya. dispoz ungə ɔmi aka “the president” lɔ fika.
isso muito grande IRR celebrar depois ART homem isso presidente IRR tornar-se
Fazemos (sempre) uma grande celebração. Depois, um homem torna-se presidente (da congregação).

“president” fika sə akɔndya kumær [...] bɔmba grandi lɔ fazæ,
presidente tornar-se COND então comida muito grande IRR fazer
Sempre que o presidente é escolhido, então (segue-se) comida, faz-se muita.

akɔndya misa lɔ tæ, “crackers” tæ, aka bɔs lɔ fazæ.
então missa IRR EXS/POSS.PRS crackers EXS/POSS.PRS isso 2.NOM IRR fazer
Então, há/temos missa, crackers, vocês fazem isso (também).

latin sə kantigə lɔ kanta. dispoz tud jenti kə chama ka
latim GEN canção IRR cantar depois todos pessoas DAT/ACC chamar TEMP_{PFV}
Cantamos (sempre) as canções em latim. Depois de se chamarem todas as pessoas,

kumær tud lɔ da, bɔmba bɔ.

comida tudo IRR dar muito bom

dá-se comida, é muito bom.

Excerto 3

St. Anthony sə pærtə lɔ ræza, anga jenti kə sirvis na tæ.

S. António GEN SOC IRR rezar algum pessoas DAT emprego NEG POSS.PRS

Algumas pessoas que não têm emprego, rezam ao Santo António.

aklɔr pay may kə bɔmba sintamæntə lɔ tæ.

então pai mãe DAT muito tristeza IRR POSS.PRS

Então os pais estão muito tristes [têm muita tristeza].

minha filhi ja prenda, sirvis nu tɔ acha.

1SG.GEN filho PRET estudar emprego NEG IPFV encontrar

O meu filho estudou e não encontra emprego.

St. Anthony sə partə chura kandə lɔ fala:

S. António GEN SOC chorar TEMP IRR dizer

Quando vão chorar ao Santo António, dizem:

“minha machi kə ungə sirvis kæræ da,

1SG.GEN rapaz DAT ART emprego IMP dar

“Dá um emprego ao meu rapaz,

minha fæmi kə bɔ kazəmænti kæra da.

1SG.GEN rapariga DAT bom casamento IMP dar

Dá um bom casamento à minha filha.

asi fala sæ, pæirmi tud acha kava kandə,

assim falar COND 1SG.DAT tudo receber COMP TEMP

Falando assim, quando receber tudo isto,

yo vi kandə poroz asi lɔ da fana.”

1SG.NOM vir TEMP 2.DAT assim IRR dar dinheiro

quando vier, ofereço-te dinheiro.”